

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA

**JORNALISMO E ACESSIBILIDADE: a produção de jornalismo acessível às pessoas com
deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social**

SÃO LUÍS
2022

MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA

JORNALISMO E ACESSIBILIDADE: a produção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), do Programa de Pós-graduação em Comunicação Mestrado - Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Rakel de Castro Sena

SÃO LUÍS
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Oliveira, Matheus.

JORNALISMO E ACESSIBILIDADE : a produção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social / Matheus Oliveira. - 2022.

115 p.

Orientador(a): Patrícia Sena.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação - Modalidade Profissional/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Acessibilidade. 2. Comunicação. 3. Democracia. 4. Jornalismo. 5. Mercado. I. Sena, Patrícia. II. Título.

MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre por **Matheus Silva de Oliveira**, sob orientação da **Prof^a Dra. Patrícia Rakel de Castro Sena**, para o Programa de Pós-graduação em Comunicação Mestrado – Profissional, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientadora

Membro da banca

Membro da banca

SÃO LUÍS
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa. Especialmente à minha orientadora Rakel de Castro que acreditou na minha proposta de pesquisa e me incentivou durante esta árdua jornada.

Agradeço aos meus avós maternos e parternos, que sempre foram os guias morais do meu desenvolvimento. Faço menção especial ao meu avô materno, Valdimiro Costa, falecido durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Homem de muita garra, agricultor aposentado que resistiu às dores de viver em um país que não respeita os seus pobres, construiu uma família honrada e digna, que serão sempre os nossos alicerces.

Agradeço aos meus pais José de Arimateria e Marinalva Oliveira por estarem comigo em todas as minhas decisões, por todo o amor dedicado à nossa família, mesmo que esse processo lhes tenha custado o sacrifício de alguns sonhos. Sou muito honrado de tê-los em minha vida. Agradeço também às minhas irmãs Luciana e Luciene por estarem comigo nesta caminhada.

Agradeço a Allen Felipe, meu amigo para todas as horas, que esteve comigo no desenvolvimento da minha primeira pesquisa sobre a temática de acessibilidade no jornalismo. Uma rápida ideia em sala de aula em 2019 desencadeou uma série de acontecimentos até chegar a esse momento. Muito obrigado.

Agradeço aos membros da Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDEVIMA), na pessoa do presidente Maike da Silva, a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), na pessoa de seu presidente Maik Oliveira. Agradeço também à aluna Kleudiane Lyra e aos profissionais que reservaram um tempo em sua rotina para responder ao questionário.

RESUMO

Esse estudo tem a finalidade de desenvolver, no âmbito teórico, uma discussão a respeito do desenvolvimento de um jornalismo acessível como perspectiva de expansão do mercado de jornalístico e efetivação e ampliação da participação social de pessoas com deficiência auditiva e visual. No âmbito prático, e sem dissociar teoria e técnica, esse estudo desenvolverá, como aplicação desta pesquisa, um produto editorial intitulado “Jornalismo para incluir: um guia para notícias acessíveis”, com foco em orientar jornalistas sobre a criação de material acessível, demonstrando novas possibilidades para as redações, bem como, perspectivas para o mercado na área.

Palavras-chave: acessibilidade; comunicação; democracia; jornalismo; mercado.

ABSTRACT

This study aims to develop, in the theoretical scope, a discussion about the development of accessible journalism as a perspective of expanding the journalistic market and effecting and expanding the social participation of people with hearing and visual impairments. In the practical scope, this study will develop, from this research, a product entitled “Journalism to include: a guide to accessible news”, focused on guiding journalists on the creation of accessible material, demonstrating new possibilities for newsrooms, as well as, prospects for the market in the area.

Keywords: accessibility; communication; democracy; journalism; business.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Barra de pesquisa portal da Compós.	20
FIGURA 2	Registro de intérprete traduzindo o Programa Cidade Inclusiva	48
FIGURA 3	Espaço de inserção de texto alternativo no Estúdio de Criação do Meta Business	50
FIGURA 4	Leitura por áudio disponível no site da Folha de S. Paulo	51
FIGURA 5	Recursos de acessibilidade em áudio e Libras da Agência Brasil.	52
GRÁFICO 1	Idade	56
GRÁFICO 2	Período de atuação	56
GRÁFICO 3	Produção de material acessível	58
GRÁFICO 4	Formação em acessibilidade comunicacional	59
GRÁFICO 5	Iniciativa pessoal ou institucional	59
GRÁFICO 6	Acesso a material sobre jornalismo acessível	61
GRÁFICO 7	Principal fonte de consumo de notícias	75
GRÁFICO 8	Consumo diário de notícias	76

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1	Palavras-chave	21
TABELA 2	Pesquisas identificadas nos portais	21
QUADRO 1	Definições de Legenda Oculta, Audiodescrição, Janela de Libras	44
QUADRO 2	CrITÉrios de qualidade para a legendagem oculta	45
TABELA 3	Área de atuação	57
TABELA 4	Uso de ferramentas acessÍveis	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAS	Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez
CC	Closed Caption
AD	Audiodescrição
ASDEVIMA	Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão
ASMA	Associação dos Surdos do Maranhão
COMPIDE	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Açailândia
COMPED	Conselho Municipal os Direitos da Pessoa com Deficiência de São José de Ribamar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	121
1 REVISÃO SISTEMATIZADA: A ESSENCIALIDADE DOS ESTUDOS EM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	20
1.1 SELEÇÃO DOS ARTIGOS	21
1.2 DISCUSSÃO DOS ESTUDOS	24
1.2.1 Pesquisas identificadas em 2020	24
1.2.2 Pesquisas identificadas em 2019	32
1.2.3 Pesquisa identificada em 2018	35
1.3 A NECESSIDADE DE EXPANSÃO DAS PESQUISAS	36
2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA PRÁTICA: ASPECTOS LEGAIS E TÉCNICOS	38
2.1 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	38
2.2 DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO MARANHENSE.....	41
2.3 NORMAS E ACORDOS INTERNACIONAIS	43
2.3 ASPECTOS TÉCNICOS DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	44
2.3.1 Televisão	44
2.3.2 Rádio	48
2.3.3. Impresso	49
2.3.4 Jornalismo on-line	50
2.4 O JORNALISTA E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	53
3 PERCEPÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE NO JORNALISMO	55
3.1. O JORNALISTA E A ACESSIBILIDADE EM SÃO LUÍS	55
3.1.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	56
3.1.2 O controle das redações.....	58
3.1.3 Jornalista inclusivo: futuro possível.....	61
4 EFETIVAÇÃO DE UM NOVO AGIR PROFISSIONAL.....	64
4.1 UM CENÁRIO EM SÃO LUÍS	65
4.2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ACESSIBILIDADE.....	67
4.3. ORIENTAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NO JORNALISMO	70
4.3.1 A pessoa com deficiência visual e o noticiário	70
4.3.2 Acessibilidade comunicacional para surdos no jornalismo.....	73

4.3.3 Um guia para incluir.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE	87

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma discussão contemporânea sobre deficiência exige exceder as perspectivas de superação da deficiência, pois, no decorrer das últimas décadas foram muitos os avanços no âmbito legal e social, impondo uma série de abordagens possíveis. A promoção da inclusão se tornou a tônica para qualquer iniciativa com objetivos à promoção da inserção de pessoas com deficiência nas atividades da sociedade, amparada principalmente em conquistas legais promulgadas a partir do fim do século passado.

Um dos períodos essenciais para a mudança de entendimento sobre as ações voltadas às pessoas com deficiência ocorre entre os anos 1980 e 1990 (SASSAKI, 1999), em que se deu início a instituição da inclusão como atitude favorável nas ações voltadas para os indivíduos com deficiência, dando sequência nos anos posteriores com a promulgação de leis e estatutos em diversos países. Entretanto, anterior a isso é fundamental compreender que havia movimentos e grupos organizados que reivindicavam avanços sociais, a maioria surgidos no decorrer do século XIX, que culminaram nos movimentos do século seguinte. Grande parte dos fatos históricos relatados anteriormente ao século XIX demonstram o exercício da total exclusão social e em alguns momentos a segregação institucional, em que se destinava às pessoas com deficiência uma vida de restrições em instituições fechadas ou parcialmente fechadas por toda a vida (SASSAKI, 1999; VIVARTA, 2003).

Os resultados positivos e negativos obtidos no decorrer dos séculos foram fundamentais para a concepção atual dos direitos das pessoas com deficiência, que ainda necessitam de atenção especial para a sua devida efetivação, mas que já garantem, em certo nível, o direito à educação, ao trabalho, à comunicação e entre outros âmbitos da sociedade.

A compreensão dos sujeitos surdos e cegos e de suas histórias perpassa, quase que obrigatoriamente, em compreender a história das instituições de ensino voltadas às pessoas com deficiência, que desempenharam primordialmente o papel de promover e difundir conhecimentos diversos nas comunidades onde atuavam, sendo por vezes um estímulo preponderante na luta por mais direitos.

A educação possui um forte vínculo com esta pesquisa, quando se observou, de maneira espontânea, alguns grupos de alunos em visita a um museu de São Luís e, diante disso, a constatação que a grande maioria possuía dificuldade de ter acesso às informações oferecidos durante o passeio. A dificuldade identificada não era inerente à deficiência dos alunos, mas sim

por características técnicas e metodológicas dos serviços ofertados no ambiente onde ocorria a visita.

Diante dessa experiência, surgiu o questionamento de como se dava o acesso à informação por pessoas com deficiência e quais os entraves cotidianos vivenciados por aquelas pessoas ao buscarem informações no noticiário. Assim sendo, surgiu a primeira pesquisa realizada em 2019 com grupos de alunos surdos da Escola de Surdos do Maranhão, que teve como objetivo o desenvolvimento de um site jornalístico acessível.

O site intitulado “Acesso Visual” continha texto, imagens e cores com acessibilidade a pessoas com deficiência auditiva. Depois, o site recebeu recursos para a inclusão de pessoas com outras deficiências, como: narração, para pessoas com deficiência visual; adaptação de cores, para pessoas com deficiência visual diversa; legenda em uma linha, para facilitação de leitura de pessoas surdas não alfabetizadas em português; design adaptado, para navegação facilitada de pessoa com deficiência motora.

A pesquisa realizada em 2019 apresentou resultados satisfatórios com o público de pessoas com deficiência auditiva. A necessidade de inserir no contexto da pesquisa mais grupos de pessoas com deficiência, levou ao desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, em que se inclui também pessoas com deficiência visual, ampliando o cenário de compreensão da acessibilidade comunicacional.

Assim como uma circunstância educacional desencadeou o interesse deste pesquisador pelo desenvolvimento de pesquisas sobre acessibilidade na comunicação, igualmente a educação foi fundamental para inclusão social das pessoas com deficiência.

Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX surgem na Europa as primeiras instituições dedicadas à educação de pessoas surdas. Na França, com Charles-Michel de L'Épée, se desenvolve a linha teórica de que a língua de sinais é central para a educação e socialização dos sujeitos surdos, essa metodologia possibilitou que surdos pudessem ocupar cargos que antes eram exercidos majoritariamente por ouvintes (PEREIRA *et al.*, 2011). Na Alemanha, Thomas Braidwood e na Inglaterra, Samuel Heinicke, instituíram escolas com foco na oralidade, onde os alunos eram orientados a desenvolver a língua oral em detrimento da língua de sinais.

Desenvolveu-se dois métodos: o visual, com valorização da língua de sinais; e o oralismo, que primava pelo desenvolvimento da oralidade. Na atualidade é sabido dos efeitos danosos do oralismo, como forma de negação da cultura surda, negação da língua de sinais e sua clara referência à ideia de correção do sujeito surdo (GESSER, 2020). Entretanto, em 1880,

durante o II Congresso Internacional de Educação do Surdo, ocorrido em Milão, na Itália, o oralismo foi definido como a única forma de educação a ser instituída para os surdos, sendo aplicada em diversas partes do mundo.

Mas, após quase um século de predominância do método oral, o baixo desempenho de alunos surdos levou ao questionamento do método e a demonstração da efetividade do método visual, com a comprovação do elevado desenvolvimento dos grupos que mantiveram o uso da língua de sinais (PEREIRA *et al.*, 2011). Sendo assim, observa-se como a concretização da língua de sinais é relativamente recente em nossa história, sendo grande parte de sua implementação ainda discutida atualmente.

Sobre os cegos, destaca-se a criação da primeira escola para cegos fundada por Valentin Haüy, no século XVIII na França. Sendo essa a instituição onde Louis Braille mais tarde criaria o sistema braille, difundido mundialmente e utilizado até os dias de hoje. Deve-se ressaltar que tanto Charles-Michel de L'Épée quanto Valentin Haüy, atuavam para as elites da época (LIESEN, 2001); com isso, grande parte dos seus conhecimentos não difundidos para indivíduos com deficiência de outras classes sociais.

Apesar de Haüy ter criado seu próprio método de escrita e leitura, foi somente em 1829 com a publicação "*Procédé pour écrire les paroles, la musique et le plain-chant au 15pres de points, à l'usage des aveugles et disposés pour eux*", pela Institution Royale des Jeunes Aveugles que o método de Louis Braille passou a ganhar notoriedade. A publicação trazia os resultados de anos de estudos e desenvolvimento da técnica de grafia em alto relevo desenvolvida por Braille.

No Brasil a educação especial para surdos se deu início em 1857 com a criação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos (sic), atualmente deu lugar ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1854 foi instituído o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, onde hoje funcionada o Instituto Benjamin Constant, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, à época era a capital do Império.

Diante dos fatos apresentados, observamos que foi pela educação o princípio da inserção de indivíduos com deficiência nas atividades da sociedade, como o trabalho e o convívio social. Habitualmente pessoas com deficiência eram barradas na busca por colocação em atividades exercidas por pessoas sem deficiência, e entre os motivos estava a ausência de educação formal, mas agora munidos de conhecimento, educação formal e diploma, esses indivíduos passaram a ocupar espaços na sociedade e a lutar pela expansão de seus direitos buscando a equiparação de oportunidades, pois trata-se de cidadãos além das necessidades especiais, mas necessidades

comuns para todas as pessoas (SASSAKI, 1999). Diante disso, a total segregação entra em declínio, dando lugar às ações integrativas ocorridas no início do século XX.

Assim sendo, os movimentos de inserção de pessoas com deficiência passam a desenvolver hábitos do que se chamou “integração”, com foco em superar a total segregação institucional e social (SASSAKI, 1999; VIVARTA, 2003). A deficiência ainda estava presente como fator norteador de diferenças e exclusão, mas neste momento as pessoas com deficiência passaram a ocupar salas de aulas comuns – não mais necessariamente em instituições segregadas – o ambiente do trabalho também mudou, pois já seria possível identificar pessoas com deficiência exercendo funções dentro de instituições e empresas; também se presenciou os primórdios da diversidade e difusão da acessibilidade em ambientes públicos, assim como a promulgação de leis e convenções internacionais.

O cenário vinha mudando, apesar da multiplicidade de impedimentos ainda presentes na sociedade. A integração foi um movimento definitivo, onde se instituiu um ponto de não retorno para os direitos das pessoas com deficiência, em que se presenciou posteriormente avanços significativos. Mas, apesar da importância do movimento de integração, ainda havia muitos questionamentos a respeito de sua efetividade.

Um dos fatores principais para o questionamento da integração estava a promoção da “emancipação” de pessoas com deficiência em uma sociedade ainda em estrutura suficiente para comportá-las, pois grande parte do esforço para a integração era delegado às pessoas com deficiência, com pouca ou nenhuma modificação na estrutura e equipamentos sociais (VIVARTA, 2003; MAIOR, 2015). Portanto, a integração objetivava uma maior inserção de pessoas com deficiência nas rotinas das cidades, do trabalho, da educação, ambientes públicos e das vivências do cotidiano; ou seja, convidava as pessoas com deficiência a mover-se para o lado de fora de seus ambientes comuns e ocupar o que lhes fosse possível, mas ainda assim, sem considerar que a sociedade também é deficiente em estrutura.

Como destaca Thoma (2013, p. 126) ao desenvolver uma crítica ao movimento de integração no contexto da surdez, era delegado ao surdo a total responsabilidade de se integrar à sociedade, e se tornava válida a expressão “a culpa é sua”, quando a pessoa com deficiência não obtinha êxito em seu processo de integração em uma sociedade “pretensamente democrática e que lhe dava chances de recuperação”. Em vistas disso, a integração mostrou-se como fundamental no início até meados do século XX, quando passou a ser questionada a sua real capacidade de desenvolver verdadeiramente a inserção de pessoas com deficiência na vida em sociedade de forma mais ampla. Com o descontentamento diante da integração, na segunda

metade do século XX, uma nova ideia passa a permear os círculos de debate a respeito da promoção e garantia de direitos de pessoas com deficiência: a inclusão.

Ações inclusivas excedem a noção de capacidade da pessoa com deficiência, não sendo mais necessário indagar sobre “como determinada barreira será ultrapassada”, mas buscando-se compreender as causas que levaram à existência do impedimento e as ações necessárias para as remover, incluindo nesse processo todos os indivíduos da sociedade.

O modelo da inclusão propõe retirar o foco da pessoa com deficiência e colocá-lo sobre a sociedade, levando à compreensão de que a sociedade se comporta de maneira deficiente. Portanto, o acesso passa a ser trabalhado no âmbito atitudinal, voltando-se o olhar para as construções, transportes, comunicação (MAIOR, 2015), além de diversas outras ações de acessibilidade que deveriam ser desenvolvidas em outras esferas.

Como define Izabel Maior (2015, p. 2) o conceito de deficiência está em constante processo de transformação, sendo assim, a “deficiência é uma construção social”; portanto, percepções a respeito do tema estão em permanente mudança, principalmente por se tratar de uma temática recentemente difundida de maneira mais ampla na sociedade. No decorrer do desenvolvimento da história foram muitas as ações voltadas às pessoas com deficiência que se compreendiam como eficazes e necessárias, mas que atualmente são classificadas como impróprias. Essa mudança contínua nos exige atualizações frequentes para compreensão de termos, palavras e demais características próprias de cada grupo de pessoas com deficiência, para assim evitar incorrer em constrangimentos no exercício diário do jornalismo.

O desenvolvimento de um jornalismo acessível indiscutivelmente perpassa por fatores econômicos e organizacionais, visto que a atividade jornalística que chega ao grande público é exercida por empresas, organizações que de modo algum deixarão de visar à sustentabilidade financeira (quando não o próprio lucro) em suas decisões empresariais. Portanto, ao pensar o jornalismo acessível na prática, o princípio do lucro, ou seja, o retorno econômico que aquela ação trará para a empresa, não pode ser desconsiderado.

Com isso, o processo de aplicação de desenvolvimento de iniciativas acessíveis deve conter, obrigatoriamente, em seu escopo fundamentos que demonstrem aos gestores dos veículos da imprensa a capacidade de retorno financeiro da ação. A aplicação da acessibilidade nos processos jornalísticos deve ser compreendida como uma nova perspectiva de expansão do mercado da comunicação jornalística, mas antes disso, deve possuir a capacidade de ser um novo horizonte nos interesses de desenvolvimento dos veículos.

A dinâmica econômica guiará as decisões corporativas das empresas jornalísticas, esse fator é inerente à característica de organização; entretanto, a dinâmica do social, ao se tratar de empresa de comunicação e em determinados casos de concessões públicas, jamais deve ser uma discussão periférica no debate, mas deve estar presente em sua centralidade.

Exercer a acessibilidade no jornalismo requer possuir a intencionalidade de levar a comunicação a um maior número de pessoas, ou seja, possibilitar de que a audiência que possui dificuldade de acesso possa exercer o seu direito à comunicação e à informação. A discussão vai mais além: ter acesso à informação é fator determinante para o exercício da cidadania, para a efetivação da participação democrática e, conseqüentemente, para a ampliação da participação social de cidadãos que historicamente estiveram à margem das discussões sobre a expansão da comunicação e do jornalismo em novos meios.

Diante disso, esse trabalho propõe uma reflexão e o desenvolvimento prático de orientações a jornalistas com foco no desenvolvimento de material jornalístico acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual, compreendendo essa ferramenta como essencial para o aprimoramento da participação social democrática de pessoas com deficiência e igualmente se busca sustentar o jornalismo acessível como uma nova perspectiva para o mercado jornalístico. Assim sendo, a pergunta norteadora desta pesquisa é: *como a promoção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual pode ser uma ferramenta de expansão da atividade jornalística e de participação social?*

Com foco em responder a essa inquietação central, além das demais surgidas no decorrer da pesquisa, o presente estudo se estrutura em quatro capítulos, com foco em desenvolver o cenário das pesquisas em comunicação, acessibilidade e democracia; desenvolver de maneira mais aprofundada sobre uma nova perspectiva a respeito da deficiência, bem como os modos de organização social desses grupos; a partir da discussão sobre deficiência, o enfoque se voltará para o jornalismo, em vista das possibilidades que a comunicação jornalística tem de adentrar no cotidiano da sociedade suscitando discussões, sendo uma importante ferramenta de constituição de entendimentos subjetivos e coletivos na vida democrática; diante do entendimento dos capítulos anteriores se buscará constituir orientações sobre o desenvolvimento de material jornalístico acessível, no âmbito técnico e prático.

No capítulo 1 “Revisão Sistematizada” se discute o levantamento dos estudos publicados no Brasil entre os anos de 2018 e 2021 que abordaram os temas: jornalismo, acessibilidade e democracia. A sondagem foi realizada nos principais portais de publicações de pesquisas acadêmicas e na área de comunicação.

O capítulo 2, intitulado “A deficiência sob uma nova perspectiva” desenvolverá uma discussão com vista a superar a discussão capacitista relativa à deficiência. Busca-se compreender os modos como grupos de pessoas com deficiência se organizam socialmente e a influência do jornalismo nesse processo.

Da necessidade de compreender a presença da temática sobre acessibilidade na produção do jornalismo, o capítulo 3 “Percepções sobre a acessibilidade no jornalismo” tem o objetivo central de traçar um cenário sobre a acessibilidade nas redações jornalísticas – seja no sentido técnico, como compreender as ferramentas utilizadas para tornar o jornalismo acessível; seja na esfera da escrita e narrativa jornalística, identificando o uso de ideias capacitistas e limitadoras (ou não) nas produções dos veículos. Avançando para um cenário mais amplo, o capítulo também abordará como os veículos jornalísticos se caracterizam instituições corporativas que possuem interesses próprios e que, portanto, impõem/disputa esses interesses na rotina das redações.

O capítulo 4 “A efetivação de um novo agir profissional” atuará no âmbito prático, discutindo os processos necessários para o desenvolvimento de um jornalismo mais acessível. Serão trazidas à discussão o uso de ferramentas, técnicas e a discussão sobre temáticas como capacitismo; integração e inclusão; termos obsoletos e entre outros assuntos que auxiliarão o jornalista – ou a empresa jornalística, caso seja interesse efetivo dos atores econômicos e políticos da organização – a desenvolver produções jornalísticas acessíveis.

1 REVISÃO SISTEMATIZADA: A ESSENCIALIDADE DOS ESTUDOS EM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Diante do crescente avanço do acesso à informação por meio da disponibilidade de novas tecnologias que possibilitam a instantaneidade da comunicação, fazendo com que as notícias circulem de variadas maneiras, pautando discussões e abastecendo debates dos mais diversos tipos. Sendo assim, abre-se espaço para compreensão de como a comunicação pode ser uma ferramenta de fortalecimento da ampla participação social das pessoas com deficiência.

Um dos caminhos possíveis para a compreensão desse cenário é identificar pesquisas que versam sobre a temática, mais do que isso, a catalogação desses estudos possibilitará a interpretação do modo como a temática é discutida, proporcionando o desenvolvimento de novas perspectivas para as pesquisas subsequentes

Com isso, o presente levantamento de pesquisas se deu por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura, que consiste em um estudo secundário que possui como fonte de dados estudos primários (GALVÃO; PEREIRA, 2014). Para Galvão e Pereira (2014) a revisão sistemática possui oito métodos, são eles: elaboração da pergunta de pesquisa; busca na literatura; seleção dos artigos; extração dos dados; avaliação da qualidade metodológica; síntese dos dados; avaliação da qualidade das evidências; e redação e publicação dos resultados. Neste levantamento foram utilizados alguns métodos da revisão sistemática para compreender o cenário das pesquisas a respeito dos temas.

A pergunta que norteou a revisão sistemática é a seguinte: como os estudos sobre jornalismo abordam sobre a acessibilidade como ferramenta do processo democrático? Portanto, os estudos que possuem como temática jornalismo, acessibilidade e democracia foram os objetos do levantamento. Entretanto, como maneira de expandir as possibilidades de identificação dos estudos, foram incluídos aqueles que possuíam também apenas duas das temáticas citadas.

Sendo a revisão sistemática uma forma de identificar estudos e promover uma síntese e análise dos estudos relevantes sobre determinado tema (MANCINI; SAMPAIO, 2006), nos cabe interpretar que a ausência de estudos também possibilita uma compreensão de cenário, pois a falta também é um dado. Sendo assim, torna ainda mais indispensável a capacidade da revisão sistemática de suscitar o surgimento de novas pesquisas.

A busca na literatura foi realizada no portal de periódicos da CAPES e nos principais portais de pesquisa científica do Brasil relacionados à comunicação e estudos da mídia, sendo eles: anais do congresso nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação (Intercom); anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCIBER); anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica); e anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós).

Os artigos foram pesquisados utilizando palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa. A grande maioria dos sites disponibiliza buscadores que facilitam a identificação dos estudos por meios das palavras-chave, como o portal da Compós (Figura 1), entretanto o portal da Intercom não disponibiliza buscador, sendo necessário utilizar o buscador do navegador.

FIGURA – 1: Barra de pesquisa portal da Compós.

The image shows the search bar of the Compós portal. At the top left is the 'compós' logo. To its right are navigation links: 'Início', 'Links', 'Anais', 'E-Compós', and 'Contato'. Below these links is a search input field with a placeholder 'E-mail' and a search button. A link '-Esqueci minha senha' is located below the search field. A secondary navigation bar contains links: 'A Compós', 'Programas', 'Notícias', 'Encontros Anuais', 'GT's', 'Prêmio de Teses e Dissertações', 'Publicações', and 'Lista de Discussão'. Below this is the text 'Anais -> 2020 - XXIX COMPÓS: UFMS/CAMPO GRANDE'. A message reads: 'Informe o que deseja buscar e clique no botão pesquisar. A busca é realizada nos seguintes campos: título e autores:'. At the bottom is a search input field and a 'Buscar' button.

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Os sites pesquisados não apresentaram grandes barreiras para realizar a busca interna pelo material publicado em eventos anteriores. A pesquisa conseguiu prosseguir de maneira satisfatório, entretanto, a busca não retornou com uma robusta quantidade de artigo sobre as temáticas selecionadas.

1.1 SELEÇÃO DOS ARTIGOS

Para o processo de seleção dos artigos foram utilizadas palavras-chave que relacionassem com as temáticas da pesquisa (jornalismo, acessibilidade e democracia). Como já citado, a pesquisa se desenvolveu no ambiente online, utilizando os buscadores, ou barras de pesquisa, disponibilizados nos sites e o buscador do navegador utilizado para a realização da

pesquisa. A partir dos dados captados foram elaboradas duas tabelas. A primeira (Tabela 1) com os resultados obtidos a partir de palavras-chave como “jornalismo”, “acessibilidade”, “inclusão/inclusivo”, “deficiência” e “democracia”.

TABELA – 1: Palavras-chave

	Periódicos Capes	Anais do Intercom	SBPJor	ABCIBER	Anais da Compós	Compolitica
Jornalismo	1021	941	177	15	35	8
Acessibilidade	980	2	0	0	3	0
Inclusão/Inclusivo	5824	16	1	0	2	0
Deficiência	2845	11	1	0	0	0
Democracia	6291	25	5	0	4	12

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

O alto número de pesquisas identificadas no portal de Periódicos da Capes existe em decorrência da amplitude de temáticas disponíveis em seu portal, não sendo destinada a áreas do conhecimento determinadas, como os demais portais pesquisados.

Apesar do alto número de pesquisas sobre democracia, e mais especificamente de pesquisas da área da comunicação a respeito do tema, nenhum estudo disponível nas plataformas possuía conteúdo satisfatório para compor o levantamento, mas como explanado acima, foram aceitos estudos abordassem duas das temáticas centrais. Diante dos estudos identificados, as discussões apresentadas nesse levantamento ocorrem principalmente no âmbito do jornalismo e da promoção da acessibilidade.

Após a identificação de publicações de acordo com a temática de interesse, foi elaborada uma nova tabela (Tabela 2) com o detalhamento das publicações encontradas, identificando o título, o(s) autor(res), o ano de publicação, o local de publicação e o link de acesso.

TABELA – 2: Pesquisas identificadas nos portais

Título do artigo	Autor(es)	Ano	Site	Link
A audiodescrição no documentário Democracia em Vertigem	Ester Caetano, Milene Lages, Michele Negrini	2020	Intercom	R15-0253-1.pdf (intercom.org.br)

Audiodescrição: Uma possibilidade de inclusão no telejornalismo	Jefferson Perleberg Rubira, Michele Negrini	2020	Intercom	R15-0689-1.pdf (intercom.org.br)
Do jornalismo inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira	Renata Elias Juliotti, Cilene Victor	2020	Intercom	R15-2786-1.pdf (intercom.org.br)
<i>Podcast</i> e Acessibilidade: apontamentos teóricos e metodológicos	Elton Bruno Pinheiro	2020	Intercom	R15-2637-1.pdf (intercom.org.br)
Direito Humano à Comunicação e a Acessibilidade nas Mídias Audiovisuais	Flavia Affonso Mayer	2020	Compós	Artigo Compós – Flávia Mayer.docx (compos.org.br)
Notícia para a audiência que não ouve e não vê: uma discussão sobre a inclusão e acessibilidade na televisão	Livia Cirne, Vitor Belém, Paulo Cajazeira	2020	Compós	Artigo Compós – Cirne, Belém, Cajazeira.docx (compos.org.br)
Caminhos para Visibilidade de Crianças com Deficiência no Jornalismo: um estudo sobre a reportagem Claro Enigma, da revista Veja	Giselle Freire	2019	Intercom	R14-1218-1.pdf (intercom.org.br)
Os Desafios de Produção de Telejornais Universitários Inclusivos: os casos do Pampa News e do Empauta TV	Michele Negrini, Roberta Ross	2019	Intercom	R14-0645-1.pdf (intercom.org.br)
Para Cego Ver, Para Surdo Ouvir: reflexões sobre a inclusão e a acessibilidade na TV brasileira	Livia Cirne, Vitor Belém	2018	Compós	Artigo Compós – Cirne, Belém.docx (compos.org.br)

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Foram identificados nove artigos, sendo seis no portal da Intercom (quatro em 2020 e dois em 2019) e três no portal da Compós (dois em 2020 e um em 2018), nenhum artigo foi encontrado nos portais da SBPJo e ABCIBER que pudessem compor o processo de extração de dados e desenvolvimento da discussão. Também não foi catalogado nenhum artigo satisfatório, dentro da delimitação da pesquisa, no decorrer do ano de 2021.

Diante disso, observa-se o contraste da escala de artigos encontrados por meio da pesquisa com palavras-chaves e o resultado final representado na tabela 1. Mas, como afirma Galvão e Pereira (2014, p. 183), a revisão sistemática “trata-se de um tipo de investigação

focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.”, sendo assim, é prognosticável que um baixo número de pesquisas identificadas no processo de seleção dos artigos iria compor a extração e discussão dos dados.

1.2 DISCUSSÃO DOS ESTUDOS

As pesquisas publicadas em 2020 discorrem sobre temáticas, em algumas ocasiões, muito semelhantes, como a audiodescrição e a legislação sobre acessibilidade na comunicação. Entretanto, cada pesquisa desenvolve uma abordagem única, algumas de forma mais aprofundada, ou seja, ampliaram a discussão levantando problemáticas e utilizando de uma bibliografia mais vasta.

Em 2019 foram identificadas duas pesquisas, ambas com temáticas distintas. A primeira relacionada ao autismo, mas que traz uma discussão relevante ao ressaltar a retirada da discussão sobre deficiência do âmbito clínico/médico, para o âmbito social. A segunda ressalta a importância do jornalismo universitário para a promoção da acessibilidade.

Em 2018 foi localizada apenas uma pesquisa, em que as autoras discorrem sobre a importância da televisão para a sociedade brasileira e mostrando caminhos para que as produções televisivas se tornem mais acessíveis.

1.2.1 Pesquisas identificadas em 2020

O artigo de Caetano, Lages e Negrini (2020) desenvolve uma breve análise sobre a audiodescrição (AD) empregada no documentário *Democracia em Vertigem*, lançado em 2019 na plataforma de *streaming* Netflix. As autoras analisam a aplicação da técnica de AD em diferentes momentos e situações do documentário.

Como define o Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis, publicado pelo Ministério da Cultura, a AD trata-se de uma modalidade de tradução audiovisual, que possui natureza intersemiótica, com o objetivo de tornar produções audiovisual acessíveis às pessoas com deficiência visual. A AD contempla vários aspectos presentes em determinada cena, como objetivos, cores, altura, quantidade de pessoas e entre outros elementos necessários para a percepção auditiva da cena apresentada.

Foram analisadas as aplicações para a descrição de cenários e personagens, estabelecendo os momentos em que a AD priorizou definir o cenário em detrimento dos personagens e vice-versa. Esse tipo de análise é fundamental para compreender a narrativa que a AD objetiva oferecer, pois a escolha do que será descrito influencia no entendimento por parte do ouvinte do contexto exposto, podendo gerar um entendimento consonante ou não com as imagens apresentadas.

Outro fator analisado pelas autoras diz respeito a cor. Ao criar um roteiro para desenvolver a AD, o audiodescritor não deve suprimir questões relacionadas a coloração das cenas, dos cenários, objetos, roupas e entre outros fatores capazes de impactar na narrativa e percepção do contexto. O artigo destaca as descrições da exibição de cenas ou fotos em preto e branco e ressaltam a escolha por narrar a transição dessas cores quando elas ocorrem. Entretanto, as autoras elaboram uma crítica ao fato de a AD do documentário, em determinada cena, dar preferência à descrição da transição de uma cena colorida para o preto e branco, em detrimento de descrever a cena em si.

Seguindo a discussão sobre a audiodescrição, na pesquisa de Rubira e Negrini (2020) os autores realizaram um estudo de recepção em um grupo focal composto por estudantes de uma escola especial da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Na primeira parte do artigo é desenvolvida uma discussão sobre a importância da AD enquanto tecnologia assistiva (TA) para a garantia de acessibilidade a conteúdos midiáticos às pessoas com deficiência visual. Posteriormente os autores discutem a respeito da legislação que assegura a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência de modo geral.

Os autores destacam que na televisão as principais ferramentas de acessibilidade são: o *closed caption* (legenda oculta), a janela de Libras, a dublagem e a audiodescrição de imagem. Os três itens apontados pelos autores também são destacados como essenciais para a produção de materiais audiovisuais acessíveis no Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis do Ministério da Cultura.

Seguindo o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Rubira e Negrini (2020, p. 5) afirmam que AD é “um recurso que consiste em uma descrição em áudio de imagens, elementos visuais, gestos e peças de vestuário que aparecem na tela”. Com isso, segundo os autores, a AD se destina às pessoas cegas e com baixa visão, em que as cenas e os elementos visuais devem ser compreendidos por meio do da narração em áudio.

Em seu grupo focal, os pesquisadores apresentaram duas reportagens, sendo uma delas sem AD e outra que utilizava o recurso. As reportagens foram produzidas pela RBS TV, filiada

à Rede Globo, exibidas no Jornal do Almoço. Uma das principais constatações identificadas pelos autores é o fato de que nenhum dos participantes haviam tido experiência ou contato com a AD em momentos anteriores de suas vidas. Para os pesquisadores, esse fato seria em parte uma falha da instituição de ensino, que não apresentou aos estudantes materiais midiáticos com AD, entretanto, demonstra a quase total ausência de produções acessíveis às pessoas com deficiência visual no cotidiano.

Com os resultados da pesquisa, principalmente após a exibição da primeira reportagem, foi possível constatar a relevância da descrição de elementos gráficos e textuais exibidos nas cenas. A primeira reportagem exibia um roteiro de viagem por cidade gaúcha, no decorrer da produção foram exibidos mapas, preços e textos sobre os lugares. Após a exibição uma das participantes do grupo focal, demonstrou desconforto ao de que a reportagem não trazia as informações dos preços no decorrer a viagem, entretanto, a informação estava disponível, mas apenas de forma textual.

O fato destacado pela participante do estudo demonstra a importância de audiodescrever os elementos não-textuais, principalmente quando eles constituem informações essenciais para a compreensão do conteúdo. Alvez, Teles e Pereira (2011) destacam que mesmo os créditos, textos títulos, legendas e intertítulos necessitam ser descritos, portanto, todos os elementos textuais devem estar presentes na AD, sendo necessário que no processo de construção do roteiro esses elementos sejam audiodescritos sem se sobrepor a outras informações visuais importantes.

Essencialmente fundamental, o artigo de Juliotti e Victor (2020) se desenvolve em outro sentido, voltado para o jornalismo enquanto organização. Os pesquisadores realizaram uma análise quantitativa a respeito da participação de jornalistas com deficiência nas redações jornalísticas brasileiras e se utilizaram da análise de conteúdo de Laurence Bardin, para analisar os portais de 11 sindicatos de jornalistas de diferentes estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, e portal da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

Na parte inicial do texto os autores iniciam uma discussão sobre estereótipos ligados às pessoas com deficiência e principalmente sobre os questionamentos a respeito das capacidades limitantes que a sociedade acredita que as pessoas com deficiência possuem. Para Nario-Redmond (2019) as concepções de limitação referente às pessoas com deficiência são construções sociais e que, portanto, essas concepções são cabíveis de transformações. Sendo assim, compreender os cenários, e mais do que isso, propor mudanças possibilita que ideias

limitantes possam sofrer transformações positivas, com vista à inclusão e a promoção da acessibilidade.

No decorrer do texto, assim como Rubira e Negrini (2020), os pesquisadores discorrem sobre a legislação que versa sobre a promoção da acessibilidade, com foco na Lei 8.213, 24 de julho de 1991 (Lei de Cotas). A lei assegura que a empresas devem destinar de 2% a 5% de suas vagas às pessoas com deficiência.

Posteriormente, Juliotti e Victor (2020) elaboram uma discussão sobre a relação da imprensa com as pessoas com deficiência. Para os autores as narrativas midiáticas presentes na imprensa são essenciais para a formação de estereótipos relacionados às pessoas com deficiência. Com isso, a prática de um jornalismo inclusivo seria essencial para a devida mudança de conceitos e quebra de estereótipos. Jornalismo inclusivo, para os autores, seria não apenas a criação de conteúdos acessíveis, mas conteúdos que não permeiam em sua narrativa preconceitos ou rótulos relacionais às pessoas com deficiência.

Concluindo a pesquisa, os autores destacam que os portais dos sindicatos possuem em seu histórico discussões relacionadas às pessoas com deficiência, entretanto, a abordagem da temática é subjetiva ou incipiente. Outro fator constatado é a ausência de referências às pessoas com deficiência nos estatutos dos sindicatos pesquisados. Além disso, as plataformas digitais dos sindicatos não possuem acessibilidade, tanto para a navegação, quanto em relação aos conteúdos disponibilizados.

A pesquisa de Elton (2020) busca identificar as possibilidades de transformar o *podcast* em um formato acessível, com foco em grupos sensorialmente diversos, em especial pessoas com deficiência auditiva e visual. O autor desenvolve sua pesquisa a partir de revisão de literatura e entrevistas para compreender a acessibilidade cultural.

Em sua pesquisa Elton (2020), ao discutir sobre a necessidade de estudos de acessibilidade, o autor destaca que por razão da acessibilidade ser um benefício para todos, logo se deve repensar a utilização do termo “deficiência”, para seja empregado o termo “diversidade sensorial”. Sendo assim, produções acessíveis não seriam mais destinadas às pessoas com deficiência, mas a um público com diversidade sensorial.

A diversidade é, portanto, o ponto crucial para pensarmos produtos acessíveis, pois como afirma Werneck (*apud* VIVARTA, 2003), nos cabe pensar a partir de uma nova ética, a ética da diversidade, pois a chamada ética da igualdade leva à concepção de modelos ideais de seres humanos, pois valoriza o que temos de semelhança, permitindo a hierarquização de

condições humanas. A ética da diversidade parte do princípio que cada pessoa é diferente, não nos permitindo a comparação entre as diferentes condições humanas (VIVARTA, 2003).

Ao discorrer sobre a diversidade surda, Perlin (2013, p. 56) diz que “o surdo tem diferença e, não, deficiência, e a preocupação que pretendo explorar aqui, antes de tudo, trata da diferença e diversidade”. Portanto, a diversidade, ou mais precisamente, a diversidade sensorial deve ser fator de relevância nas discussões sobre a inclusão para o acesso à informação e efetivação da participação popular. Não pensar em modos de produção de conteúdos midiáticos que contemplem as diversidades sensoriais levará essencialmente à exclusão e a uma falta de diversidade nos debates sociais.

Em seu capítulo de discussão sobre as ferramentas que podem tornar *podcasts* mais acessíveis, o autor inicia alertando sobre a importância da roteirização do conteúdo, pois possuir o roteiro produzido facilita o processo posterior de transcrição do episódio ou capítulo. Além disso, questões relativas às emoções dos narradores, entrevistados ou apresentadores devem ser levadas em consideração ao produzir a transcrição.

A legendagem é outra ferramenta destacada por Elton (2020), o pesquisador aponta a existência de inúmeros formatos de podcast, portanto, logo ao realizar a legendagem se deve levar em consideração esse aspecto. O autor exemplifica que sons utilizados para realizar transições ou dar dramaticidade ao episódio ou capítulo, devem ser descritos de acordo com a sensação que se deseja transpassar, pois é fundamental para aproximar ao conteúdo original.

Outra forma de legendagem destacada pelo autor é a legenda criativa, em se que objetiva ampliar as formas de 28 apresenta-las na tela. Elas podem se apresentar de diferentes cores para facilitar a identificação do locutor, ou podem estar dispostas em diferentes lugares da tela próximas a quem fala, facilitando a compreensão dos diálogos e seus participantes.

Para Elton (2020) a janela de Libras também pode ser utilizada para tornar o conteúdo do podcast mais acessível. Destaca-se, assim como as ferramentas anteriormente apresentadas, a necessidade de utilização de outros formatos midiáticos para que se utilize essa ferramenta. Uma das questões levantadas pelo pesquisador, problematizando a utilização da janela de Libras, são aspectos relativos às “limitações relacionadas à interpretação/comunicação dos recursos expressivos da linguagem radiofônica, suas intencionalidades semânticas e estéticas” (ELTON, 2020, p. 11), que poderiam limitar determinados entendimentos, ou interferir na experiência do espectador.

A audiodescrição é outra ferramenta sugerida pelo pesquisador, pois para Elton (2020, p. 12) “uma audiodescrição gravada pela equipe ou apresentador(a)/produtor(a) do próprio

podcast, levando em conta a identidade estética e carga semântica do conteúdo, pode ser considerada mais acessível.” Sendo assim, a AD em um podcast seria utilizada para aprofundar a fruição do conteúdo apresentado no *podcast*.

Por fim, o autor sugere a utilização de *links* e *hashtags*, pois facilitaria a localização dos conteúdos por parte do público sensorialmente diverso. Ao exemplificar, o autor sugere a utilização de *hashtags* como “#ParaTodosVerem”, “#ParaTodosOuvirem”, ou que identifiquem que o conteúdo do *podcast* é acessível, como “#PodcastAcessivel”, “#ConteudoAcessivel” e também a utilização de links para que os usuários sejam encaminhados aos formatos acessíveis.

O estudo de Mayer (2020) discorre sobre o acesso à comunicação enquanto direito humano fundamental e a importância para o fortalecimento da cidadania. A autora inicia seu trabalho explanando a respeito da ampliação do acesso à informação e da fortificação de discursos que certificam a devida representação dos cidadãos como um aspecto essencial às sociedades democráticas e uma premissa para a igualdade social.

A partir de suas fundamentações teóricas, a pesquisadora defende a concepção da deficiência a partir do Modelo Social, em que a deficiência não estaria no indivíduo, mas no ambiente. Ou seja, segundo Mayer (2020, p. 2) a deficiência é resultado direto do modo como a sociedade está organizada, com isso, uma sociedade mais acessível é “menos deficiente”, pois diminui as barreiras.

Indiretamente a autora nos leva à discussão a respeito da integração, que para Vivarta (2013, p. 19) “nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, em todos os lugares.” Consequentemente, a partir da ótica da integração a sociedade seleciona não apenas os que estão aptos para usufruir dos ambientes físicos, mas também aqueles que terão acesso à informação.

Um dos aspectos centrais da integração é transferir e individualizar a responsabilidade sobre o acesso, não estando mais a sociedade obrigada a se desenvolver incluindo as pessoas com deficiência, mas incumbe às pessoas com deficiência a exclusiva obrigação de adaptar-se e se inserir na sociedade.

Em seu capítulo de discussão sobre o direito humano à comunicação, Mayer (2020, p. 3) defende que a “cidadania configura-se, pois, como um pilar fundamental para a expansão da democracia, e tem relação direta com a consciência do ‘direito a ter direitos’”, com isso a autora corrobora com a ideia da essencialidade da informação para a formulação de ações que efetivem a cidadania, principalmente para grupos como os de pessoas com deficiência. Para a autora, em

determinados momentos, o acesso à informação não basta, mas é necessária a capacidade de mobilizar e participar no desenvolvimento de uma sociedade mais plural e solidária.

Uma nova sociabilidade é possível por meio da expansão do exercício da cidadania por parte das pessoas com deficiência e tornar os meios de comunicação mais acessíveis é fundamental para esse processo de efetivação da cidadania (MAYER, 2020). Mais do que isso, deve-se pensar não apenas o acesso, mas também a inserção da pessoa com deficiência no processo de produção da informação, portanto, construindo novos paradigmas.

Assim como outras pesquisas discutidas nesse levantamento, o trabalho de Mayer (2020) se dedica também a discutir sobre a legislação que assegura o direito da acessibilidade nos meios de comunicação. A pesquisadora destaca a Lei nº 10.098, que determina a exibição de conteúdos com acessibilidade por parte das emissoras de televisão com sinal aberto.

Posteriormente, a autora discorre sobre a inclusão e integração, partindo do princípio da necessidade de superarmos a integração e partimos à inclusão. Segundo Vivarta (2003) a integração objetiva fazer com que a pessoas com deficiência de adapte ao meio, ao invés do sistema que compõe o meio, ou seja a sociedade, buscar medidas para a devida implementação da inclusão.

A autora está em consonância com Vivarta (2003), ao afirmar que exercer a integração, espera-se que as pessoas com deficiência se adequem aos serviços oferecidos, sem que a estrutura fundamental de criação e promoção do produto seja alterada. Como exemplo, Mayer (2020) destaca que filmes e outros produtos audiovisuais, que implementam a acessibilidade, apenas a executa no pós-produção, quando os produtos já estão finalizados.

Diante disso, a autora propõe a efetivação da inclusão, que seria “a inserção dos sujeitos a partir de (re)organização de todo o sistema, dentro de uma nova lógica acessível” (MAYER, 2020, p. 9), logo, as pessoas com deficiência não mais estariam no fim do processo, mas no decorrer de todo percurso de criação do produto, da ideia inicial à finalização.

Outra discussão levantada na pesquisa discorre sobre o *Design Universal*, ou seja, desenvolver produtos que tenham a capacidade de atender a diferentes públicos e que possam ser acessados, ou consumidos, de maneira independente e natural (MAYER, 2020). A autora defende o *Design Universal* como elemento fundamental para a efetivação de avanços no acesso à informação. Mayer (2020) afirma ser necessário pensar a acessibilidade a partir da lógica do *Design Universal* e propõe pontos fundamentais para a devida implementação.

Primeiramente a autora propõe pensar a acessibilidade como um compromisso cívico-democrático e não como obrigação a ser seguida ou necessidade burocrática, Mayer (2020, p.

11) defende que “é também uma forma de cumprir a função social do próprio campo da Comunicação e do Cinema, contribuindo para a formação de uma audiência mais consciente e crítica em relação ao meio”. O segundo ponto defendido pela autora é a contratação de profissionais capacitados para a implementação de ações de acessibilidade.

A terceira proposta visa garantir que pessoas com deficiência possam se constituir como parte do processo de produção, pois as pessoas com deficiência lidam de forma diferente com as questões sensoriais em relação a quem produz os produtos audiovisuais. Por fim, Mayer (2020) propõe que os profissionais em acessibilidade e consultores devem estar presentes desde o início da cadeia de produção, ou seja, desde a pré-produção.

Concluindo os trabalhos apresentados em 2020, a pesquisa de Cirne, Belém e Cajazeira (2020) propõe uma discussão sobre serviços assistivos para a televisão e as perspectivas para o jornalismo. Os autores também propõem um manual de acessibilidade para jornalistas.

Na introdução da pesquisa os pesquisadores trazem leis, decretos e iniciativas que objetivam tornar a comunicação mais acessível. Como é possível perceber, artigos relacionados à acessibilidade na comunicação comumente desenvolvem discussões sobre a legislação a respeito da acessibilidade, o que demonstra um grande distanciamento entre o aspecto legal, ou seja, as determinações da legislação, e o aspecto prático, o que nos leva a questionar se essa ocorrência se dá pelo desconhecimento das leis ou negligência das empresas e instituições que ignoram os direitos assegurados.

Para Cirne, Belém e Cajazeira (2020) os manuais de jornalismo majoritariamente são construídos de forma prioritária para uma audiência ouvinte e vidente. Esse fator implica em barreiras para a implementação de iniciativas que objetivem a inclusão, pois há práticas consolidadas que necessitam de um trabalho árduo para que sejam abandonadas. Para os autores, há uma certa omissão ao não se discutir sobre acessibilidade nos manuais de telejornalismo.

A audiodescrição é das ferramentas apresentadas pelos autores como fundamentais para a acessibilidade na televisão. Segundo Cirne, Belém e Cajazeira (2020, p. 4), a AD é “um recurso de tradução audiovisual que converte imagem em sons, orientando-se pela narração detalhada [...] de modo a possibilitar melhor a compreensão do que não pode ser visto parcialmente ou completamente”.

A AD requer planejamento, para que seja inserida sem se sobrepôr ao que se fala. Portanto, para evitar que a AD seja utilizada de forma equivocada, os autores afirmam a necessidade de desenvolver um roteiro ou *script*, para que as pausas necessárias para a inclusão

da AD sejam trabalhadas. Diante disso, Cirne, Belém e Cajazeira (2020) criticam o fato de que grande parte das produções com AD, realizarem a inserção da ferramenta com base em roteiros para videntes e não responsivos, ou seja, ao serem desenvolvidas sob roteiros exclusivos para videntes as produções apresentarão difícil inserção da AD.

Em relação ao conteúdo da AD, Cirne, Belém e Cajazeira (2020, p. 5) destacam que se deve produzir o áudio de forma que “estimule a imaginação, em harmonia com a poética e estética do produto” sem que se altere a mensagem principal ou se altere a narrativa, mas que possibilite a riqueza de detalhes existentes no vídeo.

Sobre a legendagem, ou *Closed Caption* (CC), os autores destacam que desde 2008 ela compõe a grade de programação da televisão brasileira com sinal aberto. A legendagem se divide em três categorias, segundo Cirne, Belém e Cajazeira (2020), sendo elas: ao vivo – ocasião onde a legendagem é produzida no momento em que o conteúdo é exibido; pré-produzida, ocorre quando o tempo para sua produção é inferior a 24h; pré-gravada, ou seja, o material teve tempo hábil suficiente para ser trabalhado, como a legendagem para filmes ou séries.

A respeito da janela de Libras, os autores salientam os seguintes pontos: priorização do uso do *chroma-key*; janela alinhada à direita ocupando $\frac{1}{4}$ da tela; tradução realizada por um profissional habilitado da Língua Brasileira de Sinais; posicionar o intérprete no centro da janela, dando destaque às mãos, tronco, braços e cabeça. Segundo Pereira et al. (2011, p. 59) a Libras é uma língua “visual-espacial”, logo destacar a região do tronco e da cabeça é fundamental para a correta utilização da Libras em vídeo.

O manual proposto pelos pesquisadores se constitui de 8 etapas, são elas: formação da equipe de audiodescrição; definição da equipe; planejamento das atividades; audiodescrição do material; legendamento – direcionada aos deficientes auditivos; gravação em áudio para a audiodescrição e o legendamento; edição; e avaliação final da equipe de produção. A validação final da equipe é essencial para a correção de erros e adequação às necessidades que se apresentarem no decorrer da produção.

1.2.2 Pesquisas identificadas em 2019

A pesquisa realizada por Freire (2019), objetiva estudar sobre a visibilidade das crianças com deficiência no jornalismo, a partir de estudos sobre a história e analisando a reportagem “Claro Enigma”, produzida pela revista Veja.

Para a introdução de seu artigo, Freire (2019) realiza uma abordagem histórica sobre os modos e as formas como as crianças com deficiência foram tratadas por suas famílias e pela sociedade. Segundo Freire (2019), a imprensa foi fundamental para determinadas conquistas por parte da população com deficiência, para exemplificar, a autora relata a criação da *The Union Of The Physically Impaired Against Segregation* (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), que teria surgido a partir de uma carta publicada no jornal inglês *The Guardian*.

A deficiência sempre esteve atrelada a questões relacionadas à incapacidade ou limitações, e principalmente a conceitos clínicos, criando estereótipos sociais segregacionistas. De acordo com a pesquisa de Freire (2019), apenas quando as pessoas com deficiência se organizam em entidades ou organizações específicas para lutar por suas causas que o conceito de deficiência sai do âmbito médico/clínico e move para o âmbito social.

A organização das pessoas com deficiência em entidades ou grupos é apontada por Vivarta (2003, p. 20) como aspecto fundamental para modernização das discussões sobre os direitos humanos das pessoas com deficiência, pois os debates avançaram “do conceito de segregação institucional, passando pelo de integração até chegar ao atual modelo de sociedade inclusiva.” O avanço das discussões deve ser constante e permanente, superando os paradigmas ainda existentes na sociedade, inclusive visões ainda de âmbito médico/clínico.

A reportagem, objeto de análise da pesquisa, discorre sobre o autismo. Segundo Freire (2019, p. 13), o grande mérito da reportagem é “a escuta cuidadosa e a relação dialógica com as histórias de vida narradas”, com isso, a reportagem realizou uma abordagem pautada na singularidade, mas também na pluralidade de cada ser humano. Para a pesquisadora, a sociedade ainda possui muitos estereótipos em relação a deficiência, mas a transformação das narrativas expostas nos veículos de imprensa e outros meios midiáticos podem ser ferramentas para a efetiva mudança das concepções a respeito do assunto deficiência.

Na pesquisa de Negrini e Ross (2019) as autoras buscam desenvolver uma reflexão sobre telejornais universitários e possuem como objeto de discussão as produções Pampa News, desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Em Pauta TV, desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

Na parte inicial de sua pesquisa as autoras destacam a centralidade da televisão em nossa sociedade para a obtenção de informação jornalística. Na visão das autoras a ampliação do espaço dos telejornais para o ambiente virtual, possibilitou a expansão do acesso para um número maior de pessoas, sendo assim, para que esses novos públicos possam ser atendidos de forma igualitária é essencial a produção de conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência.

A importância do jornalismo universitário é primordial para o processo de formação do jornalista profissional, pois alinha o ensino e a aprendizagem prática. Para a autoras é nesse momento que as ferramentas de acessibilidade devem ser inseridas no processo de produção e discutidas no ambiente universitário, visto que formariam profissionais capacitados para lidar com diferentes públicos.

Um dos objetos de estudo da pesquisa, o Pampa News, é um projeto de extensão vinculado ao curso de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Unipampa. O elemento de acessibilidade utilizado pelo jornal é a janela de Libras e a iniciativa para o processo de inclusão da acessibilidade na produção ocorreu devido a crescente audiência do jornal região.

Em outro objeto de estudo da pesquisa, o Em Pauta TV é uma produção quinzenal do curso de jornalismo da UFPel. Assim como o Pampa News, a produção da UFPel ganhou destaque na comunidade academia, leva à necessidade de criar ferramentas para a devida acessibilidade do conteúdo. A legendagem é o elemento de acessibilidade que a produção utiliza, segundo as autoras, a utilização da janela Libras não é possível por questões estruturais que o curso disponibiliza.

Ambas as iniciativas são meritórias, entretanto, deve-se salientar a ausência da legendagem e audiodescrição no Pampa News e a ausência da janela de Libras e da audiodescrição na produção do Em Pauta TV. A questão estrutural, uma das barreiras levantadas pelas autoras, é questão central ao se discutir a implementação e expansão do desenvolvimento de produtos jornalísticos acessíveis, sejam eles projetos experimentais da academia ou do mercado.

Portanto, a universidade deve ser o ambiente ideal onde os futuros jornalistas tenham o contato primário com as tecnologias e ferramentas que promovam a acessibilidade. Como destaca Moura:

A maior parte dos produtos e estratégias midiáticas nas quais são capacitados nossos estudantes de jornalismo está voltada para o público que tem audição e visão [...]. Contudo, esse posicionamento deixa de fora não só as pessoas sem audição, mas também nada menos do que 3,6% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência visual (MOURA *apud* CARPES, SOSTER, 2016, p. 5).

Porém, para superarmos a barreira identificada por Moura (2016), ainda mais essencial é ampliarmos as discussões para além da questão técnica, pois a acessibilidade comunicacional deve ser debatida como uma importante ferramenta de expansão da participação social das pessoas com deficiência, ensejando no fortalecimento democrático por meio da inclusão de novas perspectivas nas discussões sociais.

1.2.3 Pesquisa identificada em 2018

A pesquisa de Cirne e Belém (2018) objetiva desenvolver uma reflexão sobre a inclusão da acessibilidade na televisão brasileira. Os autores se baseiam no Decreto nº 5.296, que regulamenta e promove a acessibilidade de forma ampla, que estatui a obrigação das emissoras de radiodifusão a implementar recursos assistivos às pessoas com deficiência auditiva e visual.

Para introduzir sua pesquisa, Cirne e Belém (2018) trazem dados para demonstrar a relevância que a televisão possui na sociedade brasileira como elemento de acesso à informação e ao entretenimento. Para os autores as empresas de comunicação não levam em consideração “um número expressivo de pessoas com deficiência que não conseguem ter acesso efetivamente aos conteúdos audiovisuais, seja porque têm perda parcial ou total da visão, ou da audição.” (CIRNE, BELÉM, 2018, p. 2). Com isso, as empresas estariam perdendo um grande público consumidor de seus conteúdos, mas por não acreditar que iniciativas de inclusão sejam válidas, não as implementam.

A produção de conteúdo na televisão brasileira estaria, segundo Cirne e Belém (2018), estritamente atrelada ao público ouvinte e vidente, fazendo com que pessoas com deficiência necessitem da ajuda de terceiros para tentar compreender os conteúdos exibidos na tela. Para Cirne e Belém:

[...] os meios de comunicação massiva, especialmente a TV aberta, desconsideram veladamente que pessoas com deficiência visual ou auditiva estejam dispostos e tenham direito a se informar e buscar entretenimento de forma clara, adaptada e diversificada. (CIRNE, BELÉM, 2018, p. 5)

A questão identificada por Cirne e Belém (2018) talvez esteja inserida em um contexto em que deve-se levar em consideração a proposta inicial do aparelho televisivo, que desde a sua origem é uma mídia visual. Portanto, o trabalho para que as produções televisivas brasileiras sejam inclusivas é longo e árduo, pois perpassa em transformar o modelo de negócio das organizações e a visão sobre o público consumidor.

Um dos fatores elencados pelos pesquisadores para a baixa produção de conteúdo acessível na televisão brasileira está a quase inexistente fiscalização por parte dos órgãos reguladores. A falta de cumprimento das leis, os decretos e normas não acarreta às empresas televisivas nenhuma multa ou consequência judicial. Mais do que isso, a falta de especificações em determinadas regulamentações possibilita o questionamento no âmbito jurídico e a consequente postergação de sua implementação.

Os autores desenvolvem uma discussão sobre a audiodescrição, a janela de Libras e a legendagem como elementos fundamentais para a efetivação da acessibilidade na televisão. A utilização dessas três ferramentas deve estar atrelada para que o público alcançado seja mais amplo e diversificado.

Na conclusão de sua pesquisa Cirne e Belém (2018) destacam duas iniciativas pioneiras na televisão brasileira. A primeira é o Repórter Visual, uma produção da emissora pública TV Brasil, trata-se de um telejornal diário com duração de cerca de 12 minutos. O grande diferencial do produto está no fato de que os apresentadores são intérpretes de Libras, fazendo com que a janela de Libras seja eliminada, não mais estando em um canto na parte inferior, mas fazendo com que o intérprete ocupe a centralidade na apresentação do noticiário.

A primeira exibição da produção foi em 1988, com o nome “Jornal Visual”, no decorrer dos anos a produção passou por momentos em que não foi exibida, voltando ao ar de forma permanente em 19 de fevereiro de 2018, já com o nome “Repórter Visual” (CIRNE, BELÉM, 2018).

Outra iniciativa pioneira apresentada pelos autores é a AD desenvolvida para o seriado Chaves, exibido no Brasil pela rede de televisão SBT. O recurso passou a estar disponível em 2011 na programação da emissora. Apesar da iniciativa positiva, os pesquisadores encontraram problemas na AD apresentada no seriado. Em determinados momentos algumas ações, que os autores consideraram essenciais para o entendimento da cena, não foram descritas pela AD. Esse tipo de problema foi recorrente no decorrer de vários episódios. A pesquisa conclui, portanto, destacando um fato comumente observado, mesmo nas produções que possuem acessibilidade ainda é possível encontrar falhas.

1.3 A NECESSIDADE DE EXPANSÃO DAS PESQUISAS

São muitas as pesquisas sobre jornalismo e deficiência, entretanto, destacam-se dois aspectos: o primeiro, relacionado à escassez de pesquisas que relacionem a promoção da acessibilidade com aspectos da efetividade da nossa democracia e para a afirmação e reivindicação de direitos. A ausência de pesquisas que desenvolvam discussões nesse sentido, como já dito, também é um dado, nos traz informações sobre as perspectivas existentes sobre o tema.

Mas superando a ausência, devemos salientar as importantes discussões existentes, principalmente de caráter técnico, sobre a efetivação da acessibilidade nos produtos jornalísticos.

Outro aspecto, é a necessidade do fortalecimento do elo academia e mercado. As pesquisas que versam sobre acessibilidade nos meios de comunicação devem chegar a quem produz notícia diariamente. São muitos os pesquisadores dispostos a contribuir para uma comunicação mais inclusiva, as pesquisas presentes são fundamentais para compreendermos o imenso caminho que devemos percorrer para a concretização de um mercado de comunicação jornalística inclusivo.

Para tanto, também devemos alertar para a necessidade da devida divulgação científica, para que as iniciativas da academia cheguem ao mercado e à sociedade, para que possam ser implementadas. Com isso nos cabe continuar trabalhando para sempre encontrar novos caminhos para a efetivação do acesso à informação para todos e todas.

O aprimoramento das técnicas e a diversidade de conteúdos com tecnologias assistivas perpassa pelo desenvolvimento de práticas profissionais que não enxerguem a acessibilidade como algo a mais ou trabalho extra, mas como coisa comum, cotidiana e edificadora.

2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA PRÁTICA: ASPECTOS LEGAIS E TÉCNICOS

O arcabouço jurídico brasileiro que fundamenta o direito de pessoas com deficiência tornou-se mais robusto no decorrer das últimas décadas, como anteriormente relatado nesta pesquisa, principalmente após as décadas de 80 e 90 do século XX. Segundo as tipologias sobre acessibilidade estabelecidas por Romeu Sasaki (2009, p. 5), a promulgação de leis que objetivem a inclusão atende aos parâmetros da Acessibilidade Programática, em que há “eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas.”, sendo assim, a legislação é uma das esferas de atuação de ações inclusivas que, segundo o autor, complementam ações práticas individuais e coletivas.

Em 2020, a Câmara dos Deputados lançou a 9ª edição da coleção “Legislação sobre a pessoa com deficiência”, que agrupa as principais diretrizes legais que amparam o direito das pessoas com deficiência. A publicação da Câmara dos Deputados é o material mais recente que reforça o teor da estrutura jurídica brasileira que ampara as pessoas com deficiência na garantia de direitos.

Nacionalmente o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, sancionado em 2015, é o principal instrumento que fundamenta os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A criação do Estatuto é considerada um grande avanço do país no processo de inclusão por instrumentalizar medidas que antes eram adotadas de maneira esporádica, não muito clara ou efetiva.

No Maranhão somente no ano de 2021 foi instituído o “Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão”, por meio da Lei nº 11.569 de 19/10/2021, portanto, seis anos após a instituição, também tardia, do Estatuto da Pessoa com Deficiência de âmbito nacional.

Internacionalmente a “Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência” da Organização das Nações Unidas (ONU), que teve seu protocolo assinado em 30 de março 2007, é considerado o principal documento de orientação para o desenvolvimento programático de medidas que direcionem à inclusão. No Brasil, a Convenção foi firmada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009.

2.1 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

As pessoas com deficiência no Brasil têm um importante instrumento de fundamentação e garantia de direitos, trata-se do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que corrobora os esforços das últimas décadas de implementar, por meio da legislação, a cidadania a grupos que historicamente vivenciaram a exclusão programática.

Primeiramente, analisaremos a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, chamada de Lei da Acessibilidade, que determina normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O texto da Lei, devido o tempo decorrido, ainda apresenta termos obsoletos como “pessoa portadora de deficiência” e foco na “integração social”, paradigma superado e sucedido pela “inclusão social”.

A Lei da Acessibilidade, no Artigo 2, define a barreira na comunicação e informação como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. A definição escrita na Lei não identifica com precisão quais são os entraves, muito possivelmente devido à complexidade no estabelecimento dos tipos de deficiência, ou deficiências, que cada cidadão pode conviver.

A delimitação das deficiências nos cidadãos é discutida por Botelho e Porciúncula (2018, p. 114), que destacam que apesar de desde o século XIX as pessoas com deficiência configurarem nas resoluções dos organismos internacionais sobre estatística, é um desafio obter dados sobre essa população, pois “ainda hoje se travam discussões sobre quem é pessoa com deficiência e como mensurar a deficiência para fins estatísticos, tamanha a complexidade da questão”. Com isso, os veículos de comunicação que almejam implementar ações de acessibilidade devem compreender primeiramente sobre o seu público.

A superação das barreiras comunicacionais também deve ser compreendida de maneira mais ampla, em que discurso e prática estejam alinhadas. A pessoa com deficiência, enquanto consumidora de informação, deve não somente ter o acesso à informação, como o conteúdo que consome não pode conter discursos que reforcem visões pejorativas. A deficiência não deve ser caracteriza nas produções jornalísticas com cargas negativas, diferenciando entre corpos saudáveis e patológicos¹, nem mesmo evocar expressões que denotem depreciação.

Apesar das mais de duas décadas de promulgação a Lei da Acessibilidade possui grande importância para a tomada de decisões referentes às ações de acessibilidade. O Capítulo VII,

¹ Por décadas ações voltadas às pessoas com deficiência levavam em consideração o modelo médico da deficiência, que enxergava a partir de uma ótica patológica. Posteriormente, com o avanço das reivindicações de grupos organizados, instituiu-se o modelo social, que superou a visão médica/clinica sobre a deficiência e implementação ações levando em considerações questões sociais (Silva et. al. 2019; Botelho, Porciúncula, 2018).

que trata da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, determina o seguinte em seu Artigo 19:

Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento. (BRASIL, 2000, Art. 19)

O artigo foca exclusivamente nas pessoas com deficiência auditiva, instituindo a obrigatoriedade do uso de língua de sinais ou outra subtítuloção por meio da adoção de plano de medidas técnicas. Ou seja, os veículos devem investir na estruturação de sua programação com o objetivo de gerar acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva, seja por meio da Libras ou *Closed Caption* (CC).

Ainda com enfoque na deficiência auditiva, a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em que institui “por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Portanto, os veículos de comunicação que possuem concessão pública, devem implementar medidas para a criação de conteúdos com acessibilidade em Libras.

Mais adiante, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta o Art. 19 da Lei de Acessibilidade, determinando a utilização da subtítuloção por meio de legenda oculta; a janela com intérprete de LIBRAS; e da descrição e narração em voz de cenas e imagens.

Por fim, a Lei 13.146, de 9 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto, mesmo concebido tardiamente, marca um dos maiores progressos das últimas décadas na luta das pessoas com deficiência. O novo instrumento balizou as políticas públicas subsequentes, tornando mais robusto a estrutura jurídica brasileira que ampara as pessoas com deficiência.

O Estatuto discorre sobre os mais diversos âmbitos da vida em sociedade, regulamentando ações voltados ao trabalho, assistência social, saúde, moradia, previdência, cultura, lazer, esporte, comunicação e outras resoluções.

O Capítulo II do Estatuto, que discorre sobre o acesso à informação e comunicação, introduz o seu texto destacando, no Artigo 63, a necessidade da acessibilidade nos sites de empresas com sede ou representação no Brasil, assim como os sites da administração pública, mais do que isso, a lei também determina que sejam seguidas diretrizes internacionais sobre o tema.

Sobre os serviços de radiodifusão de sons e imagens, a Estatuto segue diretrizes semelhantes ao Decreto nº 5.296, ao determinar que os veículos devem implementar recursos de: subtítuloção por meio de legenda oculta; janela com intérprete da Libras; e audiodescrição. Com isso, reiteradamente a legislação brasileira indica as ferramentas a serem adotadas para acessibilidade nos serviços de radiodifusão.

O estado brasileiro assume, no Artigo 73, a responsabilidade pela formação de profissionais para atuarem com interesse na efetivação da comunicação acessível. O texto do artigo afirma que:

Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem. (BRASIL, 2015, Art. 73)

Portanto, o Brasil dispõe de um arcabouço jurídico que ampara as pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo a comunicação, entretanto, cotidianamente os direitos salvaguardados em lei não são exercidos, excluindo milhões de brasileiro do direito de acesso à informação e à comunicação.

2.2 DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO MARANHENSE

O Estado do Maranhão conta desde o ano de 2021 com legislação própria que fundamenta de maneira ampla o direito das pessoas com deficiência. A Lei nº 11.569 de 19/10/2021, instituiu o “Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão” que estabeleceu diretrizes e normas foco em assegurar a inclusão social e o exercício, em condição de igualdade, de direitos humanos e liberdades fundamentais.

O Estatuto dispõe em seu texto seções/trechos dedicados a reforçar o direito à comunicação por parte das pessoas com deficiência, como o Artigo 2º da lei onde se diz:

É dever dos órgãos e entidades do Poder Público do Estado do Maranhão, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com absoluta prioridade, às pessoas com deficiência, o pleno exercício dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, [...] transporte, cultura, desporto, turismo, lazer, informação e comunicação, acessibilidade, avanços científicos e tecnológicos, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Maranhão e demais leis esparsas, que propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico. (MARANHÃO, 2021, Art. 2)

O Capítulo I, sobre Princípios e Diretrizes, em seu Artigo 4º complementa o esforço pela equiparação de direitos ao determinar a cidadania, a igualdade de oportunidade, a redução da marginalização, das desigualdades sociais e de mercado, como uns de seus princípios fundamentais.

A lei traz em seu Capítulo VI, que trata da Cultura, do Desporto, do Turismo, do Lazer e da Comunicação Social, medidas que devem ser adotadas para a inclusão de pessoas com deficiência por órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Entre as medidas está a promoção do acesso da pessoa com deficiência aos meios de comunicação social, com medidas como a criação de um programa de informação pública específica voltado à pessoa com deficiência e que destaque o seu potencial.

O Capítulo VI, apesar de promover medidas que visam acessibilidade comunicacional, não determina medidas voltadas aos veículos de comunicação da iniciativa privada, focalizando somente na comunicação pública do Estado do Maranhão. Portanto, é salutar indicar a necessidade de complementação/reforço do Estatuto com foco em viabilizar uma comunicação acessível de maneira mais ampla, dada a importância dos meios privados no processo de acesso à informação.

Entretanto, a existência de um Estatuto que estabeleça ações para a comunicação pública possui sua devida relevância, pois como destaca Kunsch (2012, p. 15) “o poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência”, e o criar orientações com foco nas pessoas com deficiência o Maranhão segue na via da inclusão. Ainda segundo a autora, a construção de uma verdadeira cidadania e o cumprimento da missão do Estado dependem de uma mudança cultural de mentalidade tanto do poder público, quanto da sociedade (KUNSCH, 2012, p. 16). A criação do Estatuto no Maranhão pode significar o desencadeamento de mudanças nas ações da esfera pública voltadas à comunicação e que gerem reflexos na iniciativa privada, levando à mudança cultural ressaltada pela autora.

Entre as instâncias da administração pública brasileira também é necessário verificar a representação das pessoas com deficiência nos municípios. De acordo com dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as 5 maiores cidades do Maranhão são: São Luís, Imperatriz, Balsas, Açailândia e São José de Ribamar. Entre esses municípios apenas a capital, São Luís, possui uma secretaria destinada às pessoas com deficiência, a cidade de Imperatriz possui o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência e o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, ambos trabalhando de modo ativo e permanente. Nos demais municípios também se registra atuação de Conselhos, como: Conselho Municipal os

Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED), em São José de Ribamar, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPIDE), em Açailândia. Em Balsas não foi identificado órgão municipal que atue pela causa das pessoas com deficiência, entretanto, há associações e entidades que realizam a mobilização no município.

2.3 NORMAS E ACORDOS INTERNACIONAIS

Na esfera internacional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina e orienta as diretrizes a serem seguidas pelos países signatários da Convenção, assinada em 2007 em Nova Iorque e promulgada no Brasil no ano de 2008.

A Convenção possui 50 artigos, sendo o Artigo 21 dedicado à Liberdade de Expressão e de Opinião e Acesso à Informação. Prontamente o artigo evidencia a importância do acesso à informação em igualdade de oportunidade com pessoas sem deficiência. O artigo reforça a necessidade de implementação de uma comunicação pública acessível aos diferentes tipos de deficiência, entretanto, o item C do artigo deixa claro que a iniciativa privada também necessita fazer parte desse empenho, o texto enfatiza que o Estado deve demandar ações das corporações privadas.

Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência. (ONU, 2007, Art. 2)

Mais adiante o texto da Convenção complementa, no item D, “incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência”. Portanto, é possível averiguar que a Convenção da ONU entende a comunicação acessível como ecossistema amplo, onde comunicação pública e privada se integram a fim levar informação ao maior número possível de cidadãos, seja com ou sem deficiência.

O desafio estabelecido pela ONU esbarra, muito possivelmente, no que Nelson Traquina (2005) define como Polo Econômico das organizações jornalísticas, onde o fator financeiro orienta as ações dos veículos. O processo de implementação da acessibilidade em empresas já estabelecidas requer mudanças estruturais no modo de fazer notícia do veículo, sendo necessária a realização de capacitação, possivelmente a contratação de profissional, serviço especializado ou mesmo a compra de equipamentos.

Todavia, Nelson Traquina (2005) também indica uma “autonomia relativa” dos jornalistas nas redações, apesar do alto condicionamento da atividade jornalística, onde seria

possível dentro de uma margem pequena o profissional realizar atividades de acordo com seus próprios interesses. O espaço indicado por Traquina trata-se do Polo Ideológico, onde o jornalismo é exercido como um serviço público. Com isso, profissionais podem implementar em suas atividades cotidianas ações que promovam a inclusão.

Sendo assim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realça a oposição de ideias dentro dos segmentos da comunicação jornalística, em que público e o privado exercem funções distintas, mas, no empenho conjunto pela inclusão, devem conciliar interesses pelo bem comum. A Convenção acentua que grande parte desse esforço deve se originar no Poder Público, que conseqüentemente há a possibilidade de criar políticas públicas de incentivo aos veículos de comunicação privada.

2.3 ASPECTOS TÉCNICOS DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A acessibilidade comunicacional voltada aos meios de comunicação requer a adoção de diretrizes que fundamentem os modos de se produzir conteúdo. A produção de conteúdo acessível para televisão, por exemplo, exige uma maior gama de conhecimentos sobre o funcionamento técnico da transmissão. No meio digital grande parte do conhecimento requerido se dá no âmbito da programação web.

Porém, a acessibilidade nos veículos de comunicação também pode ser adotada por meio de medidas práticas, sejam elas adotadas como regra geral da organização ou de iniciativa do profissional. Entretanto, nesse texto serão observados os aspectos técnicos presentes na acessibilidade para televisão, rádio, impresso e internet.

2.3.1 Televisão

A acessibilidade na televisão brasileira, como já destacado, é citada na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê, no Artigo 19, a adoção de um plano de medidas técnicas para o uso de língua de sinais ou outra subtítuloção. Posteriormente, o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, no Artigo 53, reforça a implementação do plano de medidas técnicas, por parte dos veículos de radiodifusão, e define o Ministério das Comunicações como o responsável pelo regulamento.

Posteriormente o Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005 define o prazo de cento e vinte dias, a contar da data de publicação deste decreto, para a criação da norma

complementar. Entretanto, o Decreto nº 5.762, de 27 de abril de 2006 estendeu o prazo para mais sessenta dias. Somente em meados de 2006, foi divulgada a Norma Complementar nº 1 de 27/06/2006, que efetivamente esclarece sobre os recursos de acessibilidade a serem adotados, estipula prazo e a distribuição do tempo de programação com acessibilidade.

Diante do breve histórico relatado a respeito da legislação observa-se que foram necessários aproximadamente seis anos, entre a lei que determinava a adoção de acessibilidade pelos veículos de radiodifusão e a divulgação da norma complementar com o estabelecimento dos prazos e demais providências. A elaboração de uma lei determinando a adoção de recursos de acessibilidade não se mostrou capaz de fomentar a devida regulamentação em tempo hábil, mais do que isso, foram editados decretos posteriores determinando a prorrogação dos prazos.

A morosidade no âmbito legal reforça o que estabelece Noberto Bobbio (2004, p. 17) ao defender que “o problema mais urgente que temos de enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias”, pois tendemos a compreender o problema do fundamento como algo resolvido, sem que tenhamos que nos preocupar com a efetividade da solução proposta na estrutura jurídica. Apesar de tardia, a Norma Complementar nº 1 de 27/06/2006 propõe importantes resoluções para acessibilidade comunicacional nos veículos de radiodifusão.

2.3.1.1 Ferramentas de acessibilidade na Televisão

A Norma define acessibilidade como uma condição que permite a utilização, se forma segura e autônoma, de serviços, dispositivos, sistema e dos meios de comunicação e informação, com foco em garantir o acesso às pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual. Destaca-se a definição dos recursos (quadro 1) estabelecidos na Norma, sendo:

QUADRO – 1: Definições de Legenda Oculta, Audiodescrição, Janela de Libras

Legenda Oculta	Corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.
----------------	--

Audiodescrição	Locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.
Janela de Libras	Espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2006)

Como destaca-se na Norma esses três recursos são essenciais para garantir a acessibilidade em produções veiculadas na televisão. Mais do que isso, exercendo um ajustamento das diretrizes estabelecidas na Norma, podemos com precisão estabelecer os três recursos como fundamentais para produções audiovisuais de modo geral.

Segundo a NBR 15290, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece os aspectos técnicos para a acessibilidade na televisão, a legendagem, audiodescrição e linguagem de sinais, também se configuram como recursos essenciais para a acessibilidade na televisão.

A respeito da legendagem, a Norma da ABNT estabelece quatro critérios (quadro 2) a serem observados na criação de legendagem *closed caption* (legenda oculta) são eles:

QUADRO – 2: Critérios de qualidade para a legendagem oculta

Qualidade	Atingir o objetivo de transcrever o conteúdo sonoro em texto oculto, disponibilizando esse conteúdo de forma opcional para os telespectadores com limitação de acesso ao som original ou simplesmente que deseje acompanhar a transcrição.
Responsabilidade	Mesmo que um conteúdo precise ser editado, é essencial que se preserve o significado e contexto do que foi dito.
Coerência	O responsável por gerar a legendagem deve se esforçar para manter a uniformidade no estilo, formato, designação dos oradores, posicionamento, velocidade de exibição, tempo de permanência etc.
Clareza	Garantir um completo entendimento do que está sendo dito, transcrevendo as falas com clareza e sinalização de informações sonoras não faladas, mas que sejam essenciais para compreensão do programa.

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2016).

Portanto, a ferramenta de legenda oculta requer observância específica sobre o seu modo de implementação, tanto no momento pré-implementação quanto no momento pós-implementação, com foco em evitar inadequações na ferramenta, como a falta de coerência e clareza. Sendo assim, a norma da ABNT determina mais critérios relacionados aos conteúdos pré-produzidos, pré-gravados e ao vivo.

Um dos principais parâmetros para avaliação de qualidade da legenda oculta ofertada é Taxa de Acerto, ou seja, a aproximação entre o que é apresentado no áudio original da produção e o conteúdo transcrito para a legenda oculta. Os parâmetros são diferenciados para cada tipo de formato, sendo: 98% de Taxa de Acerto para os conteúdos ao vivo; 99% para os pré-produzidos; e 99,5% para os pré-gravados.

Observa-se a alta taxa de acerto requerida para as produções, mesmo as realizadas ao vivo, destacando a legenda oculta como uma das principais ferramentas de acessibilidade, pois não apenas torna o conteúdo acessível às pessoas com deficiência, mas caracteriza por ser uma ferramenta de acessibilidade geral do conteúdo, podendo ser utilizada por pessoas idosas ou que estejam em ambiente com grande ruído.

A norma da ABNT determina que a legenda oculta seja apresentada em duas linhas, podendo ter até três quando necessário de acordo com edição. Entretanto, em um estudo elaborado em 2019 no Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez (CAS) na cidade de São Luís, com foco no desenvolvimento de notícias acessível para um site, os 26 participantes da pesquisa optaram por unanimidade pela legenda com apenas 1 linha. Segundo os participantes da pesquisa, a apresentação em 1 linha permite a leitura mais rápida e controlada do conteúdo.

A observação dos participantes da pesquisa de 2019 possui fundamentação na relação do surdo com a língua, em que a Libras se caracteriza como língua primária, enquanto o português é a língua secundária (PEREIRA, et. al., 2011), sendo assim, o processo de leitura, segundo os participantes da pesquisa, seria facilitado com a diminuição da quantidade de palavras apresentadas no processo de exibição da legenda oculta.

Sobre a audiodescrição a ABNT possui a NBR 16452, que define critérios específicos sobre a ferramenta. Entre os itens observados na Norma como fundamentais está o roteiro de audiodescrição.

Para programas ao vivo a Norma define que profissional audiodescritor deve receber previamente o espelho e roteiro do programa, assim como ter acesso às matérias gravas que serão exibidas na produção. Nos programados gravados o processo é semelhante, entretanto, a

Norma orienta para a participação do profissional audiodescritor no processo de gravação do material e na pós-produção.

Por fim, uma importante orientação estabelecida trata-se na descrição de pessoas e objetos. Os personagens devem receber a descrição completa, como: nome, aparência física, faixa etária, estatura e entre outros aspectos – após a identificação o personagem deve ser referido apenas por seu nome. Os objetos devem ser citados quando são essenciais para a compreensão da cena descrita.

A respeito da Janela de Libras, a Norma NBR 15290 define com fundamental o contraste entre o interprete e os elementos de fundo, com foco em evitar barreiras para entendimento do conteúdo, assim como altura de $\frac{1}{2}$ e largura de $\frac{1}{4}$ em relação à tela. A Norma NBR 15610-3, exclusivamente sobre o uso da Língua de Sinais na TV Digital, também define diretrizes para o uso da Janela de Libras, entretanto, muito restrita aos aspectos técnicos de transmissão.

2.3.2 Rádio

O rádio é um dos meios mais acessíveis às pessoas com deficiência visual, por possuir conteúdo estritamente em áudio, desde a sua origem garante que os conteúdos repassados ao público tenham riquezas de detalhes e linguagem adequada aos ouvintes com deficiência visual.

Para esta pesquisa foram contactados os membros da Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDEVIMA). Os participantes da pesquisa relataram a vivência com o rádio, sendo o equipamento o principal meio de acesso à informação do grupo entrevistado. O grupo destacou a preferência pelos conteúdos do Rádio AM, que segundo os participantes, produzem material mais voltado a produções jornalísticas e de conteúdo geral.

Para os membros da ASDEVIMA a transição do Rádio AM para o FM têm sido um dos principais problemas enfrentados nos últimos anos. Grande parte dos entrevistados residem em São Luís, mas destacaram que deficientes visuais residentes em localidades distantes ou no interior do estado, têm vivenciado o agravamento do acesso à informação por meio do rádio. Os resultados dos questionários aplicados com os membros da ASDEVIMA serão destrinchados no capítulo 4 desta pesquisa.

Enquanto o rádio é totalmente acessível às pessoas com deficiência visual, por questões evidentes, ele não tem a mesma inserção na comunidade surda. Entretanto, o conteúdo do rádio pode receber adequações para o consumo de pessoas com deficiência auditiva.

Uma das iniciativas mais conhecidas é o projeto descontinuado da CBN, em parceria com a ONG Vez da Voz, intitulado “CBN em Libras – Vez da Voz” (Figura 2). O projeto traduzia para a Libras o quadro da rádio chamado “Cidade Inclusiva” com vídeos no YouTube.

FIGURA – 2: Registro de intérprete traduzindo o Programa Cidade Inclusiva



Fonte: Elabora pelo autor (2022)

Apesar de tratar-se de uma iniciativa que possibilitou o acesso do conteúdo do rádio às pessoas com deficiência auditiva, o projeto se limitava a traduzir o programa Cidade Inclusiva, sem levar ao público do canal material com conteúdo da programação da rádio.

Sendo assim, o modelo já adotado pela CBN caracteriza-se como umas das iniciativas possíveis para as rádios que objetivam a produção de conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência auditiva e visual.

2.3.3 Impresso

A produção de notícias em material impresso foi, incontestavelmente, a força de desenvolvimento do jornalismo como conhecemos hoje. Entretanto, nas últimas décadas com a migração do acesso à informação para os meios digitais, o jornalismo impresso tem passado com reformulações, em determinados casos, o fechamento das redações.

O impresso, entre os meios aqui apresentados, é o que mais encontra dificuldade no desenvolvimento de material acessível, pois é totalmente inviabilizado para o público cego e,

aqui no Brasil, produz material na língua portuguesa, que como relatado nesta pesquisa, não é a língua primária de grande parte da comunidade surda brasileira.

Segundo a Fundação Dorina Nowill, especializada em produzir material acessível para cegos, entre as soluções de acessibilidade para o público cego está a produção de material em Braile, em áudio e no meio digital. Devido o alto custo de produção, o Braile é um dos métodos menos adotados de acessibilidade, pois requer equipamento específico e especialista para manuseio da máquina de produção. Entretanto, a transformação do conteúdo impresso em áudio é uma das principais soluções para o desenvolvimento da acessibilidade no formato impresso, objetivando atender as pessoas cegas.

Em relação ao público surdo, o desafio do impresso assemelha-se ao do rádio, pois necessita da tradução de seu conteúdo para a Língua Brasileira de Sinais. Conseqüentemente, a implementação da acessibilidade no impresso para pessoas surdas e cegas necessitará da adoção de ferramentas multimídia, com distribuição em diferentes canais.

2.3.4 Jornalismo on-line

Na web a produção de jornalismo acessível requerer uma gama diferenciada de conhecimentos. Assim como na televisão, a acessibilidade no ecossistema digital e em rede está fortemente ligada a aspectos técnicos. Entretanto, quando voltamos nossa atenção ao desenvolvimento de conteúdo nos deparamos com funcionalidades, em alguns casos, prontamente estabelecida pelas plataformas que hospedam os sites. Sendo assim, para o profissional de jornalismo a possibilidade de criar conteúdo acessível na web torna-se mais viável.

Exemplificando, a acessibilidade na web é fundamentada pelas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), desenvolvidas pela World Wide Web Consortium (W3C), e internacionalmente aceitas como parâmetro de desenvolvimento de sites acessíveis. O WCAG é dividido em 4 grupos de princípios, em que os sites devem ser: perceptíveis; operáveis; compreensíveis; e robustos.

A grande maioria das orientações disponibilizadas no WCAG estão estritamente relacionadas ao desenvolvimento web, não exigindo diretamente do profissional de jornalismo. Por exemplo, os contrastes do site, o tamanho da fonte e a apresentação visual do site, são diretrizes mencionadas no WCAG, entretanto, o jornalista que utiliza o site não possui controle sobre essas questões técnicas.

Sendo assim, iremos nos ater às ferramentas que possibilitam o jornalista a desenvolver material acessível na web. O primeiro aspecto está relacionado à linguagem, que pode ser incluída como orientação de acessibilidade também para o impresso, pois segundo o mais recente Guia de Acessibilidade Digital desenvolvido pelo Google em 2022, em parceria com o Movimento Web Para Todos (MWPT), a adequação da linguagem é o primeiro passo da promoção da acessibilidade comunicacional.

O Guia orienta para o uso de uma linguagem inclusiva, neutra e acessível, ou seja, o profissional deve evitar em sua escrita o uso excessivo de figuras de linguagem, jargões ou termos inusuais, assim como evitar o uso de imagens como conteúdo principal da informação. Porém, destaca-se que ocorrendo a necessidade do uso de uma imagem, infográfico ou outro elementos visuais como informação principal do conteúdo, esse elemento deve ser destrinchado no texto da matéria ou, no caso de imagem, possuir a descrição de imagem ou texto alternativo (*Alt Text*).

O texto alternativo (Figura 3) é atualmente uma das mais importantes ferramentas de acessibilidade na web, pois encontra-se disponível nas principais redes sociais e em plataformas de criação e desenvolvimento de sites como Wordpress e Wix. Segundo o Guia do Google e do MWPT, todo material visual em um material de comunicação deve conter descrição, que pode ser a fórmula: Formato + Sujeito + Passagem + Ação.

FIGURA – 3: Espaço de inserção de texto alternativo no Estúdio de Criação do Meta Business

Acessibilidade ⓘ

Escrever texto alternativo

Descreva suas fotos para as pessoas que têm deficiências visuais. Um texto alternativo pode ser criado automaticamente ou você pode escrever o seu próprio texto. O texto alternativo ideal é curto, descritivo e com palavras-chave limitadas.



Foto de um casarão branco com janelas e com um céu azul e árvores em frente.

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

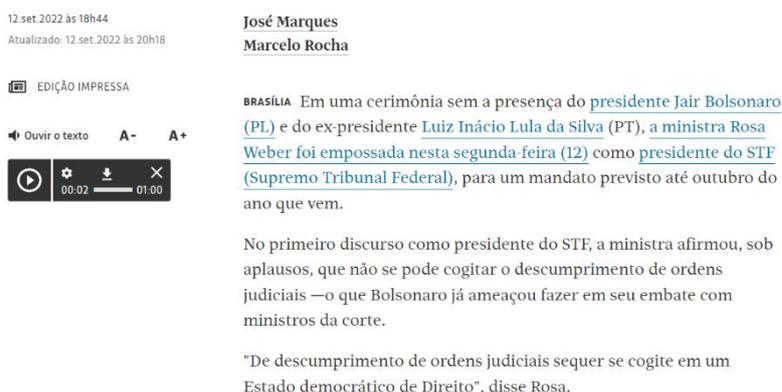
Em relação a infográficos, as diretrizes do WCAG e do Guia do Google e MWPT orientam para o uso de formas, símbolos, padrões e texturas, evitando o uso das cores como principal diferenciação entre os dados apresentados. Esse recurso permite o consumo facilitado da informação por pessoas com daltônicas ou com baixa visão.

Para as produções audiovisuais o WCAG exige a obrigatoriedade do recurso para a acessibilidade com língua de sinais e legenda em conteúdos ao vivo e pré-gravados. A audiodescrição também deve ser utilizada em conteúdo pré-gravado, entretanto, se possível deve ser ofertada uma alternativa que possibilite a pausa do conteúdo para a reprodução da audiodescrição.

O uso da acessibilidade em materiais audiovisuais exige a sensibilidade do profissional em compreender a relevância de acessibilizar o conteúdo produzido, podendo oferta ao menos um dos recursos.

Para os conteúdos em texto, além da adequação da linguagem e do contraste, uma outra alternativa é a utilização de ferramentas de leitura por voz (Figura 4). A funcionalidade permite a leitura em voz do material em texto, tornando o consumo acessível às pessoas com deficiência visual e que não dispõe de recursos de acessibilidade em seus aparelhos.

FIGURA – 4: Leitura por áudio disponível no site da Folha de S. Paulo



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

O crescente aumento do consumo de conteúdo na internet por pessoas com deficiência tem criado demandas no mercado, gerando novos modelos de negócio voltado para o desenvolvimento de soluções para a acessibilidade nos sites. Entre as iniciativas mais destacadas no Brasil está a Hand Talk, que oferta serviços de tradução de textos para Libras. A ferramenta

da Hand Talk consiste na inserção da funcionalidade no código do site, que permite aos usuários com deficiência auditiva acesso a textos em língua portuguesa.

O Governo Federal disponibiliza ferramenta semelhante para tradução de textos, áudios e vídeos para a Libras por meio do VLibras (Figura 5). O projeto é uma parceria do Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

FIGURA – 5: Recursos de acessibilidade em áudio e Libras da Agência Brasil.



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Ambos as funcionalidades em Libras demonstram os avanços das últimas décadas no desenvolvimento de ferramentas acessíveis para a web. Mais do que isso, a existência de aplicações na iniciativa pública e na privada evidenciam a necessidade dessas esferas de gestão buscarem em conjunto soluções para a acessibilidade comunicacional.

2.4 O JORNALISTA E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Incontestavelmente as últimas décadas geraram para as pessoas com deficiências uma gama de soluções que possibilitam o acesso à informação, seja por meio da lei – como a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – ou por meio de normas e ferramentas, desenvolvidas pelo Poder Público ou pela iniciativa privada.

Entretanto, ao passo que avançam as possibilidades de acesso, ainda é insuficiente a produção de conteúdo acessível para consumo diária por pessoas com deficiência auditiva e visual. Seja pela limitação técnica ou a total ausência de acessibilidade, os veículos têm faltado na promoção da acessibilidade.

Diante dessa realidade, nos cabe compreender o papel do jornalista nesse processo, como um dos atores principais na criação das notícias. Sendo assim, é essencial conhecer a perspectivas desses profissionais a respeito da produção e efetivação da acessibilidade comunicacional no jornalismo. Essa discussão será desenvolvida no próximo capítulo.

3 PERCEPÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE NO JORNALISMO

O jornalista é constituído de valores, que indispensavelmente compõe o seu agir profissional, ou como afirma Alberto Dines (2009), trata-se de uma ocupação de constante indagação, do questionamento, exerce um ofício educativo e exige permanente inquietação. Os valores do jornalista são exercidos dentro de redações compostas por demais profissionais igualmente constituídos de critérios éticos intrínsecos, assim, o ambiente de trabalho é um espaço de conflitos e consensos – seja entre os jornalistas ou com a organização.

A atmosfera do trabalho jornalístico e as relações do profissional com as normas organizacionais, são muito bem exploradas na Teoria Organizacional, desenvolvida por Warren Breed, em que se considera a cultura organizacional como fator principal de influência no ofício do jornalista, sobrepondo-se a crenças e princípios próprios (Traquina, 2020; Bruck, 2011; Brotto, 2012). Essa concepção será fundamental para a compreensão dos dados do questionário aplicado com jornalistas de São Luís, com foco a compreender o vínculo de cada profissional com acessibilidade comunicacional.

Embora diante de uma autonomia limitada, o jornalista ainda assim carrega consigo a capacidade de construção de narrativas e o poder de ser, em grande parte das ocasiões, o intermediário entre os cidadãos e os fatos. Como bem destaca Dines:

Mesmo em uma empresa de comunicação, os jornalistas são considerados privilegiados. Aqueles que procuram o poder os endeusam. Aqueles que chegam ao poder os abominam. O público os vê mitologicamente. (DINES, Alberto, 2009, p. 135)

Esse entendimento proposto por Dines (2009) é central para compreensão do jornalista como personagem fundamental no processo de desenvolvimento e efetivação da acessibilidade comunicação. O exercício do jornalismo compõe uma prática de transformação e influência, em que a partir das redações alcançam públicos diversos. Portanto, basta que possuem as ferramentas e a formação adequada para que introduzam a acessibilidade como prática cotidiana.

3.1 O JORNALISTA E A ACESSIBILIDADE EM SÃO LUÍS

Diante das problemáticas que envolvem o jornalista e o ambiente de trabalho – que se trata invariavelmente de uma corporação com pretensões organizacionais – torna-se

fundamental compreender as percepções do profissional frente às inúmeras questões diárias, próprias das organizações, que influenciam nas tomadas de decisão em suas produções e em seu comportamento.

Entre os dias 25 de outubro e 5 de novembro de 2021, a presente pesquisa aplicou questionário com foco a desenvolver uma percepção de cenário a respeito das experiências e possibilidades que jornalistas de São Luís tem com a acessibilidade comunicacional.

Devido às questões inerentes ao cenário pandêmico ainda pertinentes em 2021, o questionário foi disponibilizado na plataforma virtual Google Formulários. Foram realizados dois testes no formulário para verificar a capacidade da plataforma de coletar dados de maneira satisfatória para a pesquisa. As respostas dos testes foram descartadas posteriormente, com o propósito de não interferir no resultado final do questionário.

A aplicação do questionário foi realizada após emissão de parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa–CEP-HUUFMA, em que foi cedida a autorização para a realização do questionário com jornalistas e pessoas com deficiência.

3.1.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

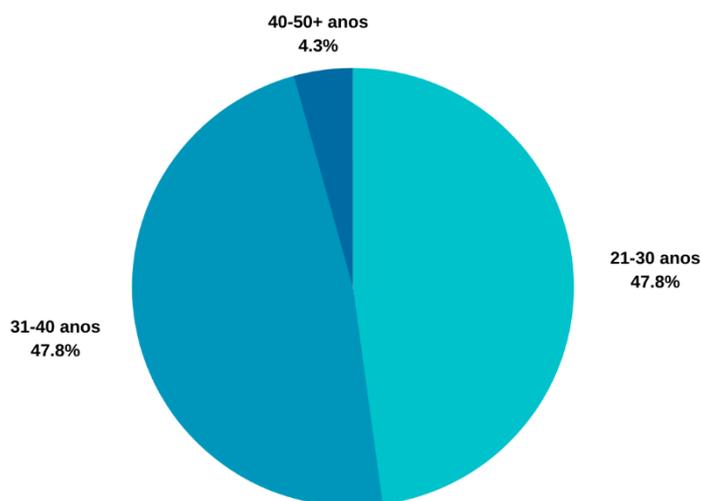
Diante do desafio de compreender cenários e assimilar os resultados obtidos, buscou-se delimitar o público de jornalistas àqueles que atuam ou atuaram profissionalmente na cidade de São Luís. Ao fim do período de aplicação do questionário foram identificadas duas respostas de profissionais não pertencentes ao jornalismo, sendo assim, suas respostas foram descartadas.

A pesquisa científica – sobretudo as desenvolvidas no âmbito social – tendem a obter resultados que podem, mesmo que seja seu foco, não resultar em soluções imediatas ou nítidas ao primeiro olhar, mas geram conhecimentos essenciais que agregam valor no desenvolvimento posterior de novas pesquisas. Como destaca Santaella (2001, p. 140), ao discorrer a respeito da pesquisa aplicada em comunicação, o resultado obtido pode não indicar a resolução do problema, mas “a ampliação da compreensão que se tem do problema, ou ainda a sugestão de novas questões a serem investigadas”. Diante disso, os resultados dos questionários serão discutidos com vista a obtenção de caminhos possíveis para o desenvolvimento de material acessível por meios dos veículos de imprensa, com vista à efetivação da participação social de pessoa com deficiência.

Ao todo a pesquisa obteve 23 respostas, sendo integralmente de jornalistas que atuam ou já atuaram em veículos de comunicação e que possuem ensino superior completo. A grande maioria dos profissionais possui idade entre 21 e 40 anos (Gráfico 1). A pesquisa também

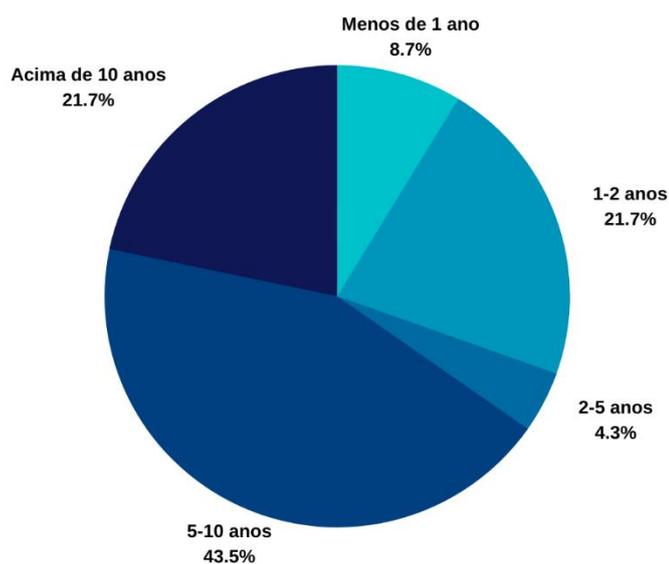
levantou o período de atuação de cada profissional (Gráfico 2), com foco em compreender diferenças de gerações e percepções ou facilidades no trato de questões relativas à acessibilidade.

GRAFÍCO – 1: Idade



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

GRÁFICO – 2: Período de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Posteriormente, se perguntou aos participantes a respeito de suas áreas de atuação (Tabela 1). Foram disponibilizadas as opções: impresso; web; televisão, rádio; assessoria; ou outra área. Muitos profissionais atuam em duas áreas ou mais (correspondem a 34,7% dos entrevistados). A grande maioria dos profissionais respondeu possuir apenas uma única função.

TABELA 3: Área de atuação

Área de atuação	Impresso – 4,3%
	Web – 47,8%
	Televisão – 30,4%
	Rádio – 17,4%
	Assessoria – 43,5%
	Docência – 4,3%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Diante dos dados apresentados, é possível constatar que a maioria dos entrevistados possui experiência com impresso, web, televisão ou rádio. Os quatro tipos de mídia são focos do produto final desta pesquisa. Portanto, dispor de informações a respeito vivência dos profissionais de cada área com a acessibilidade, irá agregar potencial ao produto da pesquisa em desenvolver material satisfatório aos jornalistas.

As três primeiras perguntas tiveram como objetivo traçar um perfil dos profissionais que se dispuseram a responder ao questionário. A partir disso, a pesquisa se dedicará a explorar mais apropriadamente a relação entre os profissionais e a acessibilidade comunicacional.

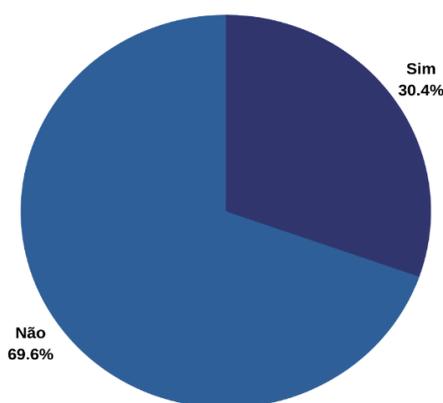
3.1.2 O controle das redações

A defesa de um jornalismo acessível perpassa pelo entendimento do jornalismo enquanto ator social fundamental no processo democrática. Perante a sociedade o jornalismo assume funções diversas, que se agregam e constituem sua capacidade de influência e autoridade da informação. Como estabelece Michael Schudson (*apud* Ferreira, 2011), entre as funções do jornalismo está a empatia social, que se constitui como a capacidade do jornalista de contar histórias focalizadas no humano, e assim, concedendo espaço a vozes tradicionalmente menos presentes na sociedade. Mais adiante, o autor elenca que o jornalismo

é uma ferramenta de geração do espaço público, desenvolvendo discussões em ambientes e para pessoas diversas.

Esse fato nos leva à reflexão com o resultado da primeira pergunta do questionário destinada a saber da experiência dos entrevistados com comunicação acessível (Gráfico 3). A presente pesquisa perguntou: você já produziu material jornalístico acessível?

GRÁFICO – 3: Produção material acessível



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

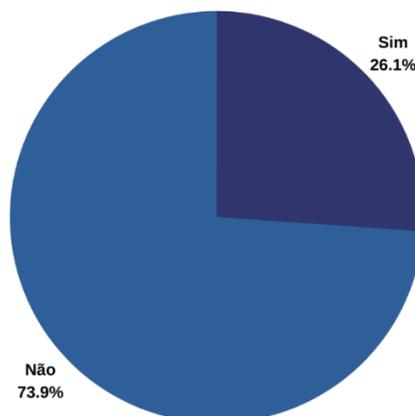
O resultado nos mostra como profissionais do jornalismo carecem de experiências no âmbito da comunicação acessível. Diariamente jornalistas realizam suas atividades laborais, seguindo normas e regras das organizações para qual atuam. Warren Breed (1995) enfatiza como o processo de moldagem do jornalista às exigências da organização ocorre de maneira gradual; a redação é um ambiente diversificado, com relações profissionais e sociais, cercada de interesses pessoais e até econômicos. Diante dessa vivência o jornalista necessita moldar-se ao ambiente, como método de sobrevivência profissional, com foco em interesses privados e coletivos.

Presume-se, portanto, que ao não produzir material jornalístico acessível, o profissional está, se supõe, seguindo normas da organização – ou até mesmo de uma cultura organizacional comum às redações jornalísticas – que não instituem em seus processos métodos para a promoção da acessibilidade comunicacional.

A bem da verdade, é importante ressaltar que registrar 30,4% dos participantes respondendo de maneira positiva, demonstra que mesmo diante de um cenário limitante, os jornalistas são capazes de transpor barreiras e adquirir experiências fora do meio organizacional, como demonstram os resultados das duas perguntas seguintes (Gráficos 4 e 5),

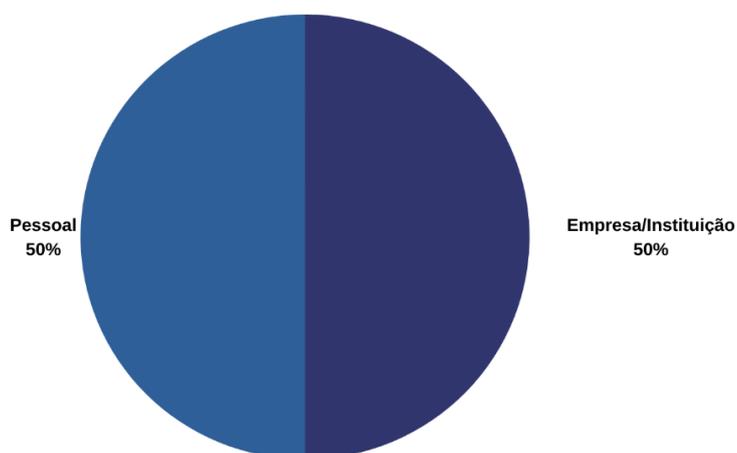
sendo respectivamente: “Você já participou de alguma formação para aprender sobre acessibilidade comunicacional?” e “Se a resposta for ‘sim’, a formação se deu por iniciativa pessoal ou da empresa/instituição que trabalha/trabalhou?”

GRÁFICO – 4: Formação em acessibilidade comunicacional



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

GRÁFICO – 5: Iniciativa pessoal ou institucional



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os resultados demonstram, efetivamente, como os jornalistas estão desprovidos de iniciativas institucionais que busquem agregar ao ambiente das redações ferramentas e iniciativas de acessibilidade. No total 86,95% dos profissionais na pesquisa jamais tiveram

acesso a formações em acessibilidade comunicacional; como palestras, cursos, minicursos e outras iniciativas.

É possível concluir que o espaço público composto pelo jornalismo, pouco irá agregar às pessoas com deficiência, pois a cultura organizacional das empresas jornalistas não detém em suas ações programáticas, a promoção da acessibilidade comunicacional, sequer como perspectiva de expansão de mercado ou por questões sociais.

3.1.3 Jornalista inclusivo: futuro possível

Os dados até aqui demonstram a inação das empresas jornalísticas a implantar ações de acessibilidade das redações – por presumível ausência de interesse econômico – mas, a pesquisa também objetivou registrar os interesses dos profissionais na aquisição de conhecimentos em acessibilidade comunicacional.

Os participantes foram questionados a respeito do termo “Tecnologia Assistiva”, em que 39,1% declararam não conhecer, os demais profissionais atribuíram respostas diversas (Apêndice 3), que de maneira geral foram satisfatórias.

Dois dados obtidos com o questionário demonstraram a importância da produção de materiais que objetivam agregar conhecimento ao profissional do jornalismo. O primeiro registra que entre os participantes 60,9% declararam nunca ter utilizado nenhuma ferramenta de acessibilidade (Tabela 5), nem mesmo descrição de imagens ou texto alternativo, que não requerem equipamentos específicos para sua utilização, portanto, que podem mais facilmente serem utilizadas.

TABELA – 4: Uso de ferramentas acessíveis

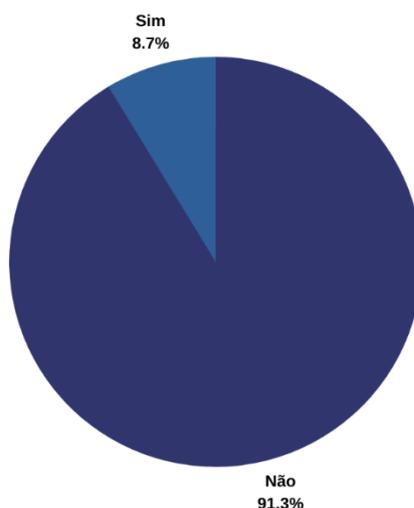
Quais dos itens abaixo você já utilizou?	<i>Closed Caption (CC)</i> – 13%
	Audiodescrição (AD) – 21,7%
	Janela de Libras – 17,4%
	Legendagem – 26,1%
	Descrição de Imagem / Texto Alternativo (Alt Text) – 4,3%
	Nenhuma – 60,9%

Fonte: elaboradora pelo autor (2022)

O segundo dado demonstra como a desprovida produção de materiais de orientações sobre acessibilidade com foco na produção de notícias, afeta o profissional do jornalismo. Apenas 8,7% dos participantes declararam já ter tido acesso a algum material com orientações sobre jornalismo acessível. Contudo, é possível encontrar na internet considerável material com orientações sobre a acessibilidade – a grande maioria não possui o jornalismo como tema central, mas se constituem como importantes ferramentas para a introdução do assunto no cotidiano jornalista.

Esse fato associa-se, na pesquisa, à quase ausência de profissionais de profissionais que se utilizam da descrição de imagens e do texto alternativo, que podem ser utilizados em aplicativos como Instagram, Facebook, Twitter e entre outros. Com isso, nos cabe questionar que essa escassez talvez se dê pela ausência de uma cultura organizacional – entendida nesse contexto de modo mais amplo, referindo-se às organizações de modo geral – que motivem o profissional a conhecer ferramentas de acessibilidade.

GRÁFICO – 6: Acesso a material sobre jornalismo acessível



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

À visto disso, todos os jornalistas concordaram que o desenvolvimento de material com orientações com o objetivo de ampliar o público-alvo do mercado de jornalismo é fundamental para as organizações. A expansão dos negócios do jornalismo perpassa pela superação de barreiras e preconceitos referentes às pessoas com deficiência, que devem estar inseridas nos planos de crescimento das organizações. Cidadãos com deficiência devem ser vistos como capazes de usufruir do acesso à informação, como consumidores ativos das produções jornalísticas.

Desenvolver a cultura da acessibilidade nas redações perpassa pela transformação do agir profissional. As organizações necessitam avançar sobre questões excêntricas ao seu modo de operação, que de modo geral, comportam-se como um organismo inerte, sem perspectivas de expansão, pelo contrário, as redações a cada instante se contraem. O panorama necessita ser revisto e os paradigmas limitantes, superados.

O caminho para essa transformação se inicia na promoção de conhecimento. Portanto, requer investimentos das organizações, que por vezes, não são grandemente onerosos, pois são possíveis de serem encontrados prontamente no meio virtual. Há de fato, investimentos que irão querer planejamento financeiro das instituições para a implementação, como a manutenção de um site responsivo e robusto, capaz de atender às necessidades do público diverso que o acessa; ou mesmo a contratação de um profissional para a equipe que encabeçará o processo de implementação de tecnologias e iniciativas de inclusão.

Todas as transformações possíveis demanda das organizações planejamento e estratégia, que combinadas com profissionais engajados, irão gerar os devidos resultados aos veículos. Assim sendo compreender os caminhos viáveis ao desenvolvimento de um jornalismo acessível, capaz efetivar a participação social de pessoas com deficiência, será o foco do próximo capítulo.

4 EFETIVAÇÃO DE UM NOVO AGIR PROFISSIONAL

Como apresentado no capítulo anterior, ainda são muitos os desafios para alcançarmos uma transformação para a acessibilidade no jornalismo. São desafios que perpassam pela gestão das empresas jornalísticas e pela formação de profissionais capacitados e munidos de conhecimento sobre acessibilidade comunicacional.

Diante disso, buscamos compreender o entendimento de gestores do maior grupo de imprensa do Maranhão, o Grupo Mirante. Foram ouvidos os profissionais responsáveis pela TV Mirante, Mirante AM e iMirante. Sendo assim, contempla-se gestores que atuam com televisão, rádio e jornalismo on-line. Vale ressaltar que em outubro de 2021 a Grupo Mirante encerrou as atividades do jornal impresso O Estado do Maranhão.

Outro importante desafio é a formação de profissionais do jornalismo que estejam aptos a atuarem com acessibilidade desde a academia. Como ressalta Caldas (2005) a formação do jornalista vai além da questão técnica, de domínio de conteúdos e conceitos, mas, acima de tudo, a formação deve contemplar a reflexão sobre o mundo em que vivemos, para despertar no agir do profissional a indignação pelas mazelas sociais, possibilitando uma atuação transformadora.

O jornalismo não pode abrir mão de sua função educativa para formar cidadãos de forma ética. É necessário, portanto, promover uma verdadeira revolução cultural nas escolas e nas redações. (CALDAS, 2005, p. 97).

Com isso, diante do que destaca Caldas (2022), de forma complementar, buscamos entender a formação de profissionais com deficiência na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a inserção dos estudantes na TV UFMA, canal de televisão aberto vinculado à universidade.

A pesquisa também buscou compreender a percepção sobre a acessibilidade no jornalismo de membros da Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDEVIMA), onde foi aplicado questionário sobre os hábitos diários de consumo de notícias. Para a pesquisa também foi ouvido o presidente da Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), Maik Oliveira.

Diante dos dados levantados durante o período da pesquisa, foi desenvolvido o produto “Jornalismo para Incluir: um guia para notícias acessíveis” que tem o objetivo de instruir jornalistas e gestores de veículos de imprensa sobre a implementação de políticas de acessibilidade em suas organizações.

4.1 UM CENÁRIO EM SÃO LUÍS

O processo de implementação da acessibilidade nos veículos de imprensa – ou de qualquer outra empresa, independente do ramo de atuação – requer que seus gestores compreendam a sua relevância para os negócios da empresa. Ou mais especificamente, ao tratarmos de instituições jornalísticas podemos ressaltar que há uma dinâmica diferente, em que os gestores pautam suas ações levando em consideração a significância para o público.

Baseando-se nesse aspecto Eveline Cunha², chefe de redação da TV Mirante, defende que haja acessibilidade para que os veículos de imprensa possam compor o processo de organização política e social de pessoas com deficiência por meio do acesso à informação. A profissional destacou também como que o veículo tem trabalhado a acessibilidade.

Na TV Mirante a gente procura usar todos os espaços possíveis. A gente já usa o *closed caption* há um bom tempo, dependendo do evento a gente usa a audiodescrição. Então a gente usa os recursos disponíveis que tem, mas o mundo está em movimento, cada vez mais a gente vai melhorando e buscando o aperfeiçoamento (informação verbal).³

A criação de novos recursos para auxiliar os profissionais da empresa também foi destacado pela profissional como uma importante iniciativa para o desenvolvimento de jornalismo com recursos de acessibilidade na empresa.

Se a gente tiver novos recursos, se tiver alguém para apresentar esses recursos a gente vai aceitar muito bem. Então, como isso poderia ser encaixado na nossa linguagem, no nosso dia a dia. Estamos falando de comunicação acessível, então, como isso poderia ser acessível a gente também. (informação verbal).⁴

Na Rádio Mirante AM, o diretor geral Zeca Soares⁵, destacou a relevância do rádio para as pessoas com deficiência auditiva, evidenciando como o veículo atende a comunidade cega, por se tratar de um meio que emite suas informações por áudio, sendo assim mais acessível às pessoas cegas. Entretanto, a profissional mencionou a falta de acessibilidade da rádio para

² Entrevista concedida por CUNHA, Eveline. [ago, 2022] **Pesquisa - Jornalismo e Acessibilidade (Gestores)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 2 arquivos .mp3 (3 min).

³ Id, 2022.

⁴ Ibid, 2022.

⁵ Entrevista concedida por SOARES, Zeca. [ago, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (Gestores)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 3 arquivos .mp3 (17 minutos).

pessoa com deficiência auditiva, apontando que atualmente os programas de rádio já trabalham com a questão visual, por meio de transmissão on-line a partir do estúdio, portanto, ao possuir o recurso de imagens nas transmissões a rádio possui uma oportunidade de tornar seu conteúdo acessível.

O grande desafio para o veículo que atua hoje na área radiofônica é que na medida em que ele está trabalhando também imagens de estúdio, imagens de coberturas, ele precisa começar a inserir a linguagem (sic) em Libras para que chegue a essas pessoas também aquela forma de comunicar. A gente não pode deixar de esquecer que existe o deficiente auditivo e visual, então a gente precisa atendê-los de uma forma em geral, hoje eu te diria que a gente atende o visual dessa maneira com o áudio, mas a gente precisa expandir para esse outro braço que é tão importante quanto. (informação verbal).⁶

O diretor geral da Rádio AM também destacou a relevância do desenvolvimento de material que auxilie os jornalistas no desenvolvimento de conteúdo acessível, pois segundo o profissional, o jornalismo chega diariamente na casa de diferentes pessoas, por isso a necessidade de tornar os conteúdos acessíveis. Outro aspecto destacado foi a necessidade da maior relação entre mercado e academia, para o desenvolvimento de novos conhecimentos e troca de saberes.

Sobre o Portal iMirante, a coordenadora de conteúdo Cintia Araújo respondeu ao questionário on-line em que respondeu nunca ter desenvolvido material jornalístico acessível, assim como nunca ter utilizado nenhuma ferramenta de acessibilidade, incluindo descrição de imagens e texto alternativo. Entretanto, a coordenadora destaca que no veículo em que atua se constitui como um ambiente propício para o desenvolvimento de material jornalístico acessível.

Diante disso, as três entrevistas foram fundamentais para compreender que os profissionais que estão à frente de equipes nas redações compreendem o jornalismo acessível como relevantes para a expansão de suas atividades; entretanto, carecem de recursos para auxiliar em seu desenvolvimento, seja no âmbito de recursos humanos ou técnicos.

Assim sendo, voltemos ao destaca a Teoria Organizacional sobre a dimensão econômica das organizações jornalísticas. Os veículos de imprensa, com exceção das empresas públicas, necessitam lidar constantemente com o balanço econômico entre custos e receitas (TRAQUINA, 2020), isso influencia diretamente na implementação de recursos de acessibilidade nos produtos desses veículos.

⁶ Id, 2022.

Como destacado pela economista Luana Ozemela, em entrevista concedida ao InfoMoney — site especializado em economia, investimento e mercados — é essencial que haja clareza para as empresas sobre o retorno econômico de implementar ações de diversidade.

Ainda não fizemos a mudança transformacional e duradoura que precisamos. E tem muita gente para convencer ainda. Então, não dá para dizer que não precisamos da economia ou calcular o retorno quando, para 90% do mercado, este é o único indicador que eles olham. (InfoMoney, 2022)

Além de precisar ser convencido dos processos de transformação, o mercado também pode ser protagonista da busca por informação, como defende Sasaki (1999, p. 64) o surgimento de empresas inclusivas pode se dar por “iniciativa e empenho dos próprios empregadores, que para tanto buscam informações pertinentes ao princípio da inclusão, e/ou com a assessoria de profissionais inclusivistas”, ou seja, Sasaki reconhece que o esforço primário surge dos gestores das organizações, que devem reconhecer a necessidade da implementação de medidas com vista à acessibilidade.

Com isso, é possível constatar que as empresas jornalísticas – ou os jornalistas individualmente – requerem auxílio e referências para a compreensão da acessibilidade como fator de incremento econômico nos negócios da empresa. É neste momento que a universidade se torna o ambiente que pode auxiliar no entendimento sobre a importância de se ter acessibilidade em seus processos comunicacionais.

4.2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM ACESSIBILIDADE

O ambiente acadêmico das instituições de ensino superior, como destaca Caldas (2005), deve não somente reproduzir os comportamentos da sociedade, mas deve agir como um espaço de reflexão da sociedade e tudo o que engloba nossas igualdade e diferenças. A exclusão social não pode encontrar espaço nos ambientes acadêmicos, pelo contrário, a academia pode se constituir como um ambiente de vanguarda para uma sociedade inclusiva.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possui em seu quadro de discentes dos cursos do Departamento de Comunicação Social alunos com deficiência. Com objetivo de compreender sobre a acessibilidade comunicacional a partir da formação acadêmica, essa pesquisa ouviu o relato da aluna do curso de Relações Públicas Kleudiane Lyra, que possui baixa visão. A aluna integra o projeto “Em Cena.com” da TV UFMA que visa a inserir no cotidiano do veículo os alunos com deficiência.

Nós temos um lema que é “Nada sobre nós, sem nós”. Não adianta você trabalhar para a pessoa com deficiência, você tem que trabalhar com a pessoa com deficiência, porque você sendo uma pessoa sem deficiência você pode ter um olhar totalmente alheio do que realmente são as necessidades das pessoas com deficiência. (informação verbal).⁷

O projeto da TV UFMA é voluntário e composto por alunos e técnicos da Universidade, com o objetivo de desenvolver conteúdo acessível, assim como implementar novas demandas de acessibilidade para a instituição, a partir da vivência dos alunos na rotina de produção do veículo.

A aluna destacou os diferentes tipos de deficiência visual, que distingue o modo de acesso à informação de cada pessoa, sendo necessário que os veículos se atentem à essas variações ao desenvolver conteúdo acessível. A graduanda citou a ausência de descrição de imagens em sites e redes sociais, inviabilizando o acesso de pessoas com deficiência visual total.

Atualmente tem muito mais pessoas com deficiência entrando na Universidade. Antes a gente via poucos. Mas depois do sistema de cotas a gente vê maior número de pessoas com deficiência. O curso de comunicação é o que possui o maior número de pessoas com deficiência visual. (informação verbal).⁸

A graduanda ressaltou ainda o potencial de expansão da atuação das empresas jornalísticas a partir da acessibilidade. Segundo Kleudiane, seja com audiodescrição, Libras ou demais recursos, o acesso à informação tem papel central no processo de consumo dos produtos desenvolvidos pelas empresas jornalísticas e de outros segmentos.

Esta pesquisa também ouviu Josie Bastos, coordenadora do Núcleo de Mídias e Conteúdos, além de ser a atual diretora da TV UFMA e professora do Departamento do Departamento de Comunicação Social, responsável por idealizar o projeto “Em Cena.com”. A profissional coordena as ações do projeto junto com os demais membros voluntários da ação.

A idealização do projeto surgiu a partir da percepção da coordenadora sobre o crescente número de alunos com deficiência, principalmente visual, que estavam ingressando nos cursos de comunicação da UFMA. A iniciativa idealizada pela profissional rompe com o que Thoma (2013) considera ser a anulação da subjetividade do sujeito com deficiência no ambiente de ensino. Para Thoma (2013), o processo de educação implementado no decorrer da história ao desconsiderar as subjetividades, potencializa o imaginário que categoriza e classifica segundo

⁷ Entrevista concedida por LYRA, Kleudiane. [set, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (UFMA)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 1 arquivo .mp3 (10 minutos).

⁸ Id, 2022.

as potencialidades e os limites que interessam à maioria, que em grande parte é composta por pessoas sem deficiência.

[...] o primeiro espaço que eu questionei foi aqui a TV. Bom, nós estamos na comunicação, alunos com deficiência participando das nossas aulas, tenho o setor de comunicação, então, porque eles não estão aqui? Quando a gente tem experiência com alunos com deficiência a gente percebe o quanto que eles podem realizar as coisas. (informação verbal).⁹

A coordenadora Josie Bastos, afirma que a iniciativa realizada na TV UFMA demonstrou que a inserção de pessoas com deficiência cria demandas que antes não eram discutidas. No aspecto técnico surgiram demandas sobre a organização dos equipamentos, do posicionamento de câmera, áudio e entre outros fatores. No âmbito do pessoal, a iniciativa demandou profissionais que para auxiliar os alunos no processo de desenvolvimento das produções.

Outro aspecto fundamental destacado pela coordenadora na entrevista enfatiza a necessidade da relação universidade-mercado, em que o mercado pode demandar as instituições que formam profissionais de comunicação parcerias, por meio de projetos de extensão, para a implementação de iniciativa inclusivistas, assim criando demandas para a academia e para o mercado de jornalismo.

Acho que isso (a falta de profissionais capacitados) não pode ser uma justificativa para elas não desenvolverem (conteúdo acessível). Desenvolve projeto de extensão com as universidades. Isso que a gente está fazendo a gente pede levar para as empresas privadas também. A partir dessa experiência aqui levar para lá e aí eles teriam os bolsistas que desenvolveriam a acessibilidade. (informação verbal).¹⁰

A visão de Josie Bastos vai ao encontro do que defende Coelho (2015, p. 277) ao compreender a relevância do fortalecimento da relação entre mercado e academia, pois “o ensino do jornalismo deve preencher as necessidades do mercado, por outro lado, deve municiar o aluno com as ferramentas analíticas que o ajudem a conhecer os efeitos do mercado na ação profissional”, o autor também compreende a universidade como uma dimensão laboratorial, em que novas abordagens profissionais possam desenvolvidas e repassadas ao mercado.

Os profissionais em formação nas universidades convivem em uma rotina diferenciada dos profissionais que já atuam no mercado, sendo assim, teriam mais abertura para, segundo Coelho (2015), desenvolver processos inovadores e alternativos, que propiciem o

⁹ Entrevista concedida por BASTOS, Josie. [set, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (UFMA)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 1 arquivo .mp3 (8 minutos).

¹⁰ Id, 2022.

desenvolvimento de um jornalismo mais criativo, distinto do modelo imposto pela rotina profissional nas redações.

4.3. ORIENTAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NO JORNALISMO

Diante do exposto, nos cabe fundamentar a criação de uma ferramenta que auxilie profissionais da comunicação no desenvolvimento de material jornalístico acessível. Como enfatiza Vivarta (2003, p. 37) “é imprescindível que o jornalista conheça conceitos básicos como inclusão, ambiente inclusivo, trabalho inclusivo, educação inclusiva, direitos das pessoas com deficiência”. Igualmente imprescindível é que existam materiais que ofereçam subsídios aos profissionais que tenham alguma base ao desenvolver conteúdo acessível.

Entretanto, é importante que tenhamos uma percepção da vivência cotidiana de pessoas com deficiência auditiva e visual sobre o jornalismo. Em São Luís, aplicamos questionário na ASDEVIMA e ouvimos o relato de experiência com jornalismo do presidente da ASMA. Também serviram de fundamentação os dados coletados no Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez (CAS), na pesquisa desenvolvida em 2019.

4.3.1 A pessoa com deficiência visual e o noticiário

A Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDEVIMA) é uma das principais entidades representativas da população cega no Maranhão. Ela está localizada no bairro do Bequimão, na cidade de São Luís. A entidade atua na promoção dos direitos das pessoas com deficiência visual, além de realizar eventos e confraternizações entre os seus membros.

Semanalmente os membros da associação se reúnem na sede da instituição às sextas-feiras, no turno da tarde e noite. Para esta pesquisa, foram realizados três encontros na associação. Nos dois primeiros, foi promovida uma roda de conversa, em que os associados puderam explanar sobre o consumo de notícias em seu cotidiano. No terceiro encontro, foi aplicado questionário individual também com o objetivo de compreender sobre o consumo de notícias, além de focar nas ferramentas utilizadas e nos veículos que mais acessam.

Dos dois primeiros encontros na ASDEVIMA, destacam-se dois fatores relevantes: a) o rádio como principal meio de acesso à informação; b) a preocupação com a migração do AM para o FM.

Os dois fatores identificados nos encontros se destacam por estarem presente no que Luís Bonixe (2016) chama de “paradoxo para o rádio”, em que:

[...] a sua fraqueza (tendo em conta o facto de não ter imagens) acaba por lhe conferir vantagens noutros domínios. A rádio chega com facilidade aos invisuais, aos analfabetos ou às populações residentes em zonas remotas nas quais o jornal, a Internet ou mesmo a televisão dificilmente chegam (BONIXE, 2016, p. 62).

Com isso, como ressalta Bonixe (2016), ao possuir o seu conteúdo desenvolvido por meio da sonoridade, o rádio se constitui como o principal instrumento de acesso à informação por parte da comunidade cega. Durante a roda de conversa, os participantes relatam que desde a infância têm no rádio uma das principais referências de acesso à informação e aquisição do conhecimento. Ou seja, o rádio é mais do que um instrumento de acesso ao noticiário, mas se constituiu na vivência dos membros da pesquisa como instrumento também de educação.

Ao falar do alcance do rádio nas comunidades mais distantes, Bonixe (2016) fundamenta o que se confirmou uma preocupação dos participantes desta pesquisa sobre a migração das emissoras de rádio AM para a FM. O principal aspecto destacado se dá pela exclusão de pessoas residentes no interior do estado, pois segundo os membros da ASDEVIMA, muitos cegos residentes em municípios e localidades afastadas dos grandes centros urbanos ou mesmo na capital São Luís, têm acesso à informação somente pela rádio AM. Ou seja, a total migração das emissoras AM para a FM pode causar a completa exclusão de cidadãos cegos do acesso à informação.

Segundo dados do Ministério das Comunicações, até dezembro de 2021, das 1.670 emissoras que solicitaram a migração da faixa AM para a FM, 909 já haviam recebido a autorização do Ministério para realizar a transição, representando 54% do total. Apesar do rádio ser a principal fonte de informações do grupo participante da pesquisa, outros meios também foram citados como fonte de informação. A televisão e celular foram citados como meios de acesso à informação.

Na televisão os participantes da pesquisa citaram a falta de audiodescrição nas produções jornalísticas desenvolvidas para a televisão, pois apesar de ser possível compreender parcialmente o conteúdo por meio do som, há limitações de entendimento quando não se tem acesso ao que está sendo exibido por meio da descrição.

Entre os entrevistados que utilizam o celular para ter acesso a notícias surgiram diferentes reclamações, pois cada participante possui uma maneira de acessar as informações pelo celular. Todos os participantes utilizam o leitor de tela para ter acesso ao conteúdo exibido; entretanto, alguns têm preferência de pesquisar o conteúdo pelo Google e acessar o site, outros

têm as redes sociais digitais e os aplicativos de mensagens como o WhatsApp, ou de vídeos como o YouTube, como prioridade ao acessar o noticiário.

O grupo que acessa diretamente aos sites por meio do Google, menciona o acesso de publicidade e a falta de descrição das imagens, principalmente quando são fundamentais para a compreensão da notícia, como por exemplo os infográficos. Além disso, muitos sites não apresentam descrição das imagens inseridas no corpo das notícias, segundo os membros da ASDEVIMA.

No grupo que acessa o noticiário por meio das redes sociais e outros aplicativos, foi possível identificar o interesse por notícias rápidas e diretas, dispostas nas legendas dos posts ou em vídeos curtos no YouTube. Entretanto, os entrevistados também mencionam a ausência de descrição nas imagens das redes sociais e igualmente identificam a carência de audiodescrição em conteúdos publicados no YouTube.

No terceiro momento da pesquisa, com a aplicação do questionário individual, o rádio seguiu sendo o meio pelo qual os entrevistados mais acessam as produções jornalísticas. Entretanto, foi possível identificar que o acesso ao noticiário também se dá pela internet. Grande parte dos participantes dispunham de aparelhos celulares e o utilizam para comunicar-se por meio do WhatsApp, para acessar as emissoras de rádio, mas também as redes sociais digitais e sites de notícias.

A falta de acessibilidade na televisão também foi mencionada como empecilho para a baixa procura do noticiário televisivo. Como relatado pelo entrevistado Jackson Bulhões¹¹, a televisão possui uma carência de acessibilidade não apenas para a comunidade cega, mas também para os surdos.

O que falta na televisão é acessibilidade. Na verdade, no todo falta acessibilidade. Porque não tem que pensar apenas na pessoa cega, tem que pensar no auditivo, nos telejornais que aparecem no dia a dia nenhum tem audiodescrição durante sua existência. Então, não temos que ser egoístas e pensar apenas nos cegos, temos que pensar em todas as pessoas com deficiência que precisam de algum mecanismo para acompanhar aquela situação. (informação verbal).¹²

A migração das emissoras de rádio AM para a faixa FM também foi mencionada por dois entrevistados. Para Hilário Filho a migração possuiria um lado positivo, pois aumentaria a

¹¹ Nesta pesquisa os entrevistados serão identificados por seus nomes próprios, dando protagonismo para as suas falas sobre a vivência diária com o jornalismo. O presente estudo possui aprovação concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), conforme consta no Parecer nº 5.054.524.

¹² Entrevista concedida por BULHÕES, Jackson. [nov, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (ASDEVIMA)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 1 arquivo .mp3 (10 minutos).

qualidade do sinal das rádios AM; entretanto, ele menciona a preocupação com os que têm acesso ao rádio AM no interior do Estado, mesmo que esses veículos disponham de transmissão via internet, pois segundo o entrevistado, a baixa qualidade do sinal de internet impediria o acesso às emissoras de rádio on-line.

Se for para melhorar a qualidade, e os programas jornalísticos foram para a FM não vejo muita diferença. Mas talvez para alguém do interior a FM não vai dar em todo interior. Mas hoje tem a internet, o Rádios Net, pode acessar por eles. Mas a internet no interior é devagar, se aqui é devagar, imagina no interior. Acho uma perda. (informação verbal).¹³

Entre os entrevistados que acessam a internet ocorreu uma frequente menção ao site da Agência de Notícias do Senado. Nos três momentos de desenvolvimento da pesquisa na ASDEVIMA, a agência do Senado foi mencionada de maneira positiva, pois segundo os entrevistados, haveria facilidade de navegação pelo site e de acesso às informações.

Com as informações coletadas nos três momentos da pesquisa, foi possível identificar que os cegos, membros da ASDEVIMA, compartilham de pautas semelhantes em relação ao noticiário ofertado hoje pelas empresas jornalísticas. O rádio segue sendo o principal meio de acesso à informação, mas a internet também tem ganhado espaço com a melhoria dos leitores de tela para aparelhos celulares. Ainda assim os membros participantes da pesquisa apontam falhas no desenvolvimento de produtos jornalísticos com acessibilidade.

4.3.2 Acessibilidade comunicacional para surdos no jornalismo

A Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA) é atualmente a instituição que atua na representação da comunidade surda. A entidade promove ações junto com o Poder Público e a iniciativa privada, principalmente com foco no desenvolvimento da acessibilidade por meio da inserção de intérprete em eventos e ações, além da oferta frequente de cursos de Libras.

A instituição é presidida atualmente pelo professor Maik Oliveira, docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Para esta pesquisa foi desenvolvida uma entrevista com o servidor para compreender as ações da entidade frente à falta de acessibilidade no jornalismo nas emissoras presentes em São Luís e quais ações podem ser adotadas para a implementação de recursos acessíveis no jornalismo local. A interlocução¹⁴

¹³ Entrevista concedida por FILHO, Hilário. [nov, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (ASDEVIMA)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 1 arquivo .mp3 (8 minutos).

¹⁴ A interlocução se fez necessária diante da ausência de conhecimento da Libras por parte do pesquisador.

entre o entrevistador e o entrevistado foi realizada pela diretora da Diretoria de Acessibilidade (DACES), Maria Nilsa Oliveira.

A primeira pergunta realizada ao presidente da ASMA teve o objetivo de compreender as principais ações para a implementação da acessibilidade no jornalismo local. Os pontos apresentados pelo entrevistado baseiam-se principalmente na televisão, que foram: a) falta de legendas; b) ausência de intérpretes. Como mencionado anteriormente nesta pesquisa, as emissoras de televisão devem cumprir obrigações para tornar seus conteúdos acessíveis, incluindo a disponibilidade do *Closed Caption* (CC), além da garantia de uma programação mínima com janela de Libras.

O entrevistado relatou que recebe solicitações para realizar entrevistas para veículos da imprensa, entretanto, há ocasiões em que não consegue desenvolver um bom diálogo com o entrevistador, principalmente pela falta de experiência em lidar com entrevistados surdos. Entre os relatos um chama atenção:

[...] Antes eles ligavam para entrar em contato comigo. Depois passaram a entrar em contato pelo WhatsApp, que é o mais adaptado. Nós combinamos a hora e local. Nos encontramos e quando chego lá não tem intérprete. É muito difícil. Muito difícil para o surdo. Não foi só uma vez. Foram várias vezes. Primeiro tem que combinar, procurar intérprete e depois se encontra. Mas sempre é muito em cima que eles marcam (informação verbal).¹⁵

O relato demonstra que o desafio da promoção da acessibilidade no jornalismo vai além da questão comunicacional, mas envolve aspectos da acessibilidade atitudinal e programática. O jornalista, ao não ter a sensibilidade e capacidade de compreender a necessidade de um intérprete para entrevistar uma pessoa surda, revela uma barreira causada pela ausência da acessibilidade atitudinal, em que são criadas barreiras na própria ação do profissional, com estigmas e estereótipos (VIVARTA, 2003) causada pela percepção de que pessoas com deficiência podem facilmente superar sozinhas determinadas barreiras do dia a dia, sem compreender que a verdadeira barreira está no profissional que não possui os conhecimentos para lidar com a situação.

Em relação à acessibilidade programática, é possível identificar a sua ausência ao compreender que o a ação do jornalista também reflete o que prescreve o veículo para o qual trabalha. Ou seja, certamente não há orientações, normas ou regulamentos do próprio veículo que orientem o profissional a atuar em pautas que envolvam pessoas com deficiência.

¹⁵ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Maik. [nov, 2022] **Pesquisa – Jornalismo e Acessibilidade (ASMA)**. Entrevistador: Matheus Silva de Oliveira. São Luís, 2022. 1 arquivo .mp3 (30 minutos).

Posteriormente, Maik Oliveira destaca que a consolidação da acessibilidade nas comunicações se dá principalmente com a inserção de intérprete de Libras nas produções, pois muito surdos não são alfabetizados em português, apenas em Libras. Ou seja, mesmo que haja legenda na produção, o recurso está limitado aos surdos que têm conhecimento da língua portuguesa.

A vivência da pessoa surda está relacionada a diversos fatores sobre o seu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional. Gladis Perlin (2012) identifica a existência de cinco Identidades Surdas, que a partir de sua catalogação torna-se possível compreender de maneira mais bem definida a respeito do indivíduo com deficiência auditiva. Essas identidades são: a Identidade Surda, que é marcada pela comunicação visual, mais fundamentada na Libras, fazendo com que os surdos criem suas comunidades e uma identidade; a segunda, Identidade Surda Híbrida, corresponde aos que não são surdos desde o nascimento, mas que por terem conhecimento da língua portuguesa ainda a utilizam, mas possuem dificuldade de captar as informações do ambiente e transformá-las em sinais.

A terceira, Identidade Surda de Transição, corresponde aos sujeitos surdos que possuem pais ouvintes e que, portanto, necessitam descobrir a Cultura Surda, quase que de maneira autônoma, mesmo vivendo em um ambiente oralista e tendo grande parte de sua vivência cotidiana com aspectos da oralidade; a quarta é a Identidade Surda Incompleta, que diz respeito aos surdos que por considerar a língua oral dominante, não aceitam sua identidade enquanto pessoa surda. A última identidade seria a dos surdos que não compreendem a língua de sinais e nem a oral, devido a hegemonia dos ouvintes e da falta de acesso aos meios que possibilitariam o seu aprendizado.

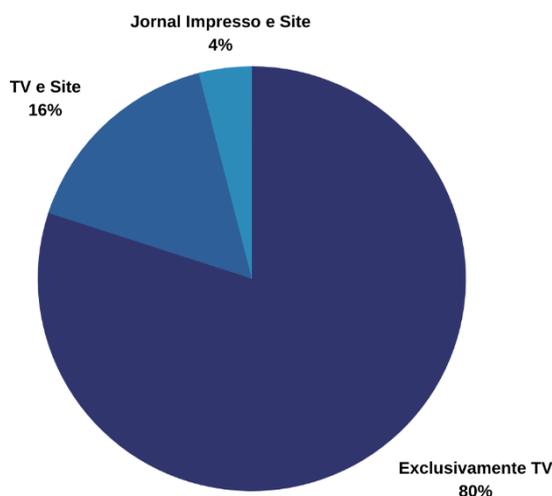
Portanto, não é possível definir um padrão que leve à acessibilidade total dos sujeitos surdos, partindo do princípio da subjetividade de cada indivíduo. Entretanto, a Libras e a legendagem são as formas mais robustas de garantir conteúdos acessíveis à comunidade surda, como preconiza as leis, decretos e normas existente no Brasil.

Seguindo com a entrevista, Maik Oliveira destacou o papel dos canais públicos de televisão como modelos de acessibilidade para as pessoas surdas. O profissional destacou o uso da janela de Libras em grande parte da programação das televisões públicas brasileiras, incluindo na programação ao vivo. Entretanto, foi mencionado a qualidade do sinal de alguns canais, que dificulta o entendimento dos sinais realizados pelo intérprete, assim como o tamanho da janela de Libras, que por vezes não é apresentada nas dimensões corretas.

Os aspectos técnicos foram o foco do questionário aplicado no Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez (CAS), onde participaram da pesquisa 26 alunos de duas turmas da instituição. A pesquisa buscou compreender quais os modelos de acessibilidade mais se adequavam às necessidades dos participantes da pesquisa. Os participantes da pesquisa foram questionados inicialmente sobre a origem da sua surdez: 16 responderam ser surdos de nascença; 7 tornaram-se surdos ainda quando criança; 2 quando eram adolescentes; e 1 participante declarou possuir baixa audição.

Entre os participantes, 15 declararam possuir acesso à internet somente pelo celular, 8 afirmaram acessar a internet pelo computador e pelo celular e 3 declararam não possuir acesso à internet. Em relação à empregabilidade, a grande maioria declarou estar desempregada ou sem ocupação, sendo 19 participantes que não possuíam nenhuma ocupação e 6 que declararam realizar alguma atividade remunerativa. Ao serem questionados sobre o consumo diário de notícias, a televisão se destacou como o principal meio de acesso à informação (Gráfico 7) por parte dos entrevistados no CAS. Dos 25¹⁶ participantes que responderam à pergunta, 20 declararam ter a televisão como principal fonte de informação.

GRÁFICO – 7: Principal fonte de consumo de notícias

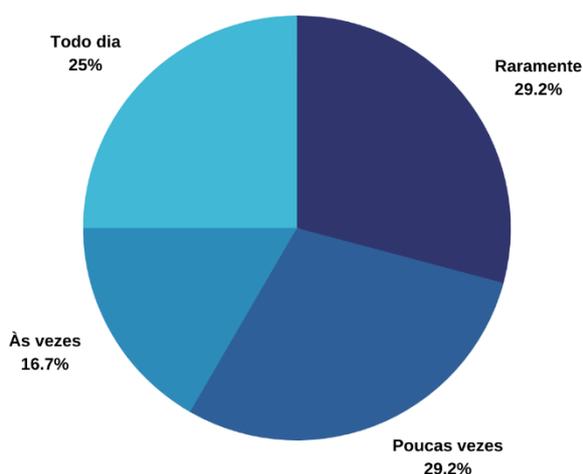


Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

¹⁶ Durante a aplicação do questionário um dos participantes não respondeu às perguntas relacionadas ao consumo diário de notícias.

Diante disso, é possível presumir que grande dos alunos participantes da pesquisa tenham dificuldade para acessar ao noticiário pela televisão, principalmente pela ausência de intérprete de Libras em grande parte da programação, sendo necessária a ativação do *closed caption*, quando é disponibilizado pelo canal. Ao serem questionados sobre o acesso ao noticiário no dia a dia (Gráfico 8), 14 participantes informaram que raramente ou poucas vezes consomem notícias cotidianamente. 6 declararam acessar todos os dias e 4 apontaram que se informam acessam às vezes.

GRÁFICO – 8: Consumo diário de notícias



Fonte: elaborada pelo autor (2019)

Em outro momento, foram apresentados 6 vídeos com diferentes recursos de acessibilidade. Os vídeos apresentados continham os seguintes recursos: Vídeo 1 - Janela de Libras na parte inferior direita, sem legenda; Vídeo 2 – intérpretes como apresentadores, janela de Libras na lateral, fundo em estúdio, dublagem em português e sem legenda; Vídeo 3 - intérpretes como apresentadores, com legenda e fundo em estúdio; Vídeo 4 - intérpretes como apresentadores, com legenda, dublagem em português e fundo escuro; Vídeo 5 - intérpretes como apresentadores, fundo ambiente (área externa), com legenda e dublagem em português; Vídeo 6 - intérpretes como apresentadores, janela de Libras na lateral, com legenda, fundo em estúdio mesclado com fundo ambiente (área externa) e dublagem em português.

Após assistirem aos vídeos, os participantes apontaram quais conteúdos estavam mais adequados às suas necessidades de acessibilidade. Os vídeos 2, 3 e 4 receberam as melhores avaliações. Diante das informações coletadas no grupo pesquisa, foi criado um modelo de vídeo com as seguintes características: legendas em apenas 1 linha; dublagem em português, intérprete de Libras como apresentador; janela de Libras na lateral, nas mesmas dimensões da janela de vídeo; e vídeos com duração de 2 a 4 minutos. Posteriormente, o material foi apresentado para avaliação dos alunos do CAS e aprovado sem ressalvas.

A pesquisa conduzida no CAS demonstra como o processo colaborativo é fundamental para o desenvolvimento da acessibilidade. Somente com a participação de pessoas com deficiência nas redações é possível garantir a criação de conteúdos jornalísticos verdadeiramente inclusivos.

4.3.3 Um guia para incluir

O desenvolvimento do produto desta pesquisa tem como base os dados coletados nas entrevistas e nas pesquisas sobre outros materiais com vista à acessibilidade comunicacional. O produto se caracteriza por compor informações fundamentais para que jornalistas acessibilizem suas produções – assim como os gestores de cada veículo implementem a acessibilidade em suas redações – com foco em garantir o acesso à informação às pessoas com deficiência.

Para esta pesquisa foi desenvolvido um mínimo produto viável intitulado “Jornalismo para Incluir: um guia para notícias acessíveis” (Apêndice X) que está setorizado por capítulos que abordarão as temáticas: Tipologias da acessibilidade; Legislação sobre acessibilidade na comunicação; Diversidade e Inclusão; Tendências para o mercado; e Jornalista inclusivo.

O primeiro capítulo abordará as tipificações da acessibilidade de acordo com as definições estabelecidas por Romeu Kazumi Sasaki, que são: atitudinal; arquitetônica; metodológica; instrumental; programática; e comunicacional. O entendimento dos diferentes tipos de acessibilidade é fundamental para compreender que uma sociedade inclusiva se constrói por meio de diferentes frentes de ação.

O segundo capítulo se baseia no texto apresentado nesta dissertação, em que serão apresentados aos jornalistas e gestores a legislação brasileira e as normas que fundamentam os direitos de acesso à informação das pessoas com deficiência.

No terceiro capítulo será desenvolvida uma discussão sobre Diversidade e Inclusão no mercado, pois trata-se de uma temática crescente em grandes organizações no Brasil e no mundo. Serão apresentados exemplos de como o mercado vem lidando com o assunto e o porquê de implementar mais diversidade e inclusão nas empresas.

O capítulo também irá propor um modelo de implementação de departamentos ou comitês de Diversidade e Inclusão para empresas ou redações jornalística, que se fundamenta nos seguintes processos: diagnóstico; sugestões; execução piloto; novo diagnóstico; implementação.

A fase de diagnóstico é a fase inicial do processo de implementação, em que será traçado o cenário do departamento em diversas frentes: pessoal; institucional; administração; econômico; estrutural. A segunda fase, que é a de sugestões, tem o foco de desenvolver com a equipe da redação, e com demais membros da empresa se possível, uma dinâmica em que os profissionais deem sugestões que envolvam Diversidade e Inclusão. Neste momento será possível compreender o clima organizacional para a recepção do comitê ou departamento de D&I.

Posteriormente se propõe a fase de execução do projeto piloto, em que baseado nos aspectos levantados no diagnóstico inicial e com as sugestões dos profissionais, se dá início à criação do comitê/departamento piloto, que funcionará de maneira temporária. Após a execução do projeto piloto, segue-se a fase de realização de um novo diagnóstico, sobre as mudanças ocorridas na empresa ou equipe no período de atividade do comitê/departamento temporário.

Por fim, a executa-se a implementação efetiva. Nesse momento se decide sobre o formato da equipe de trabalho, ou seja, se as atividades serão exercidas por meio de um comitê formado por membros voluntários e de permanência temporária, ou se será instituído na empresa um departamento permanente que exercerá a função de estabelecer ações de Diversidade e Inclusão para a empresa.

As tendências existentes no mercado de comunicação sobre acessibilidade serão apresentadas no capítulo quatro. Neste capítulo se propõe discutir sobre ações inovadoras que estão sendo implementadas no Brasil, assim como apresentar empresas que têm trabalhado para incluir pessoas com deficiência no mercado.

No quinto capítulo serão apresentadas ferramentas e iniciativas que estão sendo implementadas com o foco na acessibilidade comunicacional, além disso, será destacado a ação individual do jornalista como importante fator de acessibilidade nas comunicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade nas comunicações parte do princípio fundamental estabelecido no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que se afirma que todos nascem livres e com igualdade de direitos. Também é estabelecido no artigo que todos são dotados de razão e consciência, e portanto, devemos agir em relação uns aos outros com fraternidade, além do direito universal à comunicação, também previsto no documento.

O acesso à informação possibilita a cidadania, garante o conhecimento necessário para o enfrentamento das adversidades causadas pela deficiência estrutural da sociedade. Nesse processo o jornalista se constitui como elo entre o valor da informação e o empoderamento para a emancipação das pessoas com deficiência.

A universidade tem um importante papel nesse processo. O ambiente acadêmico representa a instância de ensaio para iniciativas inovadoras que podem afetar diretamente a forma como o mercado cria seus conteúdos. A academia, portanto, possibilita o desenvolvimento de novas habilidades nos profissionais em desenvolvimento, por meio da experimentação e da testagem de novos métodos.

Entretanto, ainda é possível identificar lacunas na universidade, como o baixo nível de desenvolvimento de pesquisas que objetivam discutir o jornalismo acessível e o impacto do acesso à informação para efetivação da participação e organização popular das pessoas com deficiência. A organização política em qualquer grupo ou sociedade requer o domínio das informações, para municiar as pautas coletivas que serão apontadas na estruturação das reivindicações de cada grupo, ou seja, o processo democrático ainda apresenta imprecisões ao não permitir o acesso à informação de maneira igualitária para todos os cidadãos.

A academia tem papel central no entendimento do cenário da participação das pessoas com deficiência na vida democrática do país. Portanto, ao identificarmos a escassez de pesquisas acadêmicas sobre as temáticas de jornalismo, acessibilidade e democracia, salientamos a urgência no desenvolvimento e publicação de pesquisas que correlacionem os temas, até mesmo para que se crie um arcabouço que fundamente novos estudos na área.

Enfatizamos também que o cumprimento das leis e normas estabelecidas sobre acessibilidade nas comunicações deve ser cumpridas pelos veículos comerciais de comunicação. Nota-se que os enfrentamentos, principalmente desde o início do século XXI, modificaram-se do campo da garantia, para o campo da concretização.

Nas duas primeiras décadas do século XXI foram criadas as principais leis e decretos que possibilitaria a garantia do direito de acesso à informação por parte de pessoas com

deficiência auditiva e visual, entretanto, as seguidas falhas de implementação e prorrogação de prazos têm tornado esses direitos quase inexistentes.

Com isso, constata-se que o direito deve ser exercido por dois caminhos possíveis: a judicialização da questão, como se registra em casos insolados no Brasil, em que veículos de imprensa são intimados a exercerem a entrega mínima diária de conteúdos acessíveis; ou a conscientização, seja por meio das entidades representativas das pessoas com deficiência, de iniciativas da universidade, ou mesmo por órgãos do sistema de justiça, sem que se chegue à judicialização dos casos.

A conscientização individual dos jornalistas também se apresenta como uma alternativa concreta. Por vezes, a rotina diária das redações impede o profissional de adquirir conhecimentos sobre o tema, mesmo que seja de interesse do jornalista educar-se a respeito da temática de acessibilidade e reconhecer a relevância da inclusão para a organização.

Na pesquisa aplicada durante esse estudo se constatou que grande parte dos profissionais não têm a prática de utilizar recursos de acessibilidade ou desconhecem ferramentas para acessibilizar suas produções. Portanto, é inadiável a criação mecanismos que municiem os profissionais da comunicação sobre as ferramentas e recursos existentes para a acessibilidade comunicacional. Novamente se destaca a responsabilidade da universidade de desenvolver profissionais inclusivos para o mercado e criar as inovações que auxiliem o mercado em seu processo de acessibilidade.

Outro fator que se destaca está relacionado à inércia das organizações jornalistas privadas em atuar por iniciativa própria em projetos que visem a acessibilização a seus conteúdos. A universidade auxilia no processo de criação e implementação, mas de modo nenhum pode substituir a responsabilidade do mercado frente às questões de governança interna e de compromisso com o cumprimento da legislação.

Neste ínterim, em que o mercado negligencia as leis e as normas existentes no país, junto a ausência de fiscalização que efetive o acesso à informação, milhões de brasileiros e brasileiras enfrentam o desafio diário de acessar o noticiário com acessibilidade. Como se constatou nas pesquisas realizadas com pessoas com deficiência em São Luís, o consumo de notícias compõe o cotidiano desses cidadãos, mas as barreiras de acesso impedem a ampliação do alcance a novos meios de informação, por consequência, a participação mais ampla dessas pessoas aos processos de deliberação democrática e aos espaços públicos.

Sendo assim, esta pesquisa objetivou contribuir para que o acesso à informação e a comunicação seja de fato um direito de todos. Por razões metodológicas, foram levantadas

apenas questões relacionadas às pessoas com deficiência auditiva e visual, mas ressaltamos que há muita diversidade na diversidade, a deficiência caracteriza-se de muitas formas. É primordial destacar que somente avançaremos na implementação da acessibilidade, seja na comunicação ou em outros ambientes, quando compreendermos que a verdadeira deficiência não está nos indivíduos, mas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya. TELES, Veryanne. PEREIRA, Tomas. **Prospota para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais**. Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores. Nº 22, p. 9-29. 2011.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BONIXE, Luís. **Rádio e Inclusão**: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal. Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital. Portalegre, Portugal: Instituto Politécnico de Portalegre 2016. Disponível em < [Rádio e inclusão: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal](#)>. Acesso em 16/11/2022.

CALDAS, Maria das Graças Conde. **Ética e cidadania na formação do jornalista**. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2o. sem. 2005.

CIRNE, Livia. BELÉM, Vitor. CAJAZEIRA, Paulo. **Notícia para audiência que não ouve e não vê**: uma discussão sobre inclusão e acessibilidade na televisão. XXIX Encontro Anual da Compós. Campo Grande: Compós, 2020.

CIRNE, Livia. BELÉM, Vitor. **Para Cego Ver, Para Surdo Ouvir**: reflexões sobre a inclusão e a acessibilidade na TV brasileira. XXVII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte: Compós, 2018.

COELHO, Pedro. **Jornalismo e Mercado**: os novos desafios colocados à formação. Livros LabCom. Covilhã: LabCom, 2015.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão do jornalista**. 9º ed. São Paulo: Summus, 2009.

ESTER LAGES, Milene. NEGRINI, Michele. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **A audiodescrição no documentário Democracia em Vertigem**. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

FREIRE, Giselle. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2019, Belém. **Caminhos para visibilidade de crianças com deficiência no jornalismo**: um estudo sobre a reportagem Claro Enigma, da revista Veja. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

GALVÃO, Taís. PEREIRA, Mauricio. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

JULIOTTI, Renata Elia. VICTOR, Cilene. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **Do jornalismo inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira**. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

LIESEN, Bruno. **Le braille**: Origine, réception et diffusion. Voir. 2001.

MANCINI, Marisa. SAMPAIO, Rosana. **Quando o objeto de estudo é a literatura**: estudos de revisão. Rev. bras. fisioter. vol.10 no.4 São Carlos: out-dez. 2006.

MAYER, Flavia. **Direito humano à comunicação e a acessibilidade nas mídias audiovisuais**. XXIX Encontro Anual da Compós. Campo Grande: Compós, 2020.

MOURA, Dione. Prefácio. CARPES, Diana. SOSTER, Demétrio. **Manual de audiodescrição para produtos jornalísticos laboratoriais impressos**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.

NARIO-REDMOND, Michelle R. **Ableism**: The causes and consequences of disability prejudice. John Wiley & Sons, 2019.

NAVES, Sylvia. et al. (org.). **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

NEGRINI, Michele. ROSS, Roberta. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2019, Belém. **Os Desafios de Produção de Telejornais Universitários Inclusivos**: os casos do Pampa News e do Em Pauta TV. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **MCom autoriza a migração de mais 17 rádios AM para FM. 2021**. Disponível em: <[MCom autoriza a migração de mais 17 rádios AM para FM](#)>. Acesso em: 21/11/2022.

PEREIRA, M. C. C. (org.). **LIBRAS**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

PINHEIRO, Elton Bruno. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **Podcast e Acessibilidade**: apontamentos teóricos e metodológicos. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

RUBIRA, Jefferson Perleberg. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **Audiodescrição**: uma possibilidade de

inclusão no telejornalismo. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em:
<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA(r), 1999.

THOMA, Adriana. **Surdos**: esse “outro” de que fala a mídia. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Mediação. 2016.

UM BRASIL. InfoMoney, 2022. **Mesmo moralmente aceita, diversidade ainda precisa mostrar retorno financeiro**. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/um-brasil/mesmo-moralmente-aceita-diversidade-ainda-precisa-mostrar-retorno-financeiro/>>. Acesso em: 12/11/2022.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. 1º ed. Florianópolis: Insular, 2020.

VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi - Fundação Banco do Brasil, 2003.

APÊNDICE

Apêndice 1

TABELAMENTO DE DADOS

Pesquisa “Jornalismo e Acessibilidade: produção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social”.

Período: 25/10/2021 – 05/11/2021

Quantidade de respostas	25
	2 descartadas por inconsistência das informações
Cidade	São Luís (23)
Formação	Ensino superior (23)
Idade	21 – 30 = 47,8% (11)
	31 – 40 = 47,8% (11)
	41 – 50 = 4,3% (1)
Período de atuação	Menos de 1 ano = 8,7% (2)
	1 – 2 = 21,7% (5)
	2 – 5 = 4,3% (1)
	5 – 10 = 43,5% (10)
	Acima de 10 anos = 21,7% (5)
Área de atuação	Impresso – 4,3% (1)
	Web – 47,8% (11)
	TV – 30,4% (7)
	Rádio – 17,4% (4)
	Assessoria – 43,5% (10)
	Docência – 4,3% (1)
Você já produziu material jornalístico acessível?	SIM – 30,4% (7)
	NÃO – 69,6% (16)
Quais dos itens abaixo você já utilizou?	Closed Caption (CC) – 13% (3)
	Audiodescrição (AD) – 21,7% (5)
	Janela de Libras – 17,4% (4)
	Legendagem – 26,1% (6)

	Descrição de Imagem / Texto Alternativo (Alt Text) – 4,3% (1)
	Nenhum – 60,9% (14)

Já participou de alguma formação para aprender sobre acessibilidade comunicacional?	SIM – 26,1 (6)
	NÃO – 73,9% (17)

Se a resposta for "sim", a formação se deu por iniciativa pessoal ou da empresa/instituição que trabalha/trabalhou?	Empresa/Instituição – 50% (3)
	Pessoal – 50% (3)

De acordo com o seu conhecimento, o que é Tecnologia Assistiva?	Não sei – 39,1% (9)
	"Produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida".
	Aquela que permiti a inclusão de pessoas por meio de adaptações de técnicas e linguagens
	Visa facilitar as pessoas que possuem alguma deficiência.
	Visa facilitar as pessoas que possuem alguma deficiência.
	Conjunto de recursos que ampliam habilidades para pessoas que têm alguma deficiência.
	Tecnologias que trabalha para facilitar a inclusão de pessoas que tenham alguma dificuldade para aprender ou executar algumas funções
	Área de conhecimento para pessoas com deficiência ou incapacidade reduzida
	Utilizar os variados mecanismos disponíveis para tornar um conteúdo acessível a todos, todas e todes.

No local onde você trabalha é possível desenvolver ações que promovam a acessibilidade comunicacional? (ou em algum outro local que já trabalhou)	SIM – 73,9% (17)
	NÃO – 17,4% (4)
	TALVEZ – 8,7% (2)

	SIM – 39,1 (9)
--	----------------

Existe alguma pessoa com deficiência no seu local de trabalho?	NÃO – 60,9 (14)
Se a resposta for "sim", qual área de atuação desse(a) profissional?	Docência Produção Edição de imagens Administrativa. Serviço gerais auxiliar de limpeza Suporte Técnico Administrativa/ Operacional Jurídica e Gestor público
Você já utilizou ou possui conhecimento sobre algum material de orientações para produção de jornalismo acessível?	SIM – 8,7% (2)
	NÃO – 91,3% (21)
Se a resposta for "sim", descreva sua experiência.	Site de notícias bilíngue Material elaborado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFMA. O material foi apenas distribuído, mas os treinamentos ainda são descontínuos e sem grande inserção na prática cotidiana da maioria dos professores.
O desenvolvimento de materiais acessíveis, com foco em atingir um público mais amplo, pode ser uma nova perspectiva de mercado para o jornalismo?	SIM – 100% (23)
Se for do seu interesse, deixe seu e-mail abaixo para enviarmos o produto final da pesquisa.	19 profissionais manifestaram interesse pelo produto

Apêndice 2

Pesquisa - Jornalismo e Acessibilidade

1. Esse questionário tem o objetivo de levantar dados para a pesquisa de mestrado "JORNALISMO E ACESSIBILIDADE: a produção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social".
2. O público-alvo são jornalistas que trabalham em veículos de imprensa ou que tenham experiência na produção de notícias, mesmo que não atuem na área no momento.
3. A pesquisa terá o objetivo final de desenvolver um produto com orientações aos jornalistas para a produção de material jornalístico acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual.
4. O estudo é realizado pelo jornalista e pesquisador Matheus Oliveira, orientado pela Profa. Dra. Rakel de Castro, do Programa de Pós-graduação em Comunicação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

*O profissional não será identificado na pesquisa

-
- Qual a sua cidade?
 - Qual sua formação acadêmica?
 - Qual a sua idade?
 - Qual seu período de atuação?
 - Qual sua área de atuação?
 - Você já produziu material jornalístico acessível?
 - Quais dos itens abaixo você já utilizou?

Closed Caption (CC)

Audiodescrição (AD)

Janela de Libras

Legendagem

Descrição de imagem / Texto Alternativo (Alt)

Nenhum

- Já participou de alguma formação para aprender sobre acessibilidade comunicacional?
- Se a resposta for "sim", a formação se deu por iniciativa pessoal ou da empresa/instituição que trabalha/trabalhou?
- De acordo com o seu conhecimento, o que é Tecnologia Assistiva?

- No local onde você trabalha é possível desenvolver ações que promovam a acessibilidade comunicacional? (ou em algum outro local que já trabalhou)
- Existe alguma pessoa com deficiência no seu local de trabalho?
- Se a resposta for "sim", qual área de atuação desse(a) profissional?
- Você já utilizou ou possui conhecimento sobre algum material de orientações para produção de jornalismo acessível?
- Se a resposta for "sim", descreva sua experiência.
- O desenvolvimento de materiais acessíveis, com foco em atingir um público mais amplo, pode ser uma nova perspectiva de mercado para o jornalismo?

Apêndice 3

Produto final da pesquisa



Este produto é o resultado da pesquisa "JORNALISMO E ACESSIBILIDADE: a produção de jornalismo acessível às pessoas com deficiência auditiva e visual como nova perspectiva de mercado e participação social" desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão.

Organização

Matheus Silva de Oliveira

Orientação

Patrícia Rakel de Castro Sena

Revisão

Allen Felipe de Aguiar Furtado

Capa e Diagramação

Matheus Silva de Oliveira

Reservado para ficha catalográfica

Ouça a versão em áudio
acessando o QR CODE



APRESENTAÇÃO

Milhões de brasileiros e brasileiras lidam diariamente com os desafios que a falta de acessibilidade gera em suas ações do cotidiano. Seja por barreiras arquitetônicas – calçadas irregulares, rampas inexistentes, piso tátil inapropriado, sinalização escassa – ou tecnológicas, que na atualidade se apresentam como um dos principais desafios.

Segundo o último censo demográfico realizado no Brasil, no ano de 2010, 12,5 milhões de cidadãos brasileiros possuem deficiência. Sendo que 46 milhões de brasileiros declararam possuir algum grau de dificuldade para enxergar, escutar, se locomover e entre outras atividades diárias. Dada a defasagem entre o último censo, realizado há mais de 10 anos, os dados atuais certamente apresentam uma quantidade mais substancial de pessoas com deficiência. Como demonstra o dado divulgado pelo TSE sobre as eleições de 2022, em que houve um acréscimo de 35% de eleitores que declararam possuir al-

gum tipo de deficiência em relação às eleições gerais de 2018

Ou seja, milhões de pessoas necessitam lidar diariamente com as adversidades ocasionadas pelas barreiras da falta de políticas de inclusão.

O jornalismo compõe o conjunto de atividades rotineiras que apresentam empecilhos às pessoas com deficiência. As organizações jornalísticas, de modo geral, pouco investem ou integralmente se ausentam de inserir em seus planos de investimentos, produtos ou serviços com vista à inclusão.

Portanto, esse produto se apresenta como material auxiliador para jornalistas, seja de maneira independente ou organizada, trabalharem pelo desenvolvimento de material jornalístico acessível.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 TIPOS DE ACESSIBILIDADE	3
2 LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO	6
3 ASPECTOS TÉCNICOS	12
4 D&I: DIVERSIDADE E INCLUSÃO	20
5 A ACESSIBILIDADE NO MERCADO	25
6 JORNALISTA INCLUSIVO	29
PARA LER MAIS	32

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma comunicação acessível passa por traçar estratégias programáticas que combinem o desenvolvimento de material que possibilite ao profissional do jornalismo adquirir conhecimentos sobre a temática e ações que permitam aos veículos de imprensa adequar suas estratégias de mercado com foco nas pessoas com deficiência.

Materiais que auxiliem jornalistas a adquirirem conhecimento sobre o desenvolvimento de material acessível, compõem a base do processo de implementação gradual da acessibilidade nas redações jornalísticas. Mais do que isso, a aquisição de conhecimento sobre o tema excede a questão técnica.

O jornalista que carrega consigo conhecimentos a respeito da acessibilidade, também estará qualificado a desenvolver textos que superem

noções capacitistas. A inclusão deve estar presente nas atividades diárias de cada profissional. Entretanto, o jornalista integra uma organização – uma empresa, com interesses econômicos e particulares, que influenciam na tomada de decisões – além do mais, a estrutura organizacional é capaz de interferir no agir profissional de cada jornalista, dificultando a implementação de ações acessíveis, caso não seja de interesse da organização.

Portanto, iniciativas que objetivam a promoção da acessibilidade aos veículos de comunicação, devem expandir sua visão para além da questão técnica – como implementar ferramentas e softwares – de forma imprescindível, devem: a) demonstrar a viabilidade econômica do desenvolvimento de materiais acessíveis; b) assegurar a capacidade de crescimento dos negócios da empresa ao ampliar sua atuação a um novo público.

1

Esse material objetiva, de maneira concreta, apresentar a jornalistas noções sobre acessibilidade comunicacional; e evidenciar a gestores de veículos de imprensa o potencial das iniciativas acessíveis como nova perspectiva de mercado.

No **primeiro capítulo** serão estabelecidas as diferenças entre os tipos de acessibilidade. O objetivo é esclarecer determinadas noções sobre a efetivação da inclusão. Será que uma empresa com rampa e corrimões de fato é acessível? – acessibilidade vai muito além do consenso que tradicionalmente se tem sobre o tema, portanto, compreender as diferenças entre os tipos de acessibilidade torna-se fundamental.

O **segundo capítulo** irá focar na legislação que trata sobre inclusão e acessibilidade nos meios de comunicação. São leis, decretos e normas que estabelecem ações para efetivar a acessibilidade.

No **terceiro capítulo** será desenvolvida uma discussão sobre os aspectos técnicos da acessibilidade na televisão, na internet, no impresso e na rádio, destacando a legislação e as normas.

O **quarto capítulo** Diversidade e Inclusão no mercado, pois trata-se de uma temática crescente em grandes organizações no Brasil e no mundo. Serão apresentados exemplos de como o mercado vem lidando com o assunto e o porquê de implementar

mais diversidade e inclusão nas empresas.

As tendências para o mercado de comunicação serão apresentadas no **capítulo quinto**. Este guia foi atrás de empresas que atuam com inclusão, diversidade e acessibilidade e apresentará as inovações apresentadas por essas empresas. Também será apresentado um conjunto de ferramentas e iniciativas que podem auxiliar jornalistas na produção de material acessível. Atitudes do dia a dia, como utilizar descrição de imagem, são iniciativas que auxiliam no desenvolvimento de ações inclusivas. Demonstrando que no cotidiano, naturalizando a acessibilidade, que a inclusão se estabelece.

O **sexto capítulo** terá o objetivo de discutir questões como capacitismo; o agir do profissional inclusivo; e estratégias para o profissionais que deseja implementar a inclusão, mas carecem de suporte da organização.

Este guia pretende se somar a outros materiais já desenvolvidos sobre comunicação acessível, abordando novos assuntos e problemáticas. As demais produções existentes sobre o tema serão indicados ao final deste material.

2

1. TIPOS DE ACESSIBILIDADE

Estar em conformidade com as demandas de acessibilidade requer saber diferenciar suas tipologias. A acessibilidade é exercida em esferas de ações distintas, exigindo mudanças de atitudes do cotidiano com foco na naturalização de ações acessíveis no dia a dia.

As tipologias abordam características físicas dos espaços – como o uso de rampas; placas em Braille; espaços públicos e mobilidade urbana – assim como questões relacionadas a aspectos não tangíveis.

Os estudos desenvolvidos por Romeu Kazumi Sassaki¹, de cunho pedagógico, são fundamentais para a delimitação dos tipos de acessibilidade. Portanto, são necessárias adequações para ampliar o alcance das definições a respeito da acessibilidade.

Sassaki estabelece 6 tipos de acessibilidade, são elas: atitudinal; arquitetônica; comunicacional; metodológica; instrumental; e programática.

AS ACESSIBILIDADES

Atitudinal: é entendida como a acessibilidade mais prática, em que os envolvidos buscam efetivar as atitudes de derrubar barreiras que atrasam a inclusão. Sendo assim, a atitude fundamental para a implementação das demais acessibilidades, pois todas requerem mudanças de hábitos e ações cotidianas de cada indivíduo.

Arquitetônica: compreendida como a acessibilidade que busca transformar os meios físicos, focando na eliminação de barreiras arquitetônicas. São fundamentais para a socialização de pessoas com deficiência, assim como facilitadora da vivência de pessoas com deficiência em ambientes diversos.

Metodológica: possui caráter estritamente pedagógico. Está relacionado aos métodos de ensino, com vista à facilitação da aprendizagem de

3

¹ Romeu Kazumi Sassaki está entre as maiores referências brasileiras sobre estudos das pessoas com deficiência. Pesquisa questões relacionadas à deficiência desde 1960. Presidiu a Associação Nacional do Emprego Apoiado (Anea). Possui publicações sobre inclusão, educação, trabalho, lazer, comunicação e entre outros assuntos. Foi fundamental para o desenvolvimento do paradigma da Sociedade Inclusiva.

pessoas com deficiência. Portanto, por métodos necessitam ser acessíveis e de eficaz compreensão.

Instrumental: os utensílios e ferramentas devem ser acessíveis. No ambiente escolar, profissional e do dia a dia, devem conter instrumentos sem barreiras para o seu uso.

Programática: é uma das mais fundamentais, pois está relacionada a um nível de determinação e definição de ações a serem estabelecidas pelas instituições e governos. Por exemplo, empresas devem definir em seu plano de desenvolvimento medidas para a implementação da acessibilidade nas rotinas organizacionais.

Comunicacional: é a mais fundamental acessibilidade para o desenvolvimento de um jornalismo acessível. Ela determina que não deve haver barreiras de comunicação, seja de maneira pessoal – o diálogo de cidadãos com deficiência, com aqueles sem deficiência – ou nos meios de comunicação.

COMUNICAÇÃO EFETIVA

Em ambiente digital ou física, a comunicação deve ser exercida sem barreiras. Pessoas com deficiência devem ter a possibilidade de se comunicar e terem acesso à informação de maneira facilitada, sem impedimentos de ordem técnica ou física.

Ao estabelecer a comunicação de modo geral, Sassaki nos leva a refletir sobre nosso próprio interesse em adquirir conhecimentos em acessibilidade. Você é comunicador? Para quem você comunica? Quem é o seu público? Desconsiderando o aspecto profissional: hoje você conseguiria se comunicar com pessoas com deficiência auditiva ou visual?

Diante desses questionamentos, nos cabe problematizar o papel da notícia e sua relevância para a sociedade. O desenvolvimento de uma comunicação acessível excede os aspectos técnicos e alcançam os sociais.

Milhões de brasileiros necessitam diariamente do acesso à informação; e certamente encontram

4

dificuldades, ocasionadas pelas barreiras dispostas em cada plataforma possível de acesso à informação. O rádio, a televisão, a web e o impresso, possuem limitações inerentes aos seus formatos, mas que são intensificadas com ausência de ferramentas de acessibilidade no processo de sua produção.

As empresas jornalistas são diretamente responsáveis pelo processo de implementação da acessibilidade em seus produtos. Mas também é dever do jornalista a busca por aprendizado, pela formação contínua. A capacidade de apuração e a inquietação dos profissionais devem ser também direcionadas para a superação dessas barreiras.

Superar os desafios da acessibilidade comunicacional requer que jornalistas e empresas renunciem a preconceitos e visões limitantes da sociedade. Há um público mais amplo a ser alcançado, mais do que isso, há milhões de cidadãos que necessitam ter o direito de acesso à informação efetivado. Cabe aos profissionais da comunicação - de natureza essencialmente contestadora de situações arbitrárias - se apropriarem da acessibilidade em seu método de trabalho.

A acessibilidade não deve ser tratada de maneira enfadonha, penosa ou como atividade extra. Pelo contrário, a produção de material acessível é

agregadora ao trabalho do jornalista. O profissional insere um novo potencial ao seu trabalho, em que poderá atingir novos públicos, redimensionando o alcance de sua produções.

5

2. LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

QUAIS LEIS SERÃO MENCIONADAS NESTE CAPÍTULO?

- » **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Lei da Acessibilidade**
- » **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**
- » **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - regulamenta o Art. 19 da Lei de Acessibilidade**
- » **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência**
- » **Lei nº 11.569 de 19 de agosto de 2021 - Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão**

O arcabouço jurídico brasileiro que fundamenta o direito de pessoas com deficiência tornou-se mais robusto no decorrer das últimas décadas, principalmente após as décadas de 80 e 90 do século XX. Segundo as tipologias sobre acessibilidade estabelecidas por Romeu Sasaki (2009), a promulgação de leis que objetivem a inclusão atende aos parâmetros da Acessibilidade Programática, em que há “eliminação das barreiras invisíveis existentes nos

decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas.”, sendo assim, a legislação é uma das esferas de atuação de ações inclusivas que, segundo o autor, complementam ações práticas individuais e coletivas.

Em 2020, a Câmara dos Deputados lançou a 9ª edição da coleção “Legislação sobre a pessoa com deficiência”, que agrupa as principais diretrizes legais que amparam o direito das pessoas com deficiência. A publicação da Câmara dos Deputados

6

é o material mais recente que reforça o teor da estrutura jurídica brasileira que ampara as pessoas com deficiência na garantia de direitos.

Nacionalmente o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, sancionado em 2015, é o principal instrumento que fundamenta os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A criação do Estatuto é considerado um grande avanço do país no processo de inclusão por instrumentalizar medidas que antes eram adotadas de maneira esporádica, não muito clara ou efetiva.

No Maranhão, somente no ano de 2021 foi instituído o “Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão”, por meio da Lei nº 11.569 de 19/10/2021, portanto, seis anos após a instituição, também tardia, do Estatuto da Pessoa com Deficiência de âmbito nacional.

Internacionalmente a “Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência” da Organização das Nações Unidas (ONU), que teve seu protocolo assinado em 30 de março 2007, é considerado o principal documento de orientação para o desenvolvimento programático de medidas que direcionem à inclusão. No Brasil, a Convenção foi firmada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

As pessoas com deficiência no Brasil têm um importante instrumento de fundamentação e garantia de direitos. Trata-se do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que corrobora os esforços das últimas décadas de implementar, por meio da legislação, a cidadania a grupos que historicamente vivenciaram a exclusão programática.

Primeiramente, analisaremos a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, chamada de Lei da Acessibilidade, que determina normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O texto da Lei, devido o tempo decorrido, ainda apresenta termos obsoletos como “pessoa portadora de deficiência” e foco na “integração social”, paradigma superado e sucedido pela “inclusão social”.

A Lei da Acessibilidade, no Artigo 2, define a barreira na comunicação e informação como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”.

A definição escrita na Lei não identifica com

7

precisão quai são os entraves, muito possivelmente devido à complexidade no estabelecimento dos tipos de deficiência, ou deficiências, que cada cidadão pode conviver.

A delimitação das deficiências nos cidadãos é discutida por Botelho e Porciúncula (2018), que destacam que apesar de desde o século XIX as pessoas com deficiência configurarem nas resoluções dos organismos internacionais sobre estatística, é um desafio obter dados sobre essa população, pois “ainda hoje se travam discussões sobre quem é pessoa com deficiência e como mensurar a deficiência para fins estatísticos, tamanha a complexidade da questão”. Com isso, os veículos de comunicação que almejam implementar ações de acessibilidade devem compreender primeiramente sobre o seu público.

A superação das barreiras comunicacionais também deve ser compreendida de maneira mais ampla, em que discurso e prática estejam alinhadas. A pessoa com deficiência, enquanto consumidora de informação, deve não somente ter o acesso à informação, como o conteúdo que consome não pode conter discursos que reforcem visões pejorativas. A deficiência não deve ser caracteriza nas produções jornalísticas com cargas negativas, diferenciando entre corpos saudáveis e

patológicos, nem mesmo evocar expressões que denotem depreciação.

Apesar das mais de duas décadas de promulgação a Lei da Acessibilidade possui grande importância para a tomada de decisões referentes às ações de acessibilidade. O Capítulo VII, que trata da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, determina o seguinte em seu Artigo 19:

“ Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras (sic) de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

” Capítulo VII, Art. 19, da Lei de Acessibilidade

O artigo foca exclusivamente nas pessoas com deficiência auditiva, instituindo a obrigatoriedade do uso de língua de sinais ou outra subtítuloção por meio da adoção de plano de medidas técnicas. Ou seja, os veículos devem investir na estruturação de sua programação com o objetivo de gerar acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva, seja por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras)

8

ou Closed Caption (CC).

Ainda com enfoque na deficiência auditiva, a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Libras, em que institui “por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras”. Portanto, os veículos de comunicação que possuem concessão pública, devem implementar medidas para a criação de conteúdos com acessibilidade em Libras.

Mais adiante, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta o Art. 19 da Lei de Acessibilidade, determinando a utilização da subtítuloção por meio de legenda oculta; a janela com intérprete de Libras; e da descrição e narração em voz de cenas e imagens.

Por fim, a Lei 13.146, de 9 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto, mesmo concebido tardiamente, marca um dos maiores progressos das últimas décadas na luta das pessoas com deficiência. O novo instrumento balizou as políticas públicas subsequentes, tornando mais robusto a estrutura jurídica brasileira que ampara as pessoas com deficiência.

O Estatuto discorre sobre os mais diversos âmbitos da vida em sociedade, regulamentando ações voltados ao trabalho, assistência social, saúde, moradia, previdência, cultura, lazer, esporte, comunicação e outras resoluções.

O Capítulo II do Estatuto, que discorre sobre o acesso à informação e comunicação, introduz o seu texto destacando, no Artigo 63, a necessidade da acessibilidade nos sites de empresas com sede ou representação no Brasil, assim como os sites da administração pública, mais do que isso, a lei também determina que sejam seguidas diretrizes internacionais sobre o tema.

Sobre os serviços de radiodifusão de sons e imagens, a Estatuto segue diretrizes semelhantes ao Decreto nº 5.296, ao determinar que os veículos devem implementar recursos de: subtítuloção por meio de legenda oculta; janela com intérprete da Libras; e audiodescrição. Com isso, reiteradamente a legislação brasileira indica as ferramentas a serem adotadas para acessibilidade nos serviços de radiodifusão.

O estado brasileiro assume, no Artigo 73, a responsabilidade pela formação de profissionais para atuarem com interesse na efetivação da comunicação acessível. O texto do artigo afirma que:

9

“Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.

” Artigo 73, Lei Brasileira de Inclusão

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO MARANHENSE

O Estado do Maranhão conta, desde o ano de 2021, com legislação própria que fundamenta de maneira ampla o direito das pessoas com deficiência. A Lei nº 11.569 de 19/10/2021, instituiu o “Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão” que estabeleceu diretrizes e normas com foco em assegurar a inclusão social e o exercício, em condição de igualdade, de direitos humanos e liberdades fundamentais.

O Estatuto dispõe em seu texto seções/trechos dedicados a reforçar o direito à comunicação por parte das pessoas com deficiência, como o Artigo 2º da lei onde se diz:

“É dever dos órgãos e entidades do Poder Público do Estado do Maranhão, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com absoluta prioridade, às pessoas com deficiência, o pleno exercício dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, [...] transporte, cultura, desporto, turismo, lazer, informação e comunicação, acessibilidade, avanços científicos e tecnológicos, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Maranhão e demais leis esparsas, que propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

” Artigo 2º do Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão

”

O Capítulo I, sobre Princípios e Diretrizes, em seu Artigo 4º complementa o esforço pela equiparação de direitos ao determinar a cidadania, a igualdade de oportunidade, a redução da marginalização, das desigualdades sociais e de mercado, como uns de seus princípios fundamentais.

A lei traz em seu Capítulo VI, que trata da Cultura, do Desporto, do Turismo, do Lazer e da Comunicação Social, medidas que devem ser

10

adotadas para a inclusão de pessoas com deficiência por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Entre as medidas está a promoção do acesso da pessoa com deficiência aos meios de comunicação social, com medidas como a criação de um programa de informação pública específica voltado à pessoa com deficiência e que destaque o seu potencial.

O Capítulo VI, apesar de promover medidas que visam acessibilidade comunicacional, não determina medidas voltadas aos veículos de comunicação da iniciativa privada, focalizando somente na comunicação pública do Estado do Maranhão.

Portanto, é salutar indicar a necessidade de complementação/reforço do Estatuto com foco em viabilizar uma comunicação acessível de maneira mais ampla, dada a importância dos meios privados no processo de acesso à informação.

Entretanto, a existência de um Estatuto que estabeleça ações para a comunicação pública possui sua devida relevância, pois como destaca Kunsch (2012) “o poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência”, e ao criar orientações com foco nas pessoas com deficiência o Maranhão segue na via da inclusão.

Ainda segundo a autora, a construção de uma verdadeira cidadania e o cumprimento da missão do Estado dependem de uma mudança cultural de mentalidade tanto do poder público, quanto da sociedade (KUNSCH, 2012). A criação do Estatuto no Maranhão pode significar o desencadeamento de mudanças nas ações da esfera pública voltadas à comunicação e que gerem reflexos na iniciativa privada, levando à mudança cultural ressaltada pela autora.

Entre as instâncias da administração pública brasileira também é necessário verificar a representação das pessoas com deficiência nos municípios. De acordo com dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as 5 maiores cidades do Maranhão são: São Luís, Imperatriz, Balsas, Açailândia e São José de Ribamar.

Nesses municípios apenas a capital, São Luís, possui uma secretaria destinada às pessoas com deficiência, a cidade de Imperatriz possui o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência e o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, ambos trabalhando de modo ativo e permanente. Nos demais municípios também se registra atuação de Conselhos, como: Conselho Municipal os Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED),

11

em São José de Ribamar, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPIDE), em Açailândia. Em Balsas não foi identificado órgão municipal que atue pela causa das pessoas com deficiência, entretanto, há associações e entidades que realizam a mobilização no município.

NORMAS E ACORDOS INTERNACIONAIS

Na esfera internacional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina e orienta as diretrizes a serem seguidas pelos países signatários da Convenção, assinada em 2007 em Nova Iorque e promulgada no Brasil no ano de 2008.

A Convenção possui 50 artigos, sendo o Artigo 21 dedicado à Liberdade de Expressão e de Opinião e Acesso à Informação. Prontamente o artigo evidencia a importância do acesso à informação em igualdade de oportunidade com pessoas sem deficiência.

O artigo reforça a necessidade de implementação de uma comunicação pública acessível aos diferentes tipos de deficiência, entretanto, o item C do artigo deixa claro que a iniciativa privada também necessita fazer parte desse empenho, o texto enfatiza que o Estado deve demandar ações

das corporações privadas.

“Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência.

Item C, Artigo 21 da a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

” Mais adiante o texto da Convenção complementa, no item D, “incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência”. Portanto, é possível averiguar que a Convenção da ONU entende a comunicação acessível como ecossistema amplo, onde comunicação pública e privada se integram a fim levar informação ao maior número possível de cidadãos, seja com ou sem deficiência.

O desafio estabelecido pela ONU esbarra, muito possivelmente, no que Nelson Traquina (2005) define como Polo Econômico das organizações jornalísticas, onde o fator financeiro orienta as ações dos veículos. O processo de implementação da acessibilidade em empresas já estabelecidas requer mudanças estruturais no modo de fazer

12

notícia do veículo, sendo necessária a realização de capacitação, possivelmente a contratação de profissional, serviço especializado ou mesmo a compra de equipamentos.

Todavia, Nelson Traquina (2005) também indica uma "autonomia relativa" dos jornalistas nas redações, apesar do alto condicionamento da atividade jornalística, onde seria possível dentro de uma margem pequena o profissional realizar atividades de acordo com seu interesse pessoal. O espaço indicado por Traquina trata-se do Polo Ideológico, onde o jornalismo é exercido como um serviço público. Com isso, profissionais podem implementar em suas atividades cotidianas ações que promovam a inclusão.

Sendo assim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realça a oposição de ideias dentro dos segmentos da comunicação jornalística, em que público e o privado exercem funções distintas, mas, no empenho conjunto pela inclusão, devem conciliar interesses pelo bem comum. A Convenção acentua que grande parte desse esforço deve se originar no Poder Público, que conseqüentemente há a possibilidade de criar políticas públicas de incentivo aos veículos de comunicação privada.

13

3. ASPECTOS TÉCNICOS

A acessibilidade comunicacional voltada aos meios de comunicação requer a adoção de diretrizes que fundamentem os modos de se produzir conteúdo. A produção de conteúdo acessível para televisão, por exemplo, exige uma maior gama de conhecimentos sobre o funcionamento técnico da transmissão. No meio digital grande parte do conhecimento requerido se dá no âmbito da programação web.

Porém, a acessibilidade nos veículos de comunicação também pode ser adotada por meio de medidas práticas, sejam elas adotadas como regra geral da organização ou de iniciativa do profissional. Entretanto, nesse texto serão observados os aspectos técnicos presentes na acessibilidade para televisão, rádio, impresso e internet.

TELEVISÃO

A acessibilidade na televisão brasileira, como já destacado, é citada na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê, no Artigo 19, a adoção de um plano de medidas técnicas para o uso de língua de sinais ou outra subtítuloação. Posteriormente, o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, no Artigo 53, reforça a implementação do plano de medidas técnicas, por parte dos veículos de radiodifusão, e define o Ministério das Comunicações como o responsável pelo regulamento.

Posteriormente o Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005 define o prazo de cento e vinte dias, a contar da data de publicação deste decreto, para a criação da norma complementar.

Entretanto, o Decreto nº 5.762, de 27 de abril

14

de 2006 estendeu o prazo para mais sessenta dias. Somente em meados de 2006, foi divulgada a Norma Complementar nº 1 de 27/06/2006, que efetivamente esclarece sobre os recursos de acessibilidade a serem adotados, estipula prazo e a distribuição do tempo de programação com acessibilidade.

Diante do breve histórico relatado a respeito da legislação observa-se que foram necessários aproximadamente seis anos, entre a lei que determinava a adoção de acessibilidade pelos veículos de radiodifusão e a divulgação da norma complementar com o estabelecimento dos prazos e demais providências. A elaboração de uma lei determinando a adoção de recursos de acessibilidade não se mostrou capaz de fomentar a devida regulamentação em tempo hábil, mais do que isso, foram editados decretos posteriores determinando a prorrogação dos prazos.

A morosidade no âmbito legal reforça o que estabelece Noberto Bobbio (2004, p. 17) ao defender que “o problema mais urgente que temos de enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias”, pois tendemos a compreender o problema do fundamento como algo resolvido, sem que tenhamos que nos preocupar com a efetividade da solução proposta na estrutura

jurídica.

Apesar de tardia, a Norma Complementar nº 1 de 27/06/2006 propõe importantes resoluções para acessibilidade comunicacional nos veículos de radiodifusão.

Ferramentas de acessibilidade na Televisão

A Norma define acessibilidade como uma condição que permite a utilização, de forma segura e autônoma, de serviços, dispositivos, sistema e dos meios de comunicação e informação, com foco em garantir o acesso às pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual. Destaca-se a definição dos recursos estabelecidos na Norma, sendo:

Legenda	Corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.
---------	--

15

Audiodescrição	Locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.
Janela de Libras	Espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Como destaca-se na Norma, esses três recursos são essenciais para garantir a acessibilidade em produções veiculadas na televisão. Mais do que isso, exercendo um ajustamento das diretrizes estabelecidas na Norma, podemos com precisão estabelecer os três recursos como fundamentais para produções audiovisuais de modo geral.

Segundo a NBR 15290, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece os aspectos técnicos para a acessibilidade na televisão, a legendagem, audiodescrição e linguagem de sinais, também se configuram como recursos essenciais para a acessibilidade na

televisão.

A respeito da legendagem, a Norma da ABNT estabelece quatro critérios a serem observados na criação de legendagem closed caption (legenda oculta) são eles:

Qualidade	Atingir o objetivo de transcrever o conteúdo sonoro em texto oculto, disponibilizando esse conteúdo de forma opcional para os telespectadores com limitação de acesso ao som original ou simplesmente que deseje acompanhar a transcrição.
Responsabilidade	Mesmo que um conteúdo precise ser editado, é essencial que se preserve o significado e contexto do que foi dito.
Coerência	O responsável por gerar a legendagem deve se esforçar para manter a uniformidade no estilo, formato, designação dos oradores, posicionamento, velocidade de exibição, tempo de permanência etc.

16

Clareza	Garantir um completo entendimento do que está sendo dito, transcrevendo as falas com clareza e sinalização de informações sonoras não faladas, mas que sejam essenciais para compreensão do programa.
---------	---

99,5% para os pré-gravados.

Observa-se a alta taxa de acerto requerida para as produções, mesmo as realizadas ao vivo, destacando a legenda oculta como uma das principais ferramentas de acessibilidade, pois não apenas torna o conteúdo acessível às pessoas com deficiência, mas caracteriza por ser uma ferramenta de acessibilidade geral do conteúdo, podendo ser utilizada por pessoas idosas ou que estejam em ambiente com grande ruído.

Portanto, a ferramenta de legenda oculta requer observância específica sobre o seu modo de implementação, tanto no momento pré-implementação quanto no momento pós-implementação, com foco em evitar inadequações na ferramenta, como a falta de coerência e clareza. Sendo assim, a norma da ABNT determina mais critérios relacionados aos conteúdos pré-produzidos, pré-gravados e ao vivo.

Um dos principais parâmetros para avaliação de qualidade da legenda oculta ofertada é Taxa de Acerto, ou seja, a aproximação entre o que é apresentado no áudio original da produção e o conteúdo transcrito para a legenda oculta. Os parâmetros são diferenciados para cada tipo de formato, sendo: 98% de Taxa de Acerto para os conteúdos ao vivo; 99% para os pré-produzidos; e

A norma da ABNT determina que a legenda oculta seja apresentada em duas linhas, podendo ter até três quando necessário de acordo com edição. Entretanto, em um estudo elaborado em 2019 no Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez (CAS) na cidade de São Luís, com foco no desenvolvimento de notícias acessível para um site, os 26 participantes da pesquisa optaram por unanimidade pela legenda com apenas 1 linha. Segundo os participantes da pesquisa, a apresentação em 1 linha permite a leitura mais rápida e controlada do conteúdo.

A observação dos participantes da pesquisa de 2019 possui fundamentação na relação do surdo com a língua, em que a Libras se caracteriza como língua primária, enquanto o português é a língua secundária (PEREIRA, et. al.), sendo assim,

17

o processo de leitura, segundo os participantes da pesquisa, seria facilitado com a diminuição da quantidade de palavras apresentadas no processo de exibição da legenda oculta.

Sobre a audiodescrição a ABNT possui a NBR 16452, que define critérios específicos sobre a ferramenta. Entre os itens observados na Norma como fundamentais está o roteiro de audiodescrição.

Para programas ao vivo a Norma define que profissional audiodescritor deve receber previamente o espelho e roteiro do programa, assim como ter acesso às matérias gravas que serão exibidas na produção. Nos programados gravados o processo é semelhante, entretanto, a Norma orienta para a participação do profissional audiodescritor no processo de gravação do material e na pós-produção.

Por fim, uma importante orientação estabelecida trata-se na descrição de pessoas e objetos. Os personagens devem receber a descrição completa, como: nome, aparência física, faixa etária, estatura e entre outros aspectos - após a identificação o personagem deve ser referido apenas por seu nome. Os objetos devem ser citados quando são essenciais para a compreensão da cena descrita.

A respeito da Janela de Libras, a Norma NBR 15290 define com fundamental o contraste entre o interprete e os elementos de fundo, com foco em evitar barreiras para entendimento do conteúdo, assim como altura de $\frac{1}{2}$ e largura de $\frac{1}{4}$ em relação à tela. A Norma NBR 15610-3, exclusivamente sobre o uso da Língua de Sinais na TV Digital, também define diretrizes para o uso da Janela de Libras, entretanto, muito restrita aos aspectos técnicos de transmissão.

RÁDIO

O rádio é um dos meios mais acessíveis às pessoas com deficiência visual, por possuir conteúdo estritamente em áudio, desde a sua origem garante que os conteúdos repassados ao público tenham riquezas de detalhes e linguagem adequada aos ouvintes com deficiência visual.

Para esta pesquisa foram contactados os membros da Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDEVIMA). Os participantes da pesquisa relataram a vivência com o rádio, sendo o equipamento o principal meio de acesso à informação do grupo entrevistado. O grupo destacou a preferência pelos conteúdos do Rádio AM, que segundo os participantes, produzem

18

material mais voltado a produções jornalísticas e de conteúdo geral.

Para os membros da ASDEVIMA a transição do Rádio AM para o FM têm sido um dos principais problemas enfrentados nos últimos anos. Grande parte dos entrevistados residem em São Luís, mas destacaram que deficientes visuais residentes em localidades distantes ou no interior do estado, têm vivenciado o agravamento do acesso à informação por meio do rádio.

Enquanto o rádio é totalmente acessível às pessoas com deficiência visual, por questões notórias, ele não tem a mesma inserção na comunidade surda. Entretanto, o conteúdo do rádio pode receber adequações para o consumo de pessoas com deficiência auditiva.



Registro de interprete traduzindo o Programa Cidade Inclusiva

Uma das iniciativas mais conhecidas é o projeto descontinuado da CBN, em parceria com a ONG Voz da Voz, intitulado "CBN em Libras - Voz da Voz". O projeto traduzia para a Libras o quadro da rádio chamado "Cidade Inclusiva" com vídeos no YouTube.

Apesar de tratar-se de uma iniciativa que possibilitou o acesso do conteúdo do rádio às pessoas com deficiência auditiva, o projeto se limitava a traduzir o programa Cidade Inclusiva, sem levar ao público do canal material com conteúdo da programação da rádio.

Sendo assim, o modelo já adotado pela CBN caracteriza-se como uma das iniciativas possíveis para as rádios que objetivam a produção de conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência auditiva e visual.

IMPRESSO

A produção de notícias em material impresso foi, incontestavelmente, a força de desenvolvimento do jornalismo como conhecemos hoje. Entretanto, nas últimas décadas com a migração do acesso à informação para os meios digitais, o jornalismo impresso tem passado por reformulações, e em determinados casos, o fechamento das redações.

19

O impresso, entre os meios aqui apresentados, é o que mais encontra dificuldade no desenvolvimento de material acessível, pois é totalmente inviabilizado para o público cego e, aqui no Brasil, produz material na língua portuguesa, que como relatado nesta pesquisa, não é a língua primária de grande parte da comunidade surda brasileira.

Segundo a Fundação Dorina Nowill, especializada em produzir material acessível para cegos, entre as soluções de acessibilidade para o público cego está a produção de material em Braille, em áudio e no meio digital. Devido o alto custo de produção, o Braille é um dos métodos menos adotados de acessibilidade, pois requer equipamento específico e especialista para manuseio da máquina de produção. Entretanto, a transformação do conteúdo impresso em áudio é uma das principais soluções para o desenvolvimento da acessibilidade no formato impresso, objetivando atender as pessoas cegas.

Em relação ao público surdo, o desafio do impresso assemelha-se ao do rádio, pois necessita da tradução de seu conteúdo para a Língua Brasileira de Sinais. Consequentemente, a implementação da acessibilidade no impresso para pessoas surdas e cegas necessitará da adoção de ferramentas

multimídia, com distribuição em diferentes canais.

JORNALISMO ON-LINE

A produção de jornalismo acessível requerer uma gama diferenciada de conhecimentos. Assim como na televisão, a acessibilidade no mundo virtual está fortemente ligada a aspectos técnicos. Entretanto, quando voltamos nossa atenção ao desenvolvimento de conteúdo nos deparamos com funcionalidades, em alguns casos, prontamente estabelecida pelas plataformas que hospedam os sites. Sendo assim, para o profissional de jornalismo a possibilidade de criar conteúdo acessível on-line torna-se mais viável.

Exemplificando, a acessibilidade na web é fundamentada pelas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), desenvolvidas pela World Wide Web Consortium (W3C), e internacionalmente aceitas como parâmetro de desenvolvimento de sites acessíveis. O WCAG é dividido em 4 grupos de princípios, em que os sites devem ser: Perceptíveis; Operáveis; Compreensíveis; e Robustos.

A grande maioria das orientações disponibilizadas no WCAG estão estritamente relacionadas ao desenvolvimento web, não

20

exigindo diretamente do profissional de jornalismo. Por exemplo, os contrastes do site, o tamanho da fonte e a apresentação visual do site, são diretrizes mencionadas no WCAG, entretanto, o jornalista que utiliza o site não possui controle sobre essas questões técnicas.

Sendo assim, iremos nos ater às ferramentas que possibilitam o jornalista a desenvolver material acessível na web. O primeiro aspecto está relacionado à linguagem, que pode ser incluída como orientação de acessibilidade também para o impresso, pois segundo o mais recente Guia de Acessibilidade Digital desenvolvido pelo Google em 2022, em parceria com o Movimento Web Para Todos (MWPT), a adequação da linguagem é o primeiro passo da promoção da acessibilidade comunicacional.

O Guia orienta para o uso de uma linguagem inclusiva, neutra e acessível, ou seja, o profissional deve evitar em sua escrita o uso excessivo de figuras de linguagem, jargões ou termos inusuais, assim como evitar o uso de imagens como conteúdo principal da informação. Porém, destaca-se que ocorrendo a necessidade do uso de uma imagem, infográfico ou outro elemento visual como informação principal do conteúdo, esse elemento deve ser destrinchado no texto da matéria ou, no

caso de imagem, possuir a descrição de imagem ou texto alternativo (Alt Text).

O texto alternativo é atualmente uma das mais importantes ferramentas de acessibilidade na web, pois encontra-se disponível nas principais redes sociais e em plataformas de criação e desenvolvimento de sites como Wordpress e Wix. Segundo o Guia do Google e do MWPT, todo item de imagem em um material de comunicação deve conter descrição, que pode seguir a fórmula: FSPA (Formato, Sujeito, Paisagem e Ação)

Em relação a infográficos, as diretrizes do WCAG e do Guia do Google e MWPT orientam para o uso de formas, símbolos, padrões e texturas, evitando o uso das cores como principal diferenciação entre os dados apresentados. Esse recurso permite o consumo facilitado da informação por pessoas daltônicas ou com baixa visão.

Para as produções audiovisuais o WCAG exige a obrigatoriedade do recurso para a acessibilidade com língua de sinais e legenda em conteúdos ao vivo e pré-gravados. A audiodescrição também deve ser utilizada em conteúdo pré-gravado, entretanto, se possível deve ser ofertada uma alternativa que possibilite a pausa do conteúdo para a reprodução da audiodescrição.

O uso da acessibilidade em materiais

21



Espaço de inserção de texto alternativo no Estúdio de Criação do Meta Business

audiovisuais exige a sensibilidade do profissional em compreender a relevância de acessibilizar o conteúdo produzido, podendo ofertar ao menos um dos recursos.

Para os conteúdos em texto, além da adequação da linguagem e do contraste, uma outra alternativa é a utilização de ferramentas de leitura por voz. A funcionalidade permite a leitura em voz do material em texto, tornando o consumo acessível às pessoas com deficiência visual e que não dispõem de recursos de acessibilidade em seus aparelhos.

O crescente aumento do consumo de conteúdo na internet por pessoas com deficiência tem criado demandas no mercado, gerando novos modelos de negócio voltado para o desenvolvimento de



Leitura por áudio disponível no site da Folha de S. Paulo

soluções para a acessibilidade nos sites. Entre as iniciativas mais destacadas no Brasil está a Hand Talk, que oferta serviços de tradução de textos para Libras. A ferramenta da Hand Talk consiste na inserção da funcionalidade no código do site, que permite aos usuários com deficiência auditiva acesso a textos em língua portuguesa.

O Governo Federal disponibiliza ferramenta semelhante para tradução de textos, áudios e vídeos para a Libras por meio do VLibras. O projeto é uma parceria do Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

Ambos as funcionalidades demonstram os avanços das últimas décadas no desenvolvimento de ferramentas acessíveis para a web. Mais do

22



Recursos de acessibilidade em áudio e Libras da Agência Brasil.

que isso, a existência de aplicações na iniciativa pública e na privada demonstram a necessidade de ambas as esferas de gestão buscarem em conjunto soluções para a acessibilidade comunicacional.

O JORNALISTA E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Incontestavelmente as últimas décadas geraram para as pessoas com deficiências uma gama de soluções que possibilitam o acesso à informação, seja por meio da lei - como a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência - ou por meio de normas e ferramentas, desenvolvidas pelo Poder Público ou pela iniciativa privada.

Entretanto, ao passo que avançam as possibilidades de acesso, ainda é insuficiente a

produção de conteúdo acessível para consumo diário por pessoas com deficiência auditiva e visual. Seja pela limitação técnica ou a total ausência de acessibilidade, os veículos têm faltado na promoção da acessibilidade.

Diante dessa realidade, nos cabe compreender o papel do jornalista nesse processo, como um dos atores principais na criação das notícias. Sendo assim, é essencial conhecer a perspectiva desses profissionais a respeito da produção e efetivação da acessibilidade comunicacional no jornalismo.

4. D&I: DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Diversidade e Inclusão são mais que palavras bonitas para inserir no marketing da empresa. Ações de D&I são instrumentos de fortalecimento da marca perante a sociedade, que se desenvolve cada vez mais de maneira diversa. As múltiplas formas de ser e viver necessitam estar representadas nas empresas, seja na oferta de seus serviços ou na composição de seus recursos humanos.

Apesar de representarem uma parcela significativa da população brasileira, as pessoas com deficiência representam apenas 1,1% dos empregados formados do país, segundo dados de 2019 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia.

A diversidade surge do reconhecimento das diferenças. E é por meio da inclusão que possibilitamos o desenvolvimento consciente de um ambiente profissional com as devidas

representações da diversidade social. A diversidade nas organizações tem uma grande barreira chamada CAPACITISMO.

Um ambiente organizacional diverso requer que diferentes tipos de pessoas estejam convivendo e trabalhando em conjunto, entretanto, a limitação projetada às pessoas com deficiência impede o incremento da pluralidade profissional nas empresas.

A grande questão a ser observada é que antes de serem profissionais aptas ao trabalho, pessoas com deficiência são delimitadas e necessitam sucessivamente comprovar sua capacidade de exercer determinada função.

O PROBLEMA DO CAPACITISMO

O capacitismo parte de um princípio limitante que inviabiliza o desenvolvimento profissional e

social de pessoa com deficiência. A superação de ideais capacitistas requer, como ponto inicial e fundamental, a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. A convivência coletiva desenvolve as relações entre os colaboradores, possibilitando a redefinição de conceitos limitantes sobre as pessoas com deficiência. O local de trabalho torna-se o ambiente de todos, não mais de alguns.

Você certamente já viu alguma reportagem em que se diz que tal pessoa com deficiência “superou” uma barreira ou que certa pessoa com deficiência é “muito guerreira” por conseguir conviver com suas “limitações”.

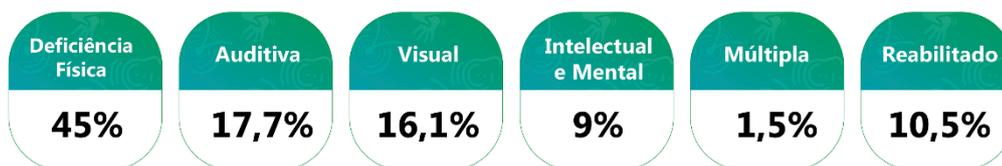
No jornalismo o capacitismo está presente nos modos como são retratadas as pessoas

“ **A constituição do imaginário social depende essencialmente da forma como ele é difundido e, nesse sentido, a força dos meios de comunicação é essencial.**

Adriana Thoma no artigo “Surdos: esse ‘outro’ de que se fala a mídia”.

com deficiência, em que costumeiramente são apresentadas em um contexto de superação. Portanto, o capacitismo configura-se como uma questão social e estrutural, que impõe às pessoas com deficiência o desafio de superar a si próprias, sem reconhecer que a verdadeira deficiência está presente na sociedade. Requerer que uma pessoa

DIVISÃO DA OCUPAÇÃO ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM EMPREGOS FORMAIS



Fonte: Panorama da evolução dos vínculos formais de trabalho das pessoas com deficiência no período de 2007 a 2020

25

supere sua subjetividade característica configura-se como uma das mais perversas formas de exclusão social e limitação de acesso do direito ao trabalho.

BENEFÍCIOS PARA A ORGANIZAÇÃO

Não é de hoje que a D&I faz parte das discussões em comitês especiais ou especializados em grandes empresas. Seja no Brasil ou exterior, a pauta da diversidade nas organizações ganhou corpo nas últimas décadas, principalmente pelos ganhos apresentados às empresas que instituíram políticas efetivas de D&I.

Alguns exemplos: O Grupo Boticário possui o próprio setor de Diversidade, Equidade e Inclusão, com foco em pautar e desenvolver na empresa as 5 dimensões estratégicas de diversidade, elaboradas pela organização. O plano de ação do Grupo Boticário prevê sua execução em 5 anos, sendo o ano de 2024 foco em pessoas com deficiência.

O Nubank instituiu, dentro dos padrões ESG – Environmental (Meio ambiente), Social, Governance (Governança) – a D&I com um dos pilares de desenvolvimento da marca. Entre as principais ações adotadas está a implementação da Academia de D&I onde são realizados treinamentos, cursos

e formações com foco na criação de um ambiente de diversidade e inclusão.

A Meta, antigo Facebook, também possui um amplo programa de D&I, com foco tanto no desenvolvimento de carreiras internas na empresa como em seus produtos.

A Rede Globo, igualmente pautada pelos padrões ESG, criou em 2022 o setor de Diversidade,

O QUE DIZ O MERCADO?

Valor ECONOMICO

BOLSA DE VALORES EXIGE MAIS DIVERSIDADE NAS EMPRESAS

McKinsey & Company

A DIVERSIDADE É UMA ALAVANCA DE PERFORMANCE

veja

DE CADA R\$100 CONSUMIDOS NO BRASIL, R\$72 VÊM DE GRUPOS MINORIZADOS

InfoMoney

B3 ESTRUTURA REGRAS DE INCLUSÃO DE MINORIAS EM CONSELHOS DE EMPRESAS

26

estruturando suas produções em quatro pilares: Conteúdo, Produção, Talentos e Diversidade/ Inovação em Conteúdo.

Enfim, seria possível listar muitos outros exemplos de grandes organizações que nas últimas décadas, ou mais recentemente como a Rede Globo, decidiram instituir políticas de D&I em suas metas de desenvolvimento.

Um dos grandes desafios da implementação ou criação de um departamento/comitê para a execução de pautas de diversidade e inclusão nas empresas está a dificuldade de associar esse tipo de iniciativa com o ganho financeiro, ou mais grave, como fundamenta a economista Luana Omezela, em entrevista ao UM BRASIL, que é compreender a D&I como uma ação para evitar danos à imagem da organização.

Assim como a contratação de pessoas com deficiência "apenas para cumprir a lei", a criação de um ações inclusivas e diversas não deve fundamentar-se no receio da empresa de ser cobrada por mais inclusão e diversidade. A concretização do projeto deve se fundamentar em um objetivo sólido de efetivação junto aos demais objetivos da empresa.

IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ/ DEPARTAMENTO DE D&I

Diante do desafio da formação de ambientes diversos propomos um modelo que visa auxiliar na criação de um comitê ou departamento de Diversidade e Inclusão dentro das organizações. Primeiramente, é relevante compreender que será sempre desafiador iniciar algo novo, principalmente em ambientes que seguem cotidianamente os mesmos processos, sem sofrer abalos em suas estruturas há muito instituídas. Posteriormente é necessário entender que estamos diante de um processo de ruptura, em que práticas consolidadas, possivelmente, deverão ser renunciadas.

MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ/ DEPARTAMENTO DE D&I NAS REDAÇÕES JORNALÍSTICAS

DIAGNÓSTICO: (1 a 2 meses) É a fase inicial do processo de implementação, em que será traçado o cenário do departamento em diversas frentes: pessoal; institucional; administração; econômico; estrutural.

Pessoal: realizar o levantamento da diversidade presente na redação e em toda a

27

organização. Identifique onde estão e quantos são as pessoas com deficiência na empresa. Se possível, inclusão no levantamento os números de mulheres, pessoas pretas e LGBTQIA+, e tente traçar se essas pessoas exercem cargos de liderança.

Institucional: trace a relevância institucional da organização, o impacto e a relação que ela possui com a sociedade. Tente compreender o público que consome os materiais produzidos.

Administrativo: Dialogar junto ao setor administrativo a viabilidade do Comitê/ Departamento de D&I. Ou seja, entender os impactos no âmbito administrativo da criação desse departamento.

Em caso de inviabilidade da criação de um departamento na organização com foco em políticas de D&I, o gestor responsável pela equipe de jornalismo pode criar em seu próprio setor o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto por membros de sua própria equipe.

Econômico: defina a viabilidade econômica do projeto e o impacto financeiro que a implementação de políticas de D&I geram em custos e ganhos.

Estrutural: compreenda como a acessibilidade está presente na organização, seja em aspectos físicos, de capacitação dos profissionais, sinalização

e perspectivas.

SUGESTÕES: (Período: 1 semana) Após o diagnóstico desenvolva com a equipe da redação, e com demais membros da empresa se possível, uma dinâmica em que os profissionais deem sugestões que envolvam Diversidade e Inclusão. Neste momento será possível compreender o clima organizacional para a recepção do comitê/ departamento de D&I.

EXECUÇÃO PILOTO: (6 meses) Baseado nos aspectos levantados no diagnóstico inicial e com as sugestões dos profissionais, se dá início à criação do comitê/departamento piloto, que funcionará de maneira temporária.

Nesta fase sugere-se a criação das funções de: coordenação, vice-coordenação, assistente 1 e assistente 2. Além disso determina-se a participação de no mínimo 60% dos membros da equipe no comitê/departamento.

Funções do Comitê/Departamento temporário:

- Instituir o plano de ação e metas para os próximos 6 meses.

28

- Elaborar metas semanais, mensais e do semestre. Exemplos de meta: 1) produzir a cada 2 meses matéria sobre empreendedorismo com personagem PcD. 2) utilizar legenda descritiva e Texto Alternativo nas publicações das redes sociais. 3) Acessibilizar material publicado no site. 4) Criar banco de fontes de profissionais com deficiência.

- Realizar diagnóstico mensal sobre a produção de material acessível.

NOVO DIAGNÓSTICO: (1 mês) Nesta fase o objetivo será comparar os dados obtidos no primeiro diagnóstico com o atual momento da empresa ou setor. Para isso devem ser seguidos os mesmos passos do diagnóstico inicial.

Além disso, também se recomenda que uma nova rodada de sugestões seja realizada, também como foco em comparar a evolução do ambiente de trabalho após a execução do projeto piloto.

IMPLEMENTAÇÃO: Neste momento se decide sobre o formato da equipe de trabalho, ou seja, se as atividades serão exercidas por meio de um comitê formado por membros voluntários entre os jornalistas da redação ou se será instituído na empresa um departamento permanente

que exercerá a função de estabelecer ações de Diversidade e Inclusão para a empresa.

Comitê: entre os jornalistas da redação deve-se criar o comitê responsável pelo acompanhamento das ações de Diversidade e Inclusão.

Departamento: a organização deve criar um setor para instituir as ações gerais de Diversidade e Inclusão para a empresa. Para tanto, sugere-se a contratação de profissional – ou profissionais – especializados para gerir o departamento.

FICA A DICA

A criação de um comitê certamente caracteriza-se como a alternativa mais viável financeiramente para a grande maioria das empresas. Entretanto, sugerimos que profissionais especializados sejam contratados esporadicamente para a realização de ações, consultorias e treinamentos com a equipe.

29

5. A ACESSIBILIDADE NO MERCADO

Diante do que foi apresentado até aqui não há mais dúvidas que o desenvolvimento de ambientes mais diversos nas organizações é um caminho sem volta. Graças a instituições e empresas que divulgam a causa da acessibilidade, a conscientização sobre o assunto tem chegado ao mercado.

Seja em ambientes on-line e ações do dia a dia, iniciativas de acessibilidade têm sido ofertadas no mercado e gerado bons resultados. Todos saem ganhando.

Uma rápida pesquisa no LinkedIn, é possível encontrar mais de uma organização que atua com recrutamento e seleção de pessoas com deficiência. Iniciativas como a empresa de consultoria Talentos Incluir, que desenvolve análises sobre o nível de maturidade inclusiva de empresas e gera ações para o desenvolvimento da acessibilidade, diversidade,

inclusão e equidade nas organizações.

Outra importante iniciativa que tem ganhado força nos últimos anos é a tradução de textos on-line para a Libras por meio da Hand Talk. A empresa é atualmente a maior referência no Brasil na geração instantânea de sinais da Libras em sites. Além disso, a empresa também oferta um aplicativo para tradução de textos e aprendizados da Libras.

Já sobre desenvolvimento de acessibilidade on-line para cegos, a Audima tem se tornado uma boa alternativa para quem deseja transformar textos em áudio. A empresa também destaca que o seu produto acessibiliza o conteúdo às pessoas idosas, com baixa visão, analfabetas ou mesmo as que apresentam vista cansada (presbiopia).

Você já leu alguma reportagem ou viu peça publicitária em que foram usadas pessoas com deficiência? Existe uma grande probabilidade de não

30

terem utilizado pessoas com deficiência no material. Por isso, a Uinstock tem a proposta de interromper esse tipo de ação.

A plataforma é o primeiro banco de imagens de pessoas com deficiência do Brasil. A proposta central é incentivar empresas a utilizarem pessoas que realmente tenham deficiência em seus materiais.

FICA A DICA

Ter profissionais especializados na equipe é fundamental para qualquer empresa conseguir avançar na implementação da acessibilidade em seus processos comunicacionais. Por isso, o planejamento financeiro é muito importante para compreender o valor do investimento em profissionais.

O intérprete de Libras possui os seus valores de serviço baseados lista de referência de honorários da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), em que se estabelece: **R\$ 48/h** pra interpretação recorrente em programa de TV; **R\$ 60/min** para tradução de

vídeo para internet; **R\$ 60/min** para tradução de vídeo institucional. Confira a lista completa no site.

Em relação ao profissional de audiodescrição o valor base de remuneração para o ano de 2023 está estabelecido em **R\$ 3.938,69**. O valor é referência e está baseado na pesquisa salario.com.br, com dados do Novo CAGED e eSocial. Entretanto, é possível encontrar profissionais autônomos, em que é possível estabelecer um contrato por hora de serviço ou de acordo com material a ser descrito.

EMPRESAS E INICIATIVAS NO MERCADO

	<p>HELPVOX CONNECT Uma das maiores empresas de acessibilidade para surdos do mundo, oferta soluções com tecnologia de ponta para trazer mais qualidade de vida a comunidade surda. Facilitar o acesso da comunidade surda aos serviços oferecidos pelas empresas.</p>
	<p>ICOM Ferramenta que permite que as organizações se comuniquem com a pessoa surda no seu próprio idioma. Tem o objetivo de assegurar uma comunicação sem barreiras, reconhecer o potencial da pessoa surda e o impacto positivo da inclusão desses brasileiros na sociedade e no mercado.</p>
	<p>AUDIMA A iniciativa tem como missão gerar inclusão digital com o áudio, possibilitando que o conteúdo escrito na internet também possa ser ouvido. A tecnologia da Audima converte texto para áudio e permite que os conteúdos digitais sejam ouvidos pelos usuários.</p>
	<p>EQUALWEB Empresa pioneira em Acessibilidade Digital para pessoas com limitações no acesso a informações digitais e navegação na internet. Ofertam soluções de acessibilidade digital para empresas de todos os portes. Com mais de 20 anos de experiência no mercado digital e mais de 10 mil clientes ao redor do mundo.</p>
	<p>HAND TALK É a maior plataforma de tradução automática para Línguas de Sinais do mundo. A empresa tem o objetivo de superar as barreiras de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes por meio da tecnologia. Além de conectar pessoas e empresas por meio da acessibilidade digital.</p>

EMPRESAS E INICIATIVAS NO MERCADO

	<p>GRUPO STENO A empresa é considerada a primeira a trazer a estenotipia informatizada para o Brasil. São precursores em sistemas de closed caption (legenda oculta) e audiodescrição. Desenvolvem produtos baseados em novas tecnologias, soluções e tendências.</p>
	<p>TALENTO INCLUIR Empresa de consultoria em Diversidade e Inclusão. Também oferta cursos e treinamentos sobre o tema, além de conectar empresas com profissionais com deficiência. A empresa também oferta o serviço de inclusão para pessoas com idade acima de 45 anos no mercado de trabalho.</p>
	<p>INKLUA Plataforma de vagas de emprego foco em pessoas com deficiência. A iniciativa oferta serviços para empresas e para o público, que tem a possibilidade de cadastrar o currículo no site.</p>
	<p>DEFICIÊNCIA TECH A iniciativa se apresenta como a primeira comunidade de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de tecnologia no Brasil. O movimento desenvolve conexões entre profissionais da área que tenham ou não deficiência.</p>
	<p>UINSTOCK Banco de imagens nacional e uma plataforma digital para a produção e venda de imagens da diversidade dos brasileiros. A iniciativa tem a proposta de ser uma alternativa para marcas e empresas que necessitem de uma imagem autêntica da nossa gente. Tem como propósito contribuir para a mudança do cenário de exclusão no Brasil por meio de um negócio digital inclusivo.</p>

33

EMPRESAS E INICIATIVAS NO MERCADO

	<p>ESPIRAL INTERATIVA A agência de comunicação desenvolve projetos que objetivam promover uma sociedade mais justa e inclusiva, implementando ações que auxiliem seus clientes a comunicar melhor suas causas, utilizando a web como protagonista no processo de divulgação.</p>
	<p>IGUAL - INCLUSÃO E DIVERSIDADE A empresa oferta serviços com foco na efetivação da Inclusão e da Diversidade no mercado de trabalho. Entre os serviços oferecidos está o recrutamento e seleção, desenvolvimento de cultura inclusiva, consultoria em acessibilidade física e digital, comunicação inclusiva e entre outros serviços.</p>
	<p>DIVERSAS JOBS A iniciativa tem o objetivo de conectar pessoas diversas com empresas engajadas com a Inclusão e a Diversidade. A empresa presta consultorias com foco no desenvolvimento de potencialidades voltadas à Diversidade nas organizações.</p>
	<p>BE MY EYES O aplicativo foi criado para ajudar pessoas cegas ou com baixa visão, por meio de uma comunidade global de pessoas cegas ou com baixa visão, em conjunto com voluntários sem deficiência visual. A ferramenta possibilita que através de uma chamada de vídeo, voluntários deem auxílio visual para pessoas cegas e com baixa visão, em situações do dia a dia.</p>
	<p>PROFISSAS A empresa desenvolve cursos, treinamentos, workshops e programas corporativos sobre Diversidade, Equidade e Inclusão. Além de materiais, ferramentas, ebooks e eventos que ajudam na construção de ações de Diversidade nas empresas.</p>

34

EMPRESAS E INICIATIVAS NO MERCADO

	<p>GUIA WCAG O guia facilita o acesso aos critérios do WCAG (Web Content Accessibility Guidelines - Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web). O material serve como orientação a desenvolvedores sobre a criação de sites acessíveis para pessoas com deficiência.</p>
	<p>MOVIMENTO WEB PARA TODOS O projeto trabalha conectando organizações, profissionais de desenvolvimento e pessoas com deficiência e tem o objetivo de mobilizar a sociedade a respeito da acessibilidade digital. As ações do wprojeto objetivam tornar a web brasileira em um ambiente mais inclusivo.</p>
	<p>FUNDAÇÃO DORINA NOWILL A instituição atua por meio da produção e distribuição de materiais gratuitos, como livros em braille, falados e digitais acessíveis, diretamente para o público e também para escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil.</p>
	<p>GRUPO DE PESQUISA MATAV – UNESP BAURU Grupo de pesquisa com pesquisadores e estudantes das áreas de Rádio, Televisão e Internet, Design, Letras e Tradução que possuem em comum o interesse na investigação da linguagem audiovisual. O grupo desenvolver discussões sobre o direito de acesso irrestrito que o cidadão possui aos conteúdos veiculados pelos meios audiovisuais.</p>

35

Nesta lista estão soluções de serviços e produtos ofertados no mercado que possibilitam o desenvolvimento de negócios mais diversos e inclusivos. Entre as iniciativas listadas está o grupo de pesquisa Mídia Acessível e Tradução Audiovisual (MATAV) da UNESP de Bauru, que propõe diversas soluções em acessibilidade para produções em áudio, demonstrando a relevância das instituições de ensino superior no desenvolvimento da acessibilidade no mercado.

Os serviços apresentados demonstram que o mercado tem acesso às soluções em Diversidade e Inclusão, entretanto, o fortalecimento e o desenvolvimento de novas iniciativas requerem que mais empresas estejam abertas a incluir a acessibilidade e a inclusão de pessoas diversas em suas metas de crescimento.

36

6. JORNALISTA INCLUSIVO

Como demonstrado no primeiro capítulo a inclusão por meio da acessibilidade se desenvolver por meio de algumas vertentes, entre elas está a atitudinal. Essa acessibilidade, por vezes, é o ponto inicial em que o profissional reconhece a necessidade da criação de políticas de inclusão no ambiente de trabalho.

Entretanto, mesmo com o interesse do profissional a organização pode não inserir em seus planos de investimentos a acessibilidade. Porém, por meio da acessibilidade atitudinal é possível que o jornalista desenvolva em seu dia a dia um certo grau de consciência acessível em suas produções.

Neste último capítulo destaco as possibilidades de criação de conteúdo acessível por iniciativa individual do jornalista

ou da redação. Começo destacando a criação de conteúdo on-line, que possui recursos disponíveis de acessibilidade. Depois falo sobre o desenvolvimento das pautas, e por fim, sobre a importância do aprendizado constante.

ACESSIBILIDADE ON-LINE

Seja nas redes sociais ou nos sites o jornalismo on-line possui um alcance diverso, com públicos que carregaram heterogeneidades não identificadas à primeira vista, mas que ao se ter conhecimento sobre o alto número de pessoas com deficiência é possível mensurar que uma parte desse material alcança esse público. Por isso, esteja de olho em algumas dessas ações:

37

Descreva suas imagens: alguns sites ou redes sociais possuem recursos para inserção de texto alternativo (Alt Text), como já demonstrado no capítulo 3. O recurso deve ser utilizado sempre que disponível, para tornar o conteúdo acessível às pessoas com deficiência visual. Entretanto, também é fundamental que seja utilizada a descrição das imagens na legenda. O profissional deve descrever as imagens de maneira simples e compreensível. Uma dica importante é utilizar a fórmula FSPA: Formato + Sujeito + Passagem + Ação. A fórmula auxiliará o jornalista no processo de descrição das imagens, assim como na produção do texto alternativo.

Escreva textos acessíveis: evite o uso excessivo de figuras de linguagem, gírias ou bordões, além de termos inusuais. Além de tornar o seu texto mais acessível ao público em geral, facilita o entendimento dos serviços virtuais de tradução em Libras e dos leitores de tela

Legende seus vídeos: alguns veículos publicam vídeos on-line nos sites ou nas redes sociais como principal fonte daquela informação. É fundamental que esse tipo de material esteja devidamente legendado, pois tornar o conteúdo acessível às pessoas com deficiência auditiva,

além daqueles usuários que não podem ouvir áudio no momento.

DESENVOLVIMENTO DE PAUTAS

Uma das grandes questões sobre o desenvolvimento da acessibilidade no jornalismo não está no aspecto técnico, mas no âmbito das ações. Todos os veículos de imprensa reúnem-se regularmente para estabelecer as pautas do dia ou da semana. Esse é o momento ideal para se pensar na criação de pautas inclusivas. Uma pauta inclusiva é aquela que busca a diversidade em suas fontes, na narrativa empregada na reportagem, assim como o cuidado de evitar o uso de termos pejorativo ou realizar ações que deixem pessoas com deficiência desconfortáveis.

Ouçã profissionais com deficiência: no capítulo 4, ao propor a criação de um banco de fontes com profissionais com deficiência o objetivo é garantir que esses profissionais sejam ouvidos regularmente como fonte. Em uma pauta sobre aposentadoria um advogado cego pode ser ouvido para falar sobre direito previdenciário? Com certeza.

O processo de criação do banco de fontes

38

vai requerer tempo, mas será fundamental para o processo de efetivação da diversidade nas pautas.

Inclua pautas sobre acessibilidade, diversidade ou inclusão: estabeleça metas pessoais, ou em equipe, para a produção de reportagens sobre temáticas que envolvam acessibilidade, diversidade ou inclusão. Consulte regularmente a agenda de ações das entidades representativas das pessoas com deficiência.

Evite o capacitismo: é importante entender que pessoas com deficiência não convivem em sociedade apesar da deficiência, é igualmente importante evitar esse tipo de discurso. Exemplo: em uma pauta sobre um esportista com deficiência evite dizer que “ele superou as dificuldades para realizar a prática do esporte”, fale sobre sua rotina de treinos, suas técnicas, conquistas, sonhos e perspectivas no esporte. Ou seja, desenvolva sua pauta sem focar em limitações ou barreiras, pois é possível mencionar esses aspectos, mas sem torná-los o tema central da matéria.

ESTEJA DISPONÍVEL AO NOVO

Matenha-se em constante aprendizado sobre a temática da acessibilidade. Uma boa dica

é seguir perfis no LinkedIn perfis de profissionais que divulgam a causa da acessibilidade, além da diversidade e inclusão. Constantemente estão sendo realizados eventos que debatem sobre a acessibilidade, incluindo a acessibilidade comunicacional.

Uma outra iniciativa é pesquisar regularmente sobre o tema. Busque o que tem sido divulgado sobre a temática da acessibilidade nos últimos tempo e mantenha sua atualização sobre a temática.

Conhecer as iniciativas de acessibilidade existentes na sua cidade também são importantes fonte de conhecimento sobre o assunto. Reserve algum dia para visitar um projeto ou instituição que desenvolva algo relacionado à acessibilidade. Exemplo: Conhecer o funcionamento da Central de Interpretação de Libras (CIL) do Governo do Maranhão.

Consolidar da acessibilidade requer prática. Somente com a implementação gradual é possível desenvolver conteúdos que cheguem ao público de pessoas com deficiência. Entretanto, ter a consciência sobre a sua importância é fundamental para dar o primeiro passo.

A tendência é que a Diversidade e a Inclusão não devem mais ser tratadas como um diferencial nas organizações, mas sim como prática

39

consolidada e indispensável. As organizações necessitam estar preparadas para esse processo, incluindo pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, criando redações diversas.

O modelo tradicional instituído sobre a acessibilidade deve ser repensado, inserindo a deficiência sob um novo contexto, em que as pessoas com deficiência também são consumidoras e profissionais. É preciso ressignificar o ponto de vista em que se enxerga a deficiência, pois ela não está nos indivíduos, mas na sociedade.

40

PARA LER MAIS



[GUIA DE COMUNICAÇÃO INCLUSIVA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA](#)



[GUIA DE ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA MARCAS DIVERSAS E INCLUSIVAS](#)



[GUIA DO JORNALISMO INCLUSIVO](#)



[GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA](#)



[SENSIBILIZAÇÃO PARA UMA EMPRESA INCLUSIVA](#)



[ACESSIBILIDADE PARA O CRESCIMENTO](#)



[SITE ACESSÍVEL TAMBÉM É UMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO](#)



[DICAS DE ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA](#)